UTOPIA

utopia

N.º 18/2004

Ó Anarquia criança, promessa infinita
atenção eterna
escuto, escuto na noite
junto do berço, fundo como a noite
é bom estar com a criança.

(Ursula K. Le Guin, *Les Dépossédés*, p 106,
Éditions Robert Laffont, Paris, 1975)

Utopia

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA E INTERVENÇÃO

18

5,00 Euros
(isento de IVA)

DIRECTOR
Mário Rui Pinto

COLECTIVO EDITORIAL
Alice Bonilha, Carlos António Nuno, Guadalupe Subtil, José Luis Félix, J. M. Carvalho Ferreira, Ilídio Santos, Manuel de Sousa.

COLABORADORES
Alberto Hermano, Antoni Castells, Armando Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour, Carlos Díaz, Claire Auzias, Christian Ferrer, Edson Passeti, Eugénia Gomes, Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jorge Silva, José Janela, José Tavares, Luciano Lanza, Luís Chambel, Maria Oly Pey, Mimmo Pucciarelli, Quin Sirera, Roberto Freire.

CAPA
Eva Romero
"Mulher a preto e vermelho"

ARRANJO GRÁFICO
Alice Bonilha

PROPRIEDADE
Associação Cultural A Vida
Publicação semestral registada no Ministério da Justiça com o nº118640

IMPRESSÃO
Gráfica 2000 - Cruz Quebrada

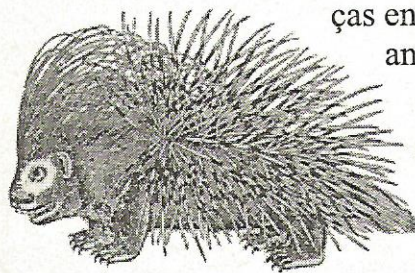
REDACÇÃO E ASSINATURAS
Apartado 2537-1113
Lisboa Codex - Portugal

e-mail: culturalavida@sapo.pt

INTERNET
http://www.utopia.pt

Sumário

EDITORIAL

A posição tradicional dos anarquistas perante qualquer eleição política é por demais conhecida. E, mais uma vez, essa posição foi claramente manifestada por muitos anarquistas europeus durante as últimas eleições presidenciais norte-americanas ao considerarem que a vitória de um ou de outro candidato seria indiferente "*porque ramos do mesmo partido único e defensores dos mesmos interesses*". A argumentação é sólida e baseada em factos reais: a filosofia imperialista subjacente à política externa dos EUA tem sido praticamente a mesma com ambos os partidos (é bom não esquecer que o Kennedy que promulgou legislação para acabar com a discriminação racial foi o mesmo que autorizou a tentativa falhada de invadir Cuba e iniciou o envolvimento dos EUA no Vietname); a escolha eleitoral é quase sempre feita entre candidatos com fortunas pessoais e oriundos de uma pequena elite que domina a vida política; no fundo, quem controla o poder e dita as leis do Império são as grandes corporações, às quais os políticos se sujeitam e estão mesmo ligados laboralmente (veja-se o caso do actual vice-presidente). Tudo isto é verdade mas, ao consultar-se os sites onde escrevem regularmente conhecidos militantes anarquistas e radicais norte-americanos, verifica-se que, para estes, a opção entre um ou outro candidato não é bem a mesma coisa a nível interno. "*Não porque a diferença entre Kerry e Bush seja grande, mas porque pequenas diferenças entre os candidatos podem levar a grandes diferenças nas nossas vidas e especialmente nas vidas dos mais vitimizados pelo governo dos EUA*" escreve Stephen Shalom no ZNet Magazine. E será sobretudo a nível interno que as diferenças vão ser substanciais. É sabido que o primeiro mandato de Bush foi marcado pelo agravamento das diferenças entre ricos e pobres. Os ricos cada vez mais ricos, beneficiando de uma política governamental que privilegiou o corte nos impostos e a concessão de benefícios fiscais, e os pobres cada vez mais pobres, não beneficiando de nada e vendo ainda o Estado reduzir o apoio aos programas de saúde e segurança social. Nada aponta para uma mudança nesta política fiscal e social durante o segundo mandato, bem

pelo contrário. Mas, o mais preocupante desta reeleição, é a vitória de toda uma mentalidade e moral religiosas, que alguns apelidam bondosamente de conservadora, mas que no fundo é eminentemente fascizante. Uma mentalidade e uma moral oriundas do radicalismo cristão, mas que já ultrapassou as fronteiras da religião para fazer doutrina na política, na economia, na sociologia, na cultura, e que se está a espalhar pela Europa que nem um vírus, como se viu pelas declarações do italiano Bottiglone, pretendente a comissário europeu. Todos estes "novos valores" atacam, de forma muito clara e directamente, direitos já adquiridos ou em fase de obtenção (apoios sociais, direito ao aborto, entre outros) por alguns grupos sociais e minorias (mães solteiras, homossexuais, imigrantes), o que faz adivinhar tempos difíceis ou mesmo de retrocesso nestas áreas.

Ainda lá por fora assistiu-se recentemente a um ataque orquestrado pelo FBI contra a organização alternativa de notícias online Indymedia. Em resumo, um tribunal de Bolonha, a pedido dos governos suíço e italiano (que não desiste de perseguir de forma metódica o movimento anarquista em Itália), emitiu uma ordem internacional que foi executada pelo FBI em Estados de três continentes, com a cumplicidade activa ou passiva ou até mesmo com o desconhecimento dos respectivos governos nacionais. Romance póstumo de Orwell? Nova ficção de Ursula Le Guin? Não! Pura realidade. Será esta a sociedade securitária que queremos no futuro? Pelos vistos, esta perspectiva não preocupa os desempregados e trabalhadores do estado do Ohio, que foi um dos mais atingidos pela subida da taxa de desemprego em resultado da política de Bush. Apesar disto votaram Bush e decidiram as eleições.

Também em Portugal, muitos acontecimentos na esfera da política e das suas ligações (raramente claras) ao mundo económico e aos media apontam para uma evidente deriva autoritária no poder político. A diferença é que, por cá, tudo o que é dito e feito reflecte, sobretudo, uma evidente e confrangedora falta de preparação político-

ideológica da classe política no poder, reveladora da sua total inépcia, incompetência e estupidez. Chegaram lá por acaso e não passam de um bando de imbecis chefiados por um amigo sem credibilidade e inconsequente. É o triunfo político da pimbalhada depois de ter conquistado o mundo da música e do social. Por ausência de ideias, o poder político procura dominar os media para impor o consenso na opinião única e fazer desaparecer qualquer veleidade de crítica. Como se fosse preciso fazer isto com as oposições que temos, com a classe jornalística que temos, com as televisões que temos e com o povo que somos. Mas a falta de ideias não atinge só a classe política. Num país que tem a maior taxa de incidência solar da Europa, que tem condições eólicas muito favoráveis e que tem uma costa extensa e com boas acessibilidades, a melhor solução encontrada pelo "comodoro" Patrick Monteiro de Barros para combater a dependência energética é construir uma central nuclear. Notável! Curiosamente, ao mesmo tempo, o Ministro da Economia adiava para as calendas gregas a promulgação de legislação que permitiria fazer avançar o investimento em energias alternativas. Coincidência? Pelo sim, pelo não, talvez seja boa ideia irmos aos baús buscar os velhos autocolantes do "Nuclear? Não, Obrigado!" e prepararmo-nos para mais uma luta.

A recente nomeação de ex-ministros para cargos públicos com chorudos ordenados e ainda melhores reformas mereceu algumas linhas nos media, umas mais críticas que outras. Mas, onde está a novidade? Não tem sido sempre assim desde a vaga nacionalizadora de 1975? As nacionalizações deram origem a uma nova classe tecnoburocrática: a dos gestores públicos. Sempre ligados aos partidos do poder, assistiu-se durante muitos anos a uma animada dança de cadeiras onde as mesmas pessoas transitavam, com toda a naturalidade, da política para a gestão pública e vice-versa, hoje nos transportes, amanhã nas pescas ou na celulose, quais super-homens da gestão. O problema é que, entretanto, a doutrina económica em vigor mudou e com a vaga de privatizações em curso desde há alguna anos, os lugares de gestores públicos são cada vez menos e, logo, mais apetecidos, disputados e mesmo alvo de jogos de interesses e da luta político-partidária. Tudo serve para a classe dominante se apoderar da riqueza, enquanto dita leis que tornam a vida quotidiana dos dominados cada vez pior.

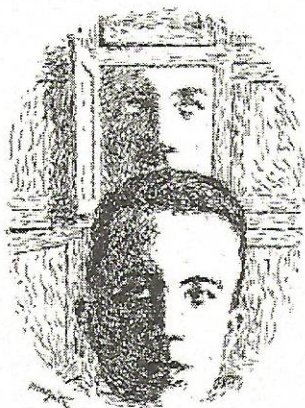
A velha questão do aborto tornou a ser notícia pelas piores razões – julgamentos de mulheres; envio de barcos de guerra para impedir o acesso a portos portugueses de um barco de uma ONG – e pelas promessas de alguns políticos de voltarem à carga com a tentativa de novo referendo. Toda esta questão reflecte bem o pântano da hipocrisia nacional em que se vive: uma sociedade politicamente masculina tenta conciliar, a todo o custo, uma legislação iníqua e arcaica - promulgada sob pressão de uma Igreja católica também ela masculina, celibatária, distante do mundo real e atolada até ao pescoço em casos de pedofilia – com uma realidade social e humanamente insustentável. Até quando os políticos vão querer estar de bem com deus e o diabo?

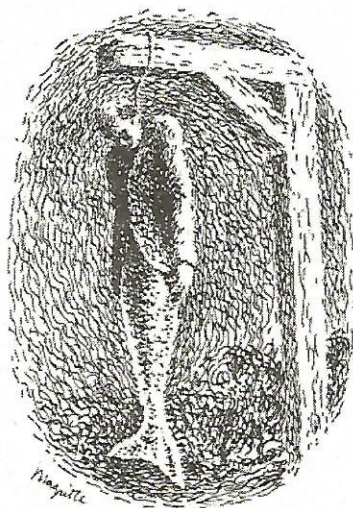
Por coincidência, o colectivo redactorial da Utopia tinha decidido dedicar este número da revista à problemática da mulher na sociedade actual, da sua (aparente) emancipação e mesmo do seu relacionamento, nem sempre pacífico ou libertário, com o movimento anarquista. Os factos recentes, quer em Portugal quer nos EUA, tornam assim este dossier preocupantemente actual.

O avesso do avesso

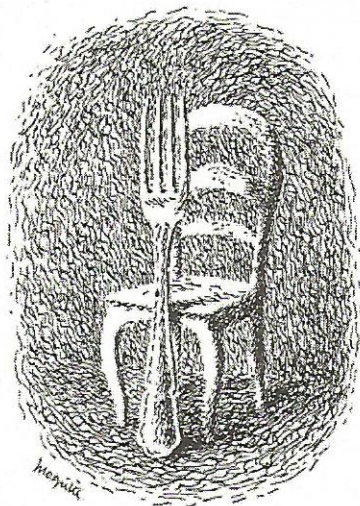
Jovens "milicianos" desejam-se

Afinal acabou ou não acabou o SMO (Serviço Militar Obrigatório)? Sendo atirada uma "cenoura" aos jovens (com a publicação da lei que extingue o dito SMO), logo eles suspiraram de alívio por já não terem que, aos dezoito anitos, dar o nome e... ficar à espera de serem chamados para dar entrada num quartel para aprenderem o que jamais lhes tinha passado na cabeça existir senão em filmes: a aprendizagem do autoritarismo gratuito. Mas... eis que afinal a "cenoura" sabia a "sabão" porque passaram a ser obrigados a apresentar-se na *passerelle* construída anualmente para os ver marchar e isto pela importância magna do dia da defesa nacional (nacional ou individual?).

E porquê esta obrigação de desfile pomposo? Porque o ministro P. Portas, no seu desespero de ver agora os quartéis vazios, não aguenta! Tem saudades de os ver, precisa de os ver nem que seja um dia por ano. E o que acontece a quem não quer ser visto pelo ministro? Paga uma grossa multa, como se de um novo imposto (imposto sobre os invisíveis desejados) se tratasse. Tudo em prol da optimização do "desejo" individual e da "coisa pública" (necessidade de receitas extraordinárias). Querer e Poder como tendes formas vis e subliminares de vos manifestardes!!!

Mário Soares, o rei das utopias realistas

Realizou-se em Outubro, em Lisboa, um evento com o curioso nome *Ilhas da Utopia*, um programa diversificado onde se falou das utopias do ponto de vista filosófico, literário, social. Mas, surpreendentemente, um dos palestrantes foi o rei do realismo e do pragmatismo, Mário Soares, que sempre se dedicou, como bom político, a combater todas as utopias. Fica difícil saber qual o papel do barão da realeza democrática num evento sobre utopias. É um pouco como aquela história das fábulas populares: convidar a raposa a falar sobre o ideal de vida das galinhas... Ou os organizadores se converteram ao espectáculo, onde Mário Soares, ainda tem um pequeno papel ou são daqueles que nos anos 60 berravam: «Sejamos realistas, exijamos o impossível» e agora gaguejam com um grande esforço: «Sejamos utópicos, exijamos o possível». É o progresso.

O informador da CIA

Há alguns meses foi capa de uma revista de grande circulação, Artur Albarran. O título insinuante era «Agora Falo Eu». Desta vez não lhe perguntaram se batia na mulher ou sobre as suas aventuras sexuais, mas se já tinha assaltado bancos e se foi agente da CIA. Afinal não contou tudo. Esse senhor, não é segredo para ninguém, que começou a sua carreira jornalística, nos anos quentes, pago com dinheiro de assaltos a bancos, acabou, anos mais tarde, sócio de Frank Carlucci,

ex-homem da CIA em Portugal, em empreendimentos imobiliários. O que teria levado o embaixador americano e testa de ferro de grandes grupos económicos a ver no jornalista pé de chinelo, Albarran, para o tornar seu sócio? A resposta está, certamente, numa pergunta feita pelo entrevistador sobre se o jornalista, ex-esquerdista, foi informador da CIA nos anos quentes. A resposta, como não podia deixar de ser, foi uma negativa pouco convicta. Mas, todos sabemos, os serviços prestados sempre se pagam. Os factos falam por si!

E o infiltrado da PJ

Um ex-inspector da DCCB da Polícia Judiciária, dr. Barra, que actua no mundo do espectáculo, já vinha há meses a publicar nos jornais as suas lamúrias: sacrificou a sua vida infiltrando-se nas FP25 e ninguém lhe reconheceu o trabalho, entenda-se o Estado. Os outros responsáveis do caso FP25 tiveram a sua recompensa: Martinho da Cruz teve uma bela vida em Bruxelas, até se reformar por problemas psiquiátricos, o juiz Salvado, todos sabem, a sua promoção a director da PJ e a sua recente despromoção por ser um fala barato, a Drª Cândida continua, para já, como vice-Procuradora. O tal agente não gostou, só ele não foi promovido, que injustiça... Depois da entrevista, onde dá uma no cravo outra na ferradura, ou talvez todas na ferradura, escreveu um livro. Lido e relido o livro nada acrescenta ao que já se sabia, pelo contrário, afinal pode-se concluir que o homem não mereceu o salário de polícia. A única coisa que conseguiu foi travar

uma esperta convivência com alguns militantes das FP25 na fase de dissolução dessa organização. Nem os processos, nem o livro, demonstram que esse senhor conseguisse ser a toupeira que pretende ser. Sem os bufos, como sempre, bem mal arranjados estavam esses polícias. Podemos dizer, por isso mesmo, que só existe uma escola de polícia científica portuguesa herdada da PIDE: porrada e cenouras.

O BE também apoiou o Big Brother

Pela calada, no parlamento da paróquia de S. Bento, vão-se aprovando novas leis dentro da filosofia do Estado-polícia de acordo com os novos tempos. O discurso, e a prática do terrorismo de Estado, ditada pelos ideólogos do pós-11/09 espalha-se pelo mundo. Já em 2003, os socialistas aprovaram uma lei infame que permite as buscas nocturnas ao domicílio que nem o salazarismo tinha imaginado legalizar. A surpresa, pouco conhecida, é que o Bloco de Esquerda se absteve nessa votação. Agora, na entrada do Verão, discretamente, o CDS fez aprovar um lei sobre videovigilância em lugares públicos para regulamentar o uso de câmaras pelas polícias «para prevenção criminal», ou seja, sem necessidade de nenhuma autorização judicial e ao sabor das decisões administrativas da hierarquia policial. Ao que se pode ler no sítio do parlamento [http://www.parlamento.pt/plc/Iniciativa.aspx?ID_Ini=20511], o BE votou a favor ao lado de CDS-PP, PS, PSD. A aliança em defesa do Estado-polícia não pára de crescer! Chamam-lhe segurança. Como disse o deputado do CDS: «...em jeito de conclusão direi que são raras as vezes em que uma iniciativa parlamentar consegue tão amplo consenso. Importa, por isso, registar este facto e, até mais do que isto, saudá-lo» (Sic). Os ajudantes de sacristão do BE estão a mostrar como podem ascender ao sacerdócio!

O reitor, que já foi comunista, chama a polícia de choque que já foi fascista

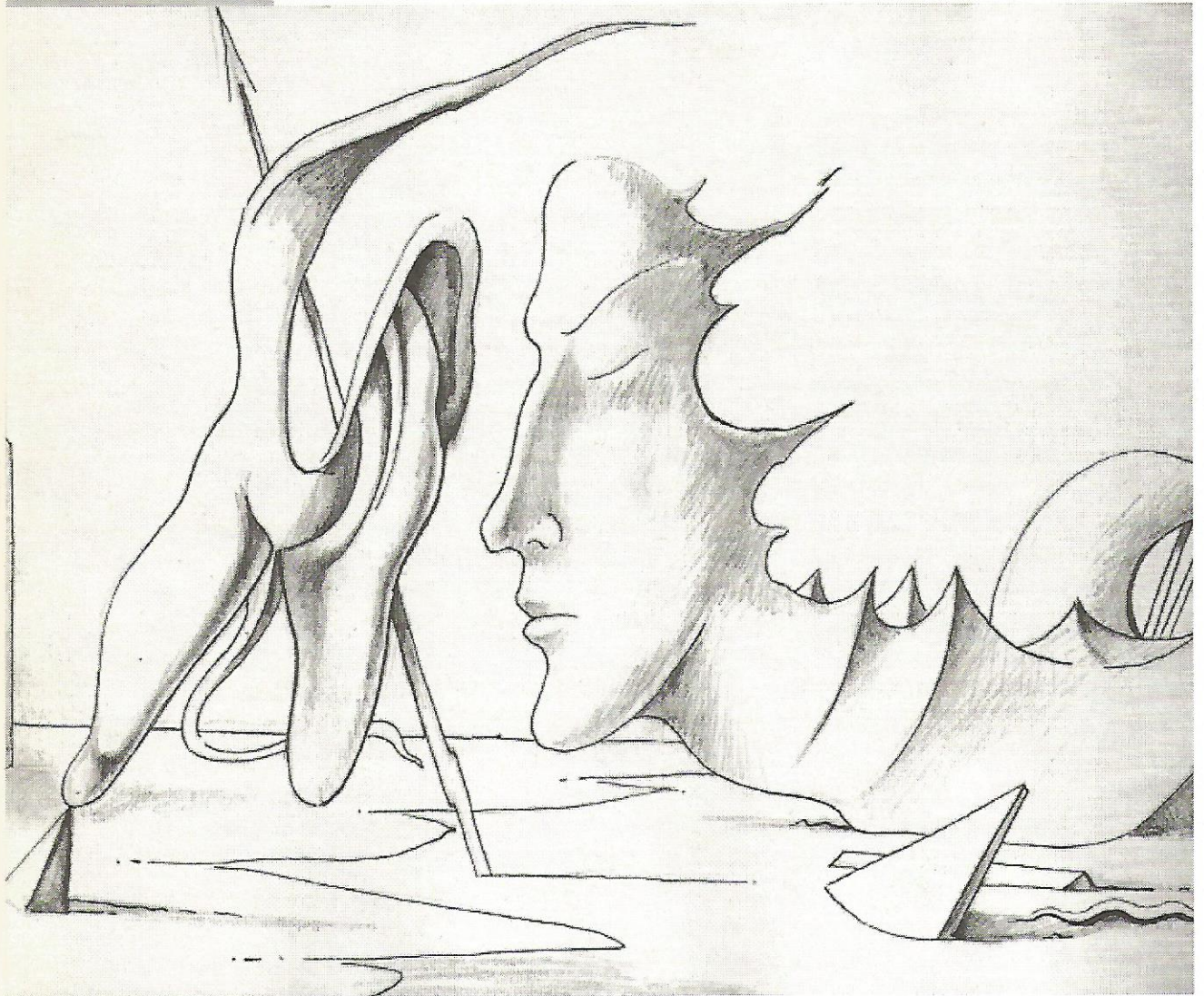
Em Coimbra, no regresso às aulas, os estudantes de Coimbra retomaram em força a luta contra as propinas. Quando se preparavam para entrar nas instalações universitárias onde decorria a reunião do Senado, foram confrontados com um aparatoso cordão da Polícia de Choque como nos bons tempos da crise de 69. O curioso é que, desta vez, o reitor que chamou a polícia de choque não foi um desses catedráticos de filiação fascista-canina, mas um ex-militante da UEC e do

PCP. A isto chama-se evolução na continuidade... Depois da grande controleira Zita Seabra terminar os seus dias de estalinista como cuidada dama social-democrata, o militante comunista arrependido Jorge Seabra ganha a glória de ser o primeiro reitor do século XXI a gritar «Oh da guarda!» para a polícia de choque lhe controlar os estudantes. Afinal a autoridade universitária, tal como a policial, gosta sempre de muito respeitinho.

Luta de classe(s)

Lembram-se daquela velha anedota da redacção do menino rico sobre a vida dos pobrezinhos "naquela família todos eram pobres, o pai era pobre, a mãe era pobre, o tio era pobre, o mordomo era pobre, o jardineiro era pobre, o motorista era pobre..."? Pois é, de cada vez que a cantiga de embalar de que agora já não há classes, que somos todos iguais, que o que há são só pessoas, que o mundo agora é "assim", que estamos todos no mesmo barco, a concertação social, etc. e tal, parece estar a dar resultados e que a sonolência se instala, zás!, surge um safanão despertador e percebemos que, afinal, eles ou não sabem do que estão a falar, ou estão só a ver se nos adormecem. Os privilégios são para se usufruir, assim impõe a sua natureza de classe, e, antes que algum pobrezinho se possa engasgar com migalha mais gorda, surgem os prestimosos ex-ministros, ex-deputados, ex-gestores Mira Amaral e Celeste Cardona a abocanhar o banquete da Caixa do Estado e a lembrar-nos que cada um no seu lugar é que é boa educação! Ai, a realidade, a crua realidade!

Dossier
MULHERES E O PENSAMENTO LIBERTÁRIO

Trabalhadoras frabris protestando contra o trabalho infantil, Nova Iorque, 1º de Maio, 1909.

Artur do Cruzeiro Seixas, in *"O que a luz oculta"*, s/d.

Feminismo, Anarquia: "A minha vida sem mim"[1]

Claire Auzias

" *'Uma aproveitadora corporal'*, era a expressão empregue por Takver[2] para designar as mulheres que usavam o seu corpo como uma arma na luta com os homens pelo poder"

Ursula K. Le Guin*

Eu sou uma mulher. E você porque é que não é? Foi um dos belos slogans do Movimento de Libertação das Mulheres, no início dos anos 70 – pelo menos em França. Isto era afirmar, a partir de uma posição desvalorizada - **Eu sou uma mulher** - o orgulho emancipador que daí se podia extrair. A mesma atitude que o Gay pride retoma, para outras categorias, (os homossexuais), muito tempo depois: sentir-se orgulhoso por se ser homossexual.

Eu sou uma mulher.

O Movimento de Libertação das Mulheres (Marca Registada!), a que eu aderi só em 1976 - após o assassinato de Ulrike Meinhof[3] – e de que me afastei em 1988, permitia às mulheres, que sofriam a inferioridade social em que o seu sexo as mergulhava, reconstruir uma identidade digna, aberta. Eu sou uma mulher. E você porque é que não é? Quantas mulheres não havia nessa altura que o não eram! Quer dizer, quantas mulheres não eram, elas mesmas, inimigas das mulheres!

Na sua origem, em França, o Movimento de Libertação das Mulheres foi lançado por mulheres, umas homossexuais, outras artistas ou mulheres de letras, como Monique Wittig[4] ou Christiane Rochefort[5]. Muitas eram maoístas ou próximas de pequenos grupos maoístas. Mas não foram seguramente mulheres anarquistas a lançar o Movimento. É preciso repetir isto muito claramente. Para ser directa e má, direi que o feminismo foi rotulado de **burguês** e a libertação das mulheres considerada uma **frente secundária**. Esta luta foi relegada – devido a um

passivo histórico já centenário – para as mãos de gente com práticas reaccionárias e enxotada das fileiras dos radicais puros, que eram os anarquistas. Passou-se o mesmo com o Partido Comunista Francês ou com os esquerdistas-marxistas, a extrema-esquerda e outros conselhistas. Volto a afirmar aqui, o que já escrevi antes e muitas vezes noutros sítios: para a esquerda francesa, de que a extrema-esquerda é uma variante, (dantes era muitas vezes confundida com o anarquismo), a questão das mulheres e do feminismo constituía uma **frente de luta secundária**, tal como para o leninismo comum. Todos os movimentos internacionais de libertação das mulheres, designadamente as feministas inglesas, estudaram este velho e incrível conflito histórico entre as mulheres e a revolução, entre as mulheres e a emancipação, que as separa da liberdade por lustres e lustres. Quero dizer, portanto, que esta querela de que falo reside dentro da revolução e não no exterior. Tudo isto se passa numa cultura política, numa prática política – o pós-guerra e os anos sessenta, por exemplo – em que as mulheres são numerosas em grupos activos, quer se trate de anarquismo ou de marxismo. Elas estão lá, elas existem, elas militam, elas cultivam-se, elas pensam. Chamaram-lhes **as cozinheiras da Revolução**, as secretárias, as enfermeiras. Em resumo: profissões altruístas em que as pessoas se colocam ao serviço dos outros.

Em 1978, uma editora feminista, de Paris, procurava uma autora para estudar a história de uma greve lendária de mulheres operárias, que tivera lugar em Lyon[6] : eu e a minha amiga feminista Annik Houel fizemos esse trabalho com um enorme contentamento, rindo muito e revivendo, graças aos arquivos, essa luta como se fosse a nossa, sem qualquer distanciamento no tempo. E daí resultou um livro: *"A greve das Ovalistas*, Lyon, juin-juillet 1869". Para mim, o cerne da questão está no seguinte: Marx[7], Proudhon[8] e Bakunine[9] tinham-se defrontado para conquistarem o mandato das Ovalistas no Congresso da AIT[10], em 1869. Bakunine ganhou-o, mas por razões alheias às Ovalistas. De qualquer maneira, dos três, venha o diabo e escolha. Proudhon, o mais misógino, teve a vantagem de nos ter dado a ocasião de conhecermos Joseph Déjacque[11] que, por si só, nos compensa de tantas burrices da revolução anarquista.

Naquela época em Lyon, os nossos camaradas anarquistas seguiam de perto a evolução deste movimento que lhes era exterior, mas próximo – amantes e amigos cruzavam-se, os anarquistas e as feministas – numa relação conflitual, uma vez que o movimento das mulheres não era misto e os seus companheiros anarquistas não o aceitavam. Neste caso, não se tratava de um grupo não misto no seio do anarquismo, mas de um movimento não misto, independente de todos os grupos instituídos. Os anarquistas que eu conheci, ainda jovem, eram – no que diz respeito a Lyon – de uma coesão masculina assustadora: todos os homens viviam em casais heterossexuais, mas as reuniões passavam-se só entre homens. Um dia, em 1972 ou 1973, atravessei, literalmente, uma reunião constitutiva da IRL, *Informations Rassemblées* à Lyon"[12]. Uma boa dezena de homens à volta de uma mesa sombria, à moda dos *Carbonari*[13] : apenas homens, nem uma única mulher. Atravessei a sala e fui-me embora: que poderia eu fazer ali? No entanto conhecia-os a todos, eram companheiros, não eram estranhos, nem gente totalmente desconhecida. E depois, síntese provisória, quando tomei em mãos a tarefa de fazer a história anarquista, realizando uma tese aventureira - *História Oral dos (e com os) Anarquistas de Lyon* – recolhi a história da vida de velhotes, hoje já todos mortos, em testemu-

lhos extraordinários. Os amigos anarquistas de Lyon, ajudaram-me realmente no trabalho e foram os meus primeiros leitores e críticos. Mudei de estatuto no pequeno movimento que frequentava: já não era apenas uma companheira, uma anarquista, uma feminista em luta pela sua própria identidade emancipada. Era uma igual, tinha levado a cabo a minha obra-mestra, como acontecera com os companheiros operários que eram constrangidos a realizar a volta à França em 1830[14]. Estávamos nos últimos anos da década de setenta!

Jan Thuninck, *Behind the limit.*

No início dos anos oitenta juntei-me ao que restava do Movimento Feminista em Paris: não se vislumbrava nenhuma anarquista no horizonte! Duas mulheres anarquistas, nos meados dos anos setenta, tinham escrito um texto sobre o feminismo numa revista anarquista, *La Lanterne Noire*, e é tudo. Estas mulheres não tinham aderido ao Movimento Feminista, por opção, mas não hesitaram em exprimir-se conjuntamente com o movimento no que respeita às mulheres. No seu desenvolvimento, a experiência socialista do feminismo foi uma constatação definitivamente anarquista: o socialismo estatal tinha morto o movimento feminista ao explorá-lo, esvaziando-o da sua substância e enfeudando-o a razões de Estado, todas elas mais mentirosas umas do que as outras. Foi por estar em desacordo com a maior parte das minhas companheiras a este respeito, que deixei definitivamente o Movimento Parisiense das Mulheres, em 1988, para me instalar a pé firme no movimento anarquista.

O movimento anarquista que conheci em Paris foi a FA[15]. Eu, que vinha de um movimento anti-FA, em Lyon, muito mais ligado ao grupo *Noire et Rouge*[16]. Mas em Paris, a FA era a mais aberta, a mais acolhedora, a mais acessível, onde, como noutros locais, havia camaradas interessantes, mas outros eram verdadeiramente idiotas. Esclareço que evidentemente nunca fui militante da FA. Por essa altura, espanto dos espantos, o movimento anarquista tinha descoberto o feminismo! Já não era sem demora! Vinte anos após os começos do feminismo contemporâneo. Mais vale tarde do que nunca! Uma emissão feminista era transmitida na *Radio Libertaire*[17] todas as quartas feiras. Nos alvores dos anos noventa, formou-se um grupo de mulheres da FA, com o nome de *Anarco-Feministas*, título que foram buscar, claro está, a outras paragens, e (Oh! Prodígio da Revolução!), lá pelos meados dos anos noventa, a CNT[18], em Paris, (dita de "Vignoles" e excluída da AIT pelos iniciados) tinha a sua "Comissão das Mulheres". Cruzei-me com mulheres *Anarco-Feministas da FA*, conheço pelo menos quatro, mas nunca vi, a não ser ao longe e em grupo, as mulheres da CNT. Segundo parece, estas são jovens, Uma coisa é certa: como grupo ideológico constituído, o anarquismo, político ou sindical, foi bem o último, entre os grupos radicais franceses, a criar no seu seio subgrupos de mulheres. A propô-los, a sugeri-los às com-

René Magritte, *Os exercícios do Acrobata*, 1928.

panheiras ou a aceitar o direito de cidadania delas. Os trotskystas iam à frente dos anarquistas uma geração, pois desde 1970 que enviavam as suas mulheres para a Frente Feminista, onde ainda hoje se encontram!

Pior que os anarquistas só mesmo os situacionistas, que nunca abrigaram no seu seio uma única pena feminina e nunca editaram qualquer texto de uma mulher: o mais extremo radicalismo da segunda metade do século XX excluíu o feminismo das suas fileiras *ad vitam aeternam*, embora algumas mulheres de letras (duas, pelo menos) se tenham tornado célebres entre eles, a partir de meados dos anos sessenta! Basta consultar o catálogo, por exemplo das excelentes edições *Champ Libre*, procurar até aos nossos dias, por entre todos os subgrupos "pró-situacionistas", editores ou não, para nos apercebermos, com toda a clareza, da ausência confirmada de mulheres com estatuto de igualdade, isto é, mulheres que escrevem, que pensam, que teorizam, etc. Ora trata-se precisamente do grupo com mais sucesso junto da juventude contemporânea, aquele que o primeiro *dandy* que chegar achará "o mais interessante, o mais radical, o mais inventivo" de todos os grupos radicais existentes nesta época. Ideia assente, cuidadosamente sustentada, embora a prosa que vão produzindo sobre a questão seja de uma pobreza acabada. Mas, sem me afastar do assunto: nenhum destes jovens bem constituídos que escrevem em revistas parisienses de sucesso e que têm dinheiro, tipo trinta e cinco/quarenta anos, ambicionando transmitir algo que ninguém lhes pediu! Nenhum deles, dizia eu, se incomoda com a ausência das feministas no grupo dos situacionistas! Nem dão por elas. Duas mulheres de letras chegam perfeitamente para a sua felicidade política. E este não-dizer reproduz-se de *pró-situacionista* em *pró-situacionista*, "os mais radicais, os mais radicais": os mais radicais, até posso admitir, se se lhes juntar o machismo e o anti-feminismo. Pois se nem Michèle Bernstein[19] que era uma mulher notável, unanimemente reconhecida, totalmente alerta no plano feminista - nunca abriu a boca sobre isso em público. Eis a razão porque a celebridade das duas esposas sucessivas de Guy Debord[20] e a actividade pública de cada uma delas não constituem qualquer paliativo para o inadmissível não-dizer sobre o feminismo contemporâneo, dentro de um grupo que pretendia pensar o nosso mundo e destruí-lo.

Moral da história: se os anarquistas foram os últimos a chegar ao reconhecimento da luta feminista contemporânea pelo direito à cidadania revolucionária, há ainda pior: os situacionistas que ignoraram, sobranceiramen-

te, o assunto e continuam a fazê-lo. E são esses mesmos que, aos olhos de uma boa quantidade de gente jovem, passam por ser os revolucionários mais esclarecidos!

Derrota das mulheres, derrota da revolução, derrota do feminismo. Derrota das nossas lutas, dos nossos desejos, das nossas escolhas e vontades. Não fomos, portanto, minimamente compreendidas e não ultrapassámos a fasquia do nosso microcosmo imediato. Teremos de fazer tudo de novo?

No movimento anarquista francês, pelo menos, existem numerosas mulheres, a todos os níveis, em todos os grupos, em todos os meios. Um pouco menos no anarco-sindicalismo, mas é coisa que tem conserto. Vejam-se as revistas. Por exemplo, na revista *"La Question Sociale,* revue libertaire de réflexion et de combat", no seu número 1, Primavera de 2004, contei eu oito ou nove mulheres ao todo, incluindo a parte técnica, sendo três delas autoras de textos. É uma proporção enorme, mas isso muda o quê? Há cada vez mais mulheres a escrever – há-as na OCL[21], único grupo que publicou, até agora, pela pena de Vanina[22], uma análise do feminismo de hoje e das relações de poder das mulheres entre si. São já sem número os artigos sobre as mulheres, do passado ou do presente, publicados no *Monde Libertaire*[23].

E no entanto, de todas estas mulheres militantes que se encontram já em grande número no movimento anarquista, não há nem uma que eu considere, pela minha parte, como uma verdadeira anarquista-feminista como eu entendo que se deve ser, solidária com o feminismo activo, de corpo inteiro, enquanto indivíduo. Isto pode parecer uma flagrante falta de fraternidade libertária da minha parte. Nenhuma destas mulheres com que me cruzei no movimento anarquista me pareceu que levasse a sua vida como uma mulher anarquista. Tenho plena consciência, ao escrever isto, que se trata da mais pura subjectividade da minha parte e este juízo não advém de nenhuma autoridade que não seja a minha, uma vez que tais apreciações não podem ser alçadas a um nível comum. Talvez, eventualmente, uma companheira anarquista com quem não mantenho relações de amizade – nem de inimizade, de resto – pudesse figurar sem restrições no meu panteão se eu a conhecesse melhor. Devo esclarecer, de qualquer modo, que a minha impressão tenaz, profunda e íntima não reflecte uma realidade objectiva. Reflecte a realidade sensível da vida concreta que eu levo e a falta de fraternidade activa. Para tal acho que existe uma explicação: na minha juventude não havia nenhum grupo feminista anarquista e eu nunca participei em nada que com tal se parecesse. Havia o Movimento Anarquista e o Movimento Feminista, duas entidades distintas – e quão distintas! Hoje em dia existem dois reagrupamentos, que eu já citei, na FA e na CNT, mas as mulheres destes grupos não sentem necessidade de se encontrarem com outras mulheres anarquistas, fora do círculo particular a que pertencem. Não fizemos, portanto, praticamente nada juntas. Houve, no entanto, nos anos noventa um encontro feminista em Lyon que provocou um certo alarido. Não estive lá. Uma amiga feminista garante que este encontro mostrou uma vez mais o anti-feminismo dos anarquistas. Eu não partilho deste ponto de vista.

Quanto aos meus camaradas anarquistas homens, pois bem, há toda a espécie de relacionamentos, geralmente positivos, agora que já estou velha! Discutimos, reflectimos, interagimos, etc. O que nunca aconteceu foi a discussão teórica dos meus trabalhos e das minhas posições, por parte dos meus camaradas anarquistas homens. De resto como também não aconteceu com nenhuma mulher autora, anar-

quista ou não. O que acaba por querer dizer que não se espera que uma mulher fale, a não ser para as outras mulheres, para uma categoria restritas de leitores e interlocutores, acerca de questões de âmbito muito restrito. Pior: particularista. A teoria, no Movimento Anarquista, continua a ser um assunto para os homens discutirem uns com os outros. Nós, as mulheres anarquistas, nunca nos atirámos ao assalto desse céu, e apenas conheço a Marianne Enckell[24], do CIRA[25] de Lausanne, que possa ser mais ou menos escutada, acerca das suas escolhas políticas e teóricas, pelos poucos companheiros que partilham as suas posições. Nunca vi um anarquista com pretensões teóricas discutir fraternalmente, sinceramente, os trabalhos de uma camarada mulher, sejam eles teóricos ou monográficos. Mas vejo-os, ainda, hoje, no ano da desgraça de 2004, perpetuamente, a ocuparem-se das coisas teóricas como um bem exclusivamente de sua propriedade. Não vejo nunca uma citação, uma menção, uma discussão, uma referência aos trabalhos de uma mulher, que saia da pena dos militantes anarquistas. Nunca, ou quase nunca.

Sejamos justos. Os homens anarquistas detentores de uma maior capacidade teórica (geralmente auto-proclamada) debatem entre si. A outra metade do céu ainda não chegou ao seu conhecimento. Não pensem, caros amigos, que não haja entre nós dos mais abrutalhados, em termos de inteligência, e dos menos instruídos. De modo algum. É sobretudo o contrário: quanto mais ambições teóricas têm sobre o Movimento Anarquista, mais ignoram as mulheres. Exceptuo desta apreciação as três coroas de louro do anarquismo de Lyon: Alain, Mimo e Daniel, com os quais tive ocasião de debater, não há muito tempo, os assuntos que tomamos a peito. O que me leva a considerar, mais uma vez, que aqui, como nos outros planos, a amizade está antes de todas as outras coisas. Em nome da amizade, da estima, do reconhecimento entre nós, os debates podem surgir e surgem. Onde existem apenas relações militantes, corteses, mas pouco sentidas, numa palavra, superficiais, também não há debate de fundo e as mulheres-criadoras do Movimento Anarquista em geral são reenviadas para a não-existência. A amizade é o que Aristóteles[26], na sua *Ética a Nicómaco*[27], designou como a primeira (e indispensável) das qualidades políticas, aquela, sem a qual nada existe, a que permite todo o pensamento, toda a reflexão, qualquer troca civilizada. Aquela que serviu de fundamento a Montaigne[28] e La Boétie[29]. Sem amizade, recorda-nos precisamente La Boétie, as relações humanas resumem-se às de um bando de malandros.

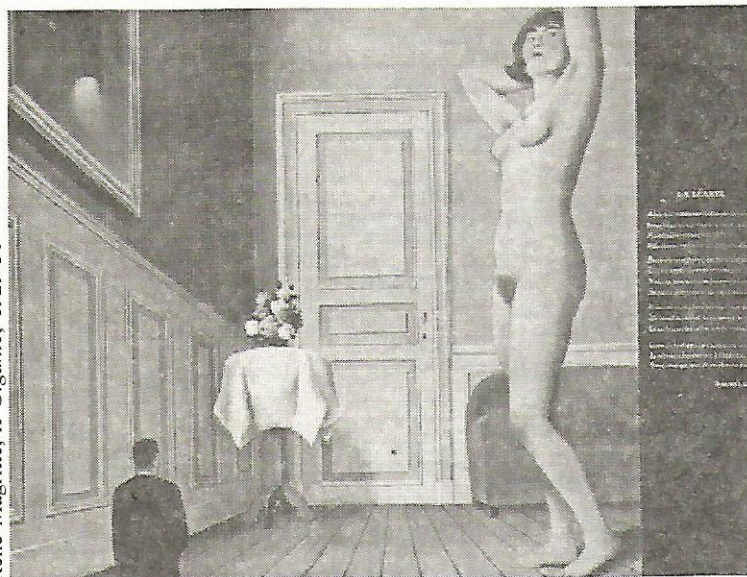
É assim que, (podem ver por vós próprios), todos os assuntos sérios do Movimento Anarquista debatidos em revistas, são-no exclusivamente por homens. E se gritarem que o rei vai nu, então saem da sombra as marionetas femininas destinadas a mascarar este androcentrismo exclusivista do Movimento Anarquista. A tal ponto que, há uns dez anos que ando a magicar num projecto de vingança, que não poderei expor aqui nestas páginas, sob pena de o inutilizar antes mesmo que ele tenha visto a luz do dia. Em suma, uma brigada do reumático da velha escola, vinda dos quatro cantos do mundo – antes assim – continua, ainda nos dias de hoje, a destilar um machismo atordoador neste Movimento. Esperam por um reconhecimento que não poderá vir a acontecer, porque o reinado dos homens sobre as mulheres terminou, quer eles queiram, quer não.

Estes "velhadas" do anarquismo resolveram ignorar este facto, mas a sociedade, o mundo que nos rodeia, até mesmo os mais

[illegible]ecedores dos meios de comunicação de massa já não o ignoram. Os homens do anarquismo não têm forçosamente a mesma sensibilidade que temos nós, as mulheres, para estas questões. Isso advém de uma experiência de sensibilidade que é a nossa, não a deles. Assim sendo, dificilmente poderíamos esperar dos camaradas masculinos que fossem solidários com uma luta contra uma opressão que eles, na sua generalidade, não sentem. Mas este esquema é, de agora em diante, de tal modo notório que devemos esperar uma solidariedade de princípio, por parte dos nossos camaradas machos, num certo número de situações ou de casos. Vejamos, por exemplo, o que me aconteceu em Paris, em Maio de [illegible]. Os anarquistas celebravam com grande [illegible] a mudança do milénio e um companheiro libertário que faz filmes em vídeo, [illegible] Spadoni[30], convidou-me para comentar um filme que ele tinha feito sobre Daniel [illegible][31] - um trabalho muito bom, na minha opinião – acerca das questões do sindicalismo [illegible]-sindicalismo. Agradeci-lhe, pois [illegible] que se dê a palavra a uma mulher num [illegible] tão marcadamente masculino, como [illegible]-sindicalismo, mas assunto a que eu [illegible] muito trabalho de pesquisa histórica [illegible]-mão. Mal pude começar. Assim [illegible] a boca já um anarquista pedia a palavra [illegible] por ficar com ela só para si. Or[illegible] discussão algures e não lhe fal[illegible]. Impediu-me literalmente de [illegible] maneira de qualquer estalinista, não [illegible] o microfone. Em sinal de pro[illegible] outra saída, senão abandonar o [illegible] e deixar a cadeira vazia diante do [illegible], que começou então a perceber que [illegible] de anormal se passava. Este [illegible] julgava-se o chefe intelectual do [illegible] em França (no mínimo), ou mes[illegible] inteiro, sentindo-se, portanto, guiado pela voz do Senhor, para se pronunciar sobre qualquer assunto em qualquer parte. Ele guerreava e terçava armas com todos os que pudessem, de algum modo, diminuir o seu poderio pseudo-anarquista. Esta personagem é um campeão do anti-feminismo anarquista, mas não passa de um fantoche. A complacência que angariou junto dos militantes, sobretudo os da sua idade, só mostra que um velho mundo está à beira de se desmoronar, mas agitando bem alto o estandarte do anti-feminismo, à boa moda do anarquismo clássico. É bem verdade que estes comportamentos se rodeiam de mulheres-álibi, tal como no início do movimento feminista, destinadas a mascarar a evidência deste machismo. Só se deixam enganar as companheiras e os companheiros de fabrico falso.

Eis porque voltar mais uma vez a este pesado dossier do anti-feminismo de tantos anarquistas, não é tarefa fácil ao fim de tantos anos, de tantos trabalhos, de todas as mulheres que militaram, umas pouco, outras muito, neste campo ou noutros campos anarquistas.

Não há qualquer dúvida de que a luta ainda não acabou e que era bom poder contar com a solidariedade, que até hoje ainda não se exprimiu, para com as mulheres deste Movimento. Ora nós tomamos, como toda a sociedade, o caminho da integração, por pior que ela seja, quer dizer, das mulheres-marionetas a todos os níveis. Põem-se na frente algumas mulheres para se ficar resguardado da crítica sexista e também para que tudo fique na mesma. As mulheres-álibi, as mulheres-escudo. É por isto mesmo que digo que há cada vez mais mulheres visíveis nos movimentos anarquistas em geral, com as categorias todas misturadas: grupos, sindicatos,

René Magritte, *A Gigante*, 1929-30

revistas, editoras, livrarias, "ocupas". Vejo nas manifestações jovens, outras menos jovens, umas sós, outras menos sós; toda a espécie de mulheres, como toda a espécie de homens. E no entanto não sinto um **Movimento** que em coerência se interesse verdadeiramente pelo que as mulheres têm a dizer. E devo acrescentar que em determinadas esferas, reproduzindo as mesmas idiossincrasias da sociedade circundante mais trivial, os homens militantes se dedicam de boa vontade às actividades de elite, deixando para as mulheres o cuidado com um quotidiano menos apreciado, mais ordinário. Que os meus camaradas machos me desculpem esta generalização necessária, mas estúpida por amalgamar tudo à pressa. Para ser mais precisa: seria necessário esclarecer algumas complexidades, até que se percebesse esta reestruturação sexista contemporânea no Movimento Anarquista.

Por fim é preciso proclamar de cabeça bem levantada que a condição fisiológica do sexo e a condição histórica do género não são suficientes para posicionar mecanicamente uma pessoa do lado certo, relativamente à opressão e à libertação. Infelizmente, não. Desde há trinta anos que o Movimento Anarquista e o Movimento Feminista sofrem ambos a derrota comum, que consiste em fazer avançar o sexo contra o género, quero eu dizer, atiçar as pessoas do sexo feminino contra o feminismo de emancipação. Todos nós já vimos isso, não sejamos ingénuos: a luta contra a discriminação sexista vai estar à cabeça das preocupações das instâncias internacionais nos próximos decénios no mundo inteiro. Já não há uma resolução da ONU, da União Europeia, etc., em que as mulheres não sejam o assunto principal. Mas não muda em nada a relação social das mulheres, relativamente à opressão, a não ser que hoje em dia há mais mulheres patrões, mais mulheres polícias, mais mulheres dirigentes políticas, todas alinhadas pelos os usos e costumes que os homens tinham nas empresas, na polícia ou no Estado antes delas. Eu fui atirada para o desemprego por duas mulheres socialistas (para além de dois homens patrões), que tinham acedido a cargos de chefia graças ao Movimento Feminista e sido admitidas nas listas socialistas também graças ao Movimento Feminista, onde estas duas putas, não tenho pejo em chamá-las, assim, claro que nunca puseram os pés. Mas, inversamente, poderemos nós, sob o pretexto de que militámos, reclamar direitos de autor sobre os resultados dessas acções do passado? Evidentemente que não! Todos os militantes do mundo inteiro estão na mesma situação. As nossas lutas modificam a sociedade e a sociedade, hoje, como ontem, reconhece rapidamente os seus inimigos e expõe-nos vergonhosamente no pelourinho.

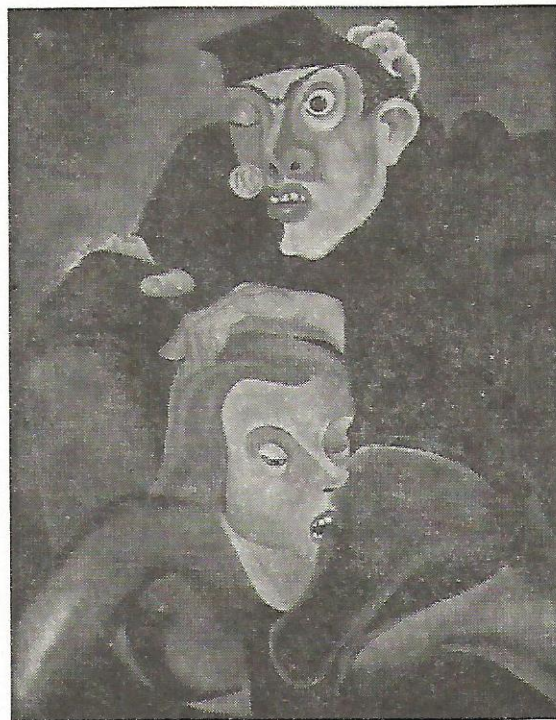
Enfim, devo dizer que, embora tenha, pela minha parte, ganho um reconhecimento relativo, junto de alguns camaradas, há já muito tempo, graças ao meu trabalho, à minha vida e aos meus compromissos neste Movimento, isso não pode justificar qualquer desinteresse pela sorte das minhas companheiras que ainda não ganharam, pela sua parte, outro tanto. Não devo pois deixar de estar solidária com as mulheres anarquistas, por um lado, nem servir de álibi a inúmeros anarquistas em busca de honorabilidade, que se contentam em esconder-se atrás de uma figura feminina, em detrimento de todas as outras, como já disse. Tenho que ficar alerta relativamente a estes dois escolhos. Conceder-me-ão em todo o caso que haja simpatias que eventualmente podem aproximar-me mais de uns companheiros anarquistas, que de certas companheiras também anarquistas. Não seria capaz, por escrúpulo de verticalidade ideológica, de me chatear de morte junto de mulheres com as quais não teria grande coisa a partilhar, a não ser uma identidade parcialmente comum da nossa opressão sexual, em vez de me rir a bandeiras despregadas com companheiros, talvez pouco "politicamente correctos", mas muito humanamente divertidos. Quero com isto dizer que a realidade das afinidades joga plenamente neste domínio. Desejo expressar a minha solidariedade com as minhas companheiras sobre certos domínios, mas não sobre todos os domínios cegamente. É banal dizer que tenho, eventualmente, mais afinidades com os companheiros anarquistas do que com algumas companheiras. A verdade é que a minha reflexão, tal como a minha vida concreta, como as minhas emoções e a minha experiência sensível, todos esses aspectos estão fortemente amalgamados. Todos estes planos da realidade se entrechocam e geram conflitos no meu quotidiano, às vezes bem grandes (quando estou em crise) outras vezes mais pequenos, e organizam-se de forma caótica, à moda de Deleuze![32] Prefiro falar de níveis de realidade que se movem, parciais e plurais, do que de simples contradições, como se dizia antigamente, porque não se trata de contradições binárias, como nos computadores arcaicos: sim/não; homem/mulher; solidário/hostil, etc. Trata-se de momentos de realidade social e política que eu vivo. Julgo que os vivemos todos nós. Momentos de solidariedade e momentos de indiferença, momentos de necessidade de partilha com os meus semelhantes e momentos de necessidade de reflexão profunda e solitária, mas simultaneamente, também colectiva.

Espero, ao proceder deste modo, não cair num jesuitismo, numa casuística, que deixaria atrás de mim essa impressão ácida de mediocridade, em que todas as coisas afinal se equivalem! Longe de mim uma tal perspectiva, pois eu tento, mantendo-me dentro destas linhas, entender, o mais próximo possível de uma verdade existencial, o que é hoje em dia – depois de tanto tempo de lutas – a experiência feminina no seio deste Movimento que me salvou a vida. Uma vez que, tudo o mais que por aí há, vem a dar no mesmo. Não quero deixar de afirmar que ele me salvou a vida (direi como, porquê e tudo o mais, certamente, noutro sítio, mas não nestas páginas), mesmo sendo um movimento muito imperfeito sob inúmeros pontos de vista e não só este do feminismo.

Agitaram-nos, ao logo do tempo, com os exemplos de Louise Michel[33] ou Emma Goldman[34] – a quem consagrei alguns trabalhos - para explicar que quando uma mulher anarquista se eleva ao heroísmo militante, o anarquismo sabe reconhecer as suas heroínas. Não tenho piedade para com todos os profissionais da guerra social que nunca ouviram falar de Voltairine de Cleyre[35], de Hedwig Landauer-Lachmann[36] (a quem espero con-

sagrar, em breve, um trabalho),[37] de todas as pequenas mãos das greves de antigamente, de todas as companheiras anónimas, que decidiram consagrar a vida à causa, por via da causa do seus homens, trabalho sem assinatura que assim se confundiu com os acontecimentos históricos.

Negaria de bom grado o diploma de bom militante a estes homens tão satisfeitos com um universo de tal modo assimétrico e que se acham muito sábios por terem cumprido o seu dever de humanos. Não queria cair num moralismo demasiado sardónico, estando a exagerar na ironia, a respeito de ideias que foram recebidas, que entraram e se conservam nos movimentos anarquistas, relativamente às quais eu me acho com tanto direito de reivindicar o domínio como eles, repito. Quantos deles distribuem entre si boas pontuações e graus de consideração, como se fazia na Idade Média nas corporações profissionais, sem saberem que avalizam, assim, a exclusão de tantas e nobres companheiras do seu Movimento bem amado. Porquê? Porque lhes não reconheço o estatuto de bom militante? Porque, repito-o, é aos anarquistas que devo fraternidades reais, propostas igualitárias, apoios calorosos e de quem me sinto devedora de uma criatividade estimuladora, ainda e sempre, que assenta nos fundamentos do Movimento Anarquista, como a beleza harmónica dançada em tempos por Isadora Duncan[38]. Sou uma anarquista individualista, muito mais do que comunista libertária ou sindicalista. O trabalho que faço adapta-se mal ao sindicalismo tal como eu o entendo e o meu conflito desde criança com o comunismo mantém-me muito afastada de tudo o que poderia fazer-me mergulhar nele. Sofro de uma incompatibilidade com os aparelhos de todas as cores. Reconheço-me verdadeiramente nos poucos indivíduos que se desmultiplicam num reconhecimento egoísta. É verdade, só confio em indivíduos e de modo algum em organismos abstractos, que me pediriam rapidamente para encobrir os piores desvios em nome do interesse geral. É isto que me permite recompor as relações homens/mulheres no Movimento Anarquista, as relações entre o feminismo e a anarquia definidos por medidas muito pequenas, mas mais exactas: as de cada um e as de cada uma. Há, evidentemente, falta de amplitude fraterna no anarquismo feminino. Um grande encontro internacional, não misto, de mulheres anarquistas de todas as tendências, sem distinção de idades ou de afinidades libertárias seria desejável para ouvir repetir o longo *leitmotiv* polimorfo da sua inclusão/exclusão.

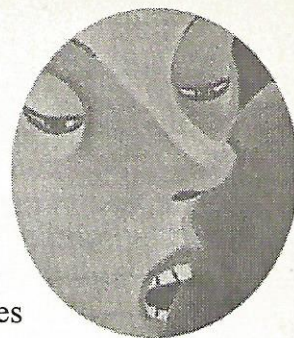
É preciso confessar, com efeito, que não me parece que a luta Feminista Anarquista avance muito. Pelo contrário, há anos e anos que só se ouve um longo penitenciamento e uma re-

António Pedro, *Paz Inquieta*, 1940.

repetição monótona. Será por causa da natureza intrínseca das mulheres que é exigido este eterno recomeço?

Devo esclarecer que entendo por feministas, apenas as posições explicitamente universalistas. Porque a reacção empesta o feminismo como tudo o mais, desde há muito tempo (meados dos anos oitenta). Reivindicam-se feministas por quererem usar o *tchador* ou proclamam-se livres de qualquer compromisso histórico, sob o pretexto de que são apenas mulheres, como por exemplo no caso do nazismo! Puras por natureza, ou outras vacuidades do género, que eu combato ardentemente. O único "mais", eventualmente existente da parte da minoria sócio-política das mulheres, é um suplemento de consciência universalista, que tem de se exigir em qualquer luta e em qualquer pensamento. Assim, "ser cigana", (dizem as ciganas) não é mais do que uma condição agudizada que exige afinar categorias válidas para toda a gente. " Sou *manouche*[39], sou alsaciano, sou francês, sou europeu e sou cigano e sou cidadão do mundo, etc". Os anarquistas, parece-me que têm de somar, como os ciganos e os universalistas, (alemães, por exemplo), mas não os franceses com certeza. Como Herder[40] e não como nenhum dos franceses do *Siècle des Lumières*, que pensaram um universal bem pequenino. As feministas incitam a alargar a noção de universal às categorias sexuais, do mesmo modo que outras minorias sócio-políticas incitam a alargar a noção de universalidade ao parâmetro linguístico, por exemplo o *occitan*[41], ou étnico, tomado no seu sentido exacto - povo sem Estado - como os *Roms*[42]. É isso, parece-me, o que podemos entender e esperar de um universal revisitado, para o qual as feministas remetem o pensamento elitista, no que respeita aos anarquistas ou a quaisquer outros.

Enquanto feminista, é evidente que fico muito zangada com as posições internas do Movimento Anarquista que possam ser anti-feministas, de perto ou de longe. Incomodam-me também as posições anarco-feministas, que me parecem arcaicas, pouco inventivas, dogmáticas, rígidas, sem substância e desligadas da realidade. Tenho horror dos dogmatismos, deste ou de outro qualquer. Desinteressei-me por isso do Movimento Feminista em que tomei parte. Infelizmente devo dizer explicitamente que acho o feminismo de hoje muito menos avançado do que o dos anos setenta. É pena, mas em termos de crítica radical ou radicalizada, o feminismo dos anos setenta era bem mais avançado do que o anarco-feminismo. O que me leva a dizer que, pelo que conheço, as feministas anarquistas integraram simplesmente as análises feministas das mulheres mais velhas, mas muito pela rama, diria mesmo, à pele. É lamentável que alguns dos excelentes conceitos do feminismo nunca tenham penetrado no seio do anarquismo, nem do anarco-feminismo, como se não tivessem nada que ver com os seus objectivos.

E, no entanto, não se pode negar a pertinência do feminismo na nossa sociedade contemporânea.

Estou convencida de que, a despeito das profundas alterações operadas na composição sexual da sociedade, o lugar das mulheres continua problemático, no que respeita à igualdade. Contrariamente ao que muitas vezes pensam os militantes esquerdistas, que assumem imediatamente as mulheres ditas "imigradas" como o paradigma da actual opressão das mulheres, nas nossas sociedades, penso que é mais significativo considerar as mulheres "autóctones" na sua desigualdade, o que dará ainda mais relevo à desigualdade das

mulheres vindas de países exóticos. Com efeito, toda a gente reconhece que as mulheres de origem muçulmana, sub-saariana e asiática sofrem por causa de preconceitos sexistas das suas culturas de origem e que a Europa lhes propõe um modelo ocidental de emancipação. E que nós as deveríamos ajudar a conseguir essa emancipação. Concordo inteiramente, se essas mulheres no-lo pedirem. Isso que aconteceu em tempos no Movimento Feminista. Quanto a mim, não sou favorável, nem me identifico com mulheres que usem o lenço na cabeça (ou qualquer outra insígnia da opressão das mulheres no seu país, na sua cultura ou religião) de uma forma ostensiva e opressiva para espíritos emancipadores dessas mesmas culturas Todas as revoluções magrebianas e árabes tiraram o véu às mulheres e eu revejo-me nesta atitude, mantendo-me fiel às revoluções destas culturas. Algumas mulheres desses países ergueram-se, pedindo que as apoiássemos, representadas por Talisma Nasrin[43], pelas Iranianas[44], etc.

A Acção Social em França apoia, de uma maneira geral, as mulheres dos subúrbios, as jovens vindas na imigração, em fuga de uma cultura de origem, ainda hoje, muito oprimente Os militantes de esquerda fazem o mesmo. Mas eu gostava de analisar o forjar da desigualdade entre os homens e as mulheres na nossa geração, nos últimos trinta anos, no seio da população francesa autóctone da classe média. A desigualdade é considerável. Em parte alguma nos foi dado o mesmo tratamento que os nossos companheiros ou camaradas receberam, nem no trabalho, nem nas revistas, nem no emprego do tempo, nem nas oportunidades sociais. Tivemos que suportar os direitos de curtimenta da hierarquia, patrões tão estúpidos que faziam chorar as pedras da calçada, fomos sistematicamente atiradas para lugares subalternos, relativamente aos nossos colegas homens. Nenhum homem do meu nível profissional foi alguma vez tratado como eu fui e nenhum colega de profissão esboçou o mais pequeno gesto de apoio, a mais pequena ajuda, um mínimo de compaixão. A solidariedade profissional veio sempre da parte das mulheres. O que significa também que a concorrência entre os homens e as mulheres no plano social jogou fortemente em detrimento das mulheres. A sociedade feminizou os empregos, mas só os que estavam em vias de extinção, e paralelamente forneceu aos homens novos empregos, de maior prestígio, para manter o fosso social entre os homens e as mulheres. O que quer dizer que à feminização aparente de certos domínios sociais corresponde a remasculinização dos empregos de prestígio (exemplo: o aeroespacial). Por detrás das aparências de uma vida mista, a sociedade permanece fundamentalmente desigual entre homens e mulheres.

Quer dizer que, se as coisas mexeram mas não se modificaram o mínimo no sentido da libertação das mulheres, a situação dos homens também não se alterou. Portanto o feminismo tem ainda muito para fazer e eu lembro que os homens podem tomar parte no feminismo, ocupar todo o espaço que lhes pertence. A sociedade sexista reestruturou-se. Vemos mais caras femininas na esfera pública, mas reconduziu a desigualdade das mulheres. A desigualdade de todas as mulheres e não apenas de algumas, mais desafortunadas por nascimento. A contra-revolução dos costumes que está a passar-se no planeta reforça a derrota de todos, neste momento. Ao pretender que a opressão só tem lugar ao nível da esfera privada, como por exemplo no Afeganistão, onde as mulheres seriam mais infelizes, o discurso dominante tenta iludir a crítica aos seus próprios opressores, aos seus próprios machistas, aos seus próprios tipos, ao seu próprio sistema patriarcal.

Não, a Anarquia não saberia pactuar com um patriarcado que oprime toda a gente e que apenas vestiu novas roupagens, ao fingir combater a discriminação das mulheres.

O que nos separa das nossas grandes antepassadas é o termos deixado de acreditar num progresso simples, é o termos deixado de acreditar na iminência da Revolução, é o termos deixado de acreditar na facilidade de uma revolução social. Já não podemos interpelar os nossos companheiros só com as palavras das nossas predecessoras. Mas quem é que não conhece Úrsula Le Guin[45] ? Quem é que não conhece Elfriede Jelinek[46] ? Será que leram, meus caros camaradas tão grandes admiradores do nosso amigo Chomsky, Ursula Le Guin, ou seja U. L. G.? E Elfriede Jenilek, designada pelos fascistas do seu país, há alguns anos, como a primeira personalidade pública a abater, em grandes cartazes espalhados por Viena, ela que começara a sua carreira literária numa micro revista anarquista-feminista de Berlim, "Die schwartze Bottin" (A Mensageira Negra)?

-Sou assim tão diferente das mulheres de Anarres?
-Sim, claro que é.
-Elas são todas incrivelmente fortes, cheias de músculos? Andam de botas grossas, e têm enormes pés chatos, e vestidos práticos, e só tiram os pêlos uma vez por mês?
-Elas nunca tiram os pêlos.
-Nunca? Em parte alguma? Oh! meu Deus! Falemos de outra coisa!
-De si. (...) Gostaria de saber se uma mulher de Urras não se importa de ser sempre inferior?
-Inferior a quem?
-Aos homens.
-Ah! Isso! O que é que o faz pensar que eu o sou?
-Dir-se-ia que tudo o que a vossa sociedade faz, é feito pelos homens. A indústria, as artes, a administração, o governo, as decisões. E, durante toda a vossa vida, usam o nome do vosso pai e o do vosso marido. Os homens vão à escola e vocês não; todos os professores, juízes, polícias, governantes são homens, não é verdade? Porque é que os deixam controlar tudo? Porque é que vocês não fazem aquilo que gostam?
-Mas nós fazemos! (...) dirigimos os homens...
-Não acredito. (...) porque se vê bem que não está satisfeita.

Ursula K. Le Guin*

Para UTOPIA, fraternalmente
Claire Auzias, Marselha, Verão de 2004.

Tradução de Pulquéria Benevides

Notas:

****Les Dépossédés*, Éditions Robert Laffont, Paris, 1975.**

1 Armand Robin - Poeta poliglota, que morreu louco no comissariado do Palácio de Justiça em Paris. Autor de uma colectânea de poemas: "A Minha Vida Sem Mim", publicada pela editora Gallimard. Estes poemas foram publicados pela Federação Anarquista, em 1947.

2 NT **Takver** - Nome da companheira de Shevek, o anarquista, cientista e filósofo, que ocupa o lugar do herói no romance utópico de Ursula K. Le Guin, "The Dispossessed: an Ambiguous Utopia".

3 NT **Ulrike Meinhof** (1934-1976) – Jornalista, lutadora, líder da Fracção Armada Vermelha Baader-Meinhof. Defensora e praticante da acção directa. Acabou por ser presa. Foi encontrada enforcada na cela da prisão.

4 Monique Wittig - Tradutora de Marcuse, escritora, entenda-se teorizadora feminista: "Les guerilléres" (éditions de Minuit) e "Opoponax" (éditions de Minuit), para além de revistas feministas.

5 Christiane Rochefort - Autora de "Le repos du guerrier» e de uma utopia, "Archos ou le jardin étincellant", de livros sobre as crianças, tradutora de John Lennon e feminista da primeira hora.

6 NT **Greve das Ovalistas** – Primeira grande greve feminina em França, levada a cabo pelas operárias da indústria da seda de Lyon, em 1869.

7 NT **Karl Marx** (1818 – 1883) – Filósofo, economista e

militante político alemão. Encontra-se na encruzilhada da filosofia alemã, do socialismo utópico francês e da economia política inglesa. Teórico do comunismo. O seu pensamento influenciou indelevelmente o mundo do século XX.
8 NT **Pierre-Joseph Proudhon** (1809-1865) – Jornalista, escritor, filósofo francês. Um dos grandes teóricos do anarquismo.
9 NT **Mikhail Aleksandrovic Bakunin** (1814-1876) – Grande teórico anarquista russo que consagrou toda a sua vida à política e teve um dos mais importantes papéis no seio dos movimentos revolucionários do século XIX. Como activista tomou parte num significativo número de insurreições que sacudiram a Europa a partir de 1848. Participou na fundação de grupos revolucionários e sociedades secretas.
10 NT **AIT** – Associação Internacional dos Trabalhadores.
11 NT **Joseph Déjacque** (1821-1864) - Opôs-se a Proudhon na questão feminina, perguntando-lhe se se podia ser anarquista sem se ser feminista e exortando-o a que se queria ser anarquista, então que o fosse até ao fim das suas consequências teóricas e práticas.
12 **Revista Anarquista** - Depois de ter durado cerca de 20 anos, fechou as portas, mas podem ler-se extractos, reunidos pelo ACL (Atelier de Création Libertaire) de Lyon, numa edição recente.
13 NT **Carbonari** - Nome dos membros de uma sociedade secreta nascida no Reino de Nápoles no século XIX. Lutava pela unidade e identidade nacionais da futura Itália, mas não admitia mulheres. Os neo-carbonários apoiam a contestação social que se opõe à lógica do mercado, que apela à desobediência civil perante a iniquidade das leis anti-imigrados, que luta pelos sem - papéis e pelos desempregados, a quem é negado o direito de se fazerem ouvir.
14 NT Se nos situarmos em 1830 e formos até ao final do século XIX, no caso da França, todo e qualquer operário para obter o reconhecimento profissional de artesão junto da sua corporação, era obrigado a percorrer toda a França para se qualificar como artesão. Depois disso era ainda constrangido a realizar um exame e a ser avaliado pelo mestre que tinha sido legitimado para esse efeito.
Hoje, embora em moldes completamente distintos, as ordens circunscritas a determinadas profissões funcionam a partir dos mesmos parâmetros: médicos, engenheiros, advogados, economistas, etc...
15 NT **FA** – Fédération Anarchiste.
16 NT **Noir et Rouge** – Revista Anarquista, criada pelos Groupes Anarchistes d'Action Révolutionaire (GAAR). Publicou o primeiro número em Março de 1956 e o 46° e último em Junho de 1970. Era editada na gráfica La Ruche Ouvrière, em Paris.
17 NT **Radio Libertaire** – estação de rádio nascida em 1981, na onda das "rádios livres", trabalha na esfera da Fédération Anarchiste e do jornal "Monde Libertaire"
18 NT **CNT** – Confédération Nationale du Travail – Sindicato de inspiração Anarco-Sindicalista e Sindicalista Revolucionária.
19 NT **Michèle Bernstein** – Escritora situacionista, autora de romances e inúmeros artigos para o jornal "Libération". Foi casada com Guy Debord
20 NT **Guy Debord** (1931-1994) – Teórico do situacionismo. Movimento contestatário nascido das revoltas estudantis. Foi um dos fundadores da Internacional Situacionista em 1957. Em Maio de 68 foi tido como o líder de uma das correntes mais extremistas então surgidas. Levou uma vida de deriva, mas mantendo sempre uma pequena corte que bebia as suas palavras como as de um guru.
21 NT **OCL** – Organization Communiste Libertaire. Publica a revista *Courant Alternatif.*
22 NT **Vanina** – Autora de inúmeros artigos sobre a problemática do feminismo publicados, na sua grande maioria, na revista *Courant Alternatif.*
23 NT **Monde Libertaire** – Vidé nota 17.
24 NT **Marianne Enkel** – Colaboradora permanente do CIRA de Lausanne e tem obra publicada. Dedica-se ao estudo da história do anarquismo e ao feminismo.
25 NT **CIRA** – Centre International de Recherches sur l'Anarchisme (Lausanne e Marselha).
26 NT **Aristóteles** (384 a.c. – 322 a.c.) – Filósofo e sábio grego, fundador da Lógica, considera o conhecimento dividido em três domínios da actividade humana – a criação, a prática e a teoria e explica os fenómenos naturais pelo conceito de causa-efeito. Liga a moral à política e é defensor da democracia como a mais perfeita forma de governo. No domínio da ciência defende a observação e a experimentação antes do conhecimento teórico e define uma escala de seres vivos até chegar ao homem, dotado de alma e de existência para além da morte.
27 NT **"Ética a Nicómaco"** – Livro grande da filosofia moral, terá sido escrito para um sobrinho do autor, a fim de este saber como orientar a sua vida, sendo que Aristóteles afirmava que o problema que se põe diariamente ao homem é o de saber o que fazer para ter "uma vida boa", isto é, ser feliz. Trata-se de partir de conteúdos concretos da vida para se fazer a felicidade.
28 NT **Michel de Montaigne** (1533-1592) – Autor de um só livro: «Ensaios» em que aborda as linhas mestras da vida humana, livro que aperfeiçoa incessantemente e acaba por se confundir com o próprio autor, que terá dito "quem toca num, toca no outro". Aqui refere-se o ensaio sobre a Amizade, escrito a propósito da morte permatura do seu amigo La Boétie.
29 NT **Etienne de la Boétie** (1530-1563) – Escritor francês, amigo de Montaigne, de formação clássica, publicou «Discurso sobre a servidão voluntária". Católico, advogado e conselheiro do Parlamento de Bordéus, serve de intermediário nas guerras entre católicos e protestantes. No seu livro põe em causa a legitimidade de qualquer autoridade sobre um povo e analisa as causas que levarão esse povo a aceitá-la (relação dominação/servidão). Aconselha o leitor a uma vigilância de toda a hora, tendo a Liberdade sempre em vista. Todos os exemplos que dá vai buscá-los à Antiguidade e não trata de criticar o que se passa na sociedade do seu tempo, tendo-se, também ele submetido aos poderes públicos. Mesmo assim, há quem o considere um precursor intelectual do Anarquismo.
30 NT **Patrice Spadoni** – Foi um dos fundadores e animadores do movimento AC, "Agir Ensemble Contre le Chômage», há dez anos. Depois organizou também marchas contra o desemprego, dentro da Europa. Tenta dar voz aos que não têm tido o direito de se expressar – desempregados, excluídos, sem abrigo. Vidé entrevista in *Alternative Libertaire.* Set. 2004. Autor do documentário "La marche aux mille voix", entre outros.
31 NT **Daniel Guérin** (1904-1988) – Comunista Libertário, teve uma vida cheia e um percurso evolutivomuito intenso, que vai do nascimento burguês à convicção de que a Revolução

[illegible] necessária e desejável, mas não deve- [illegible] moscovita nem a da desbotada social- [illegible] terá que ser autoritária, mas sim libertária [illegible]. Passou pela guerra civil de Espanha e pela [illegible]

[illegible] **Deleuze** – Filósofo francês, nascido em 1925, [illegible] Entendia que os conceitos são entidades [illegible] relacionam arbitrariamente e se desenvolvem [illegible]do, como as raízes das plantas.

[illegible] **Louise Michel** (1830-1905) – Nascida em França, [illegible]ndária do ovimento dos trabalhadores, porta-bandeira [illegible]ismo, desloca-se para todo o lado, dá conferências, [illegible] escolas libertárias, é presa, deportada. Não deixou obra [illegible], mas o exemplo da mais incansável militância. Ainda [illegible] lembrada e dada como exemplo de luta e tenacidade.

[illegible] **Emma Goldman** (1869-1840) - Nascida a 27 de [illegible] de 1869 em Kovno, Lituânia, morreu em Maio de [illegible] Canada. Está enterrada no cemitério de Waldheim [illegible] dos mártires de Chicago. Tinha emigrado para os [illegible] Unidos em 1889, designadamente para Nova Iorque [illegible] anarquista, tendo tido por mestre o anarquista [illegible] refugiado, Moses. Entre outros homens, célebres ou [illegible] Alexander Berkman foi o homem de toda a sua vida, [illegible], emigrante como ela. Devemos mencionar também [illegible], o médico dos pobres e dos "hobos" (vagabundos) [illegible]. Emma Goldman foi a autora da aproximação [illegible] emigrados e os americanos de nascença. Foi expulsa [illegible] Estados Unidos por ocasião da Revolução russa e [illegible] para a Rússia dos soviets, donde foge alguns anos [illegible] e chega a Berlim em 1922. Escreveu um diário [illegible] "Mother Earth" (Terra Mãe) e as suas Memórias, [illegible] Life" (Vivendo a Minha Vida), financiada por [illegible] Guggenheim. É uma anarquista enorme, que criticou [illegible] as práticas internas do anarquismo. Mas seria muito [illegible], ainda, se os homens anarquistas que se servem dela [illegible] dia, não a utilizassem tantas vezes contra as suas [illegible] companheiras

[illegible] **Voltairine de Cleyre** – (1866-1912) – Nasceu no [illegible]. Foi ateia e livre-pensadora e mais tarde Anarquista. [illegible], ensaísta, poeta e professora em Filadélfia, fez [illegible] de conferências na América e depois na Europa, [illegible] encontrou com Kropotkin, Louise Michel, Sébastien [illegible] e outros. Volta aos Estados Unidos, onde é vítima de [illegible] em 1902, mas só virá a morrer em 1912 em [illegible]

[illegible] **Hedwig Landauer-Lachmann** (1865-1918) – Judia [illegible], escritora anarquista e feminista, transformou o [illegible] ortodoxo em que nasceu e se criou por um [illegible] de inspiração libertária. Era casada com Gustav [illegible], teórico anarquista alemão.

[illegible] **Seemann**: Autora do livro "Hedwig Landauer- [illegible] (1865-1918), Escritora, antimilitarista, judia [illegible]", Editora Campus Verlag, Frankfurt, Alemanha, 1998, [illegible] páginas, em que, entre outras coisas, analisa as relações [illegible] judaísmo e o anarquismo no percurso de vida desta [illegible]. Agradeço ao nosso companheiro Rheinardt que me [illegible]ou este encontro.

[illegible] **Isadora Duncan** (1878-1927) – Nasceu em S. [illegible], na Califórnia. Filha de pais divorciados, cresce [illegible], que sempre a seguirá, e a mãe que lhe ensina [illegible]. Apaixonada pelos movimentos do corpo aprende [illegible], mas aos movimentos esteriotipados do bailado clássico, prefere inventar a sua própria dança, que ela entende que tem como objectivo principal criar o belo e contribuir assim para a felicidade das pessoas. A sua vida é trágica: morrem-lhe os dois filhos afogados num automóvel que cai ao Sena, o marido enlouquece e suicida-se e ela própria morre estrangulada pela écharpe que leva ao pescoço e se prende na roda do carro desportivo em que passeava com amigos em Nice.

39 NT **Manouche** - designação do ramo mais antigo de nómadas, geralmente chamados ciganos, que a partir do ano 1000 começaram a entrar na Europa através do Bósforo, vindos da Índia. A sua presença foi assinalada, em 1419, em Châtillon-sur-Chalaronne, Bourg-de-Bresse, Mâcon, Sisteron, actual território do Sudoeste de França.

40 **Johann Gottfried Herder** – Escritor e filósofo alemão, nascido em 1744 e falecido em 1803. Exaltou o génio popular em detrimento do ideal clássico.

41 NT **Occitan** – língua medieval da região do Langue d'Oc, no Sul de França; Provençal.

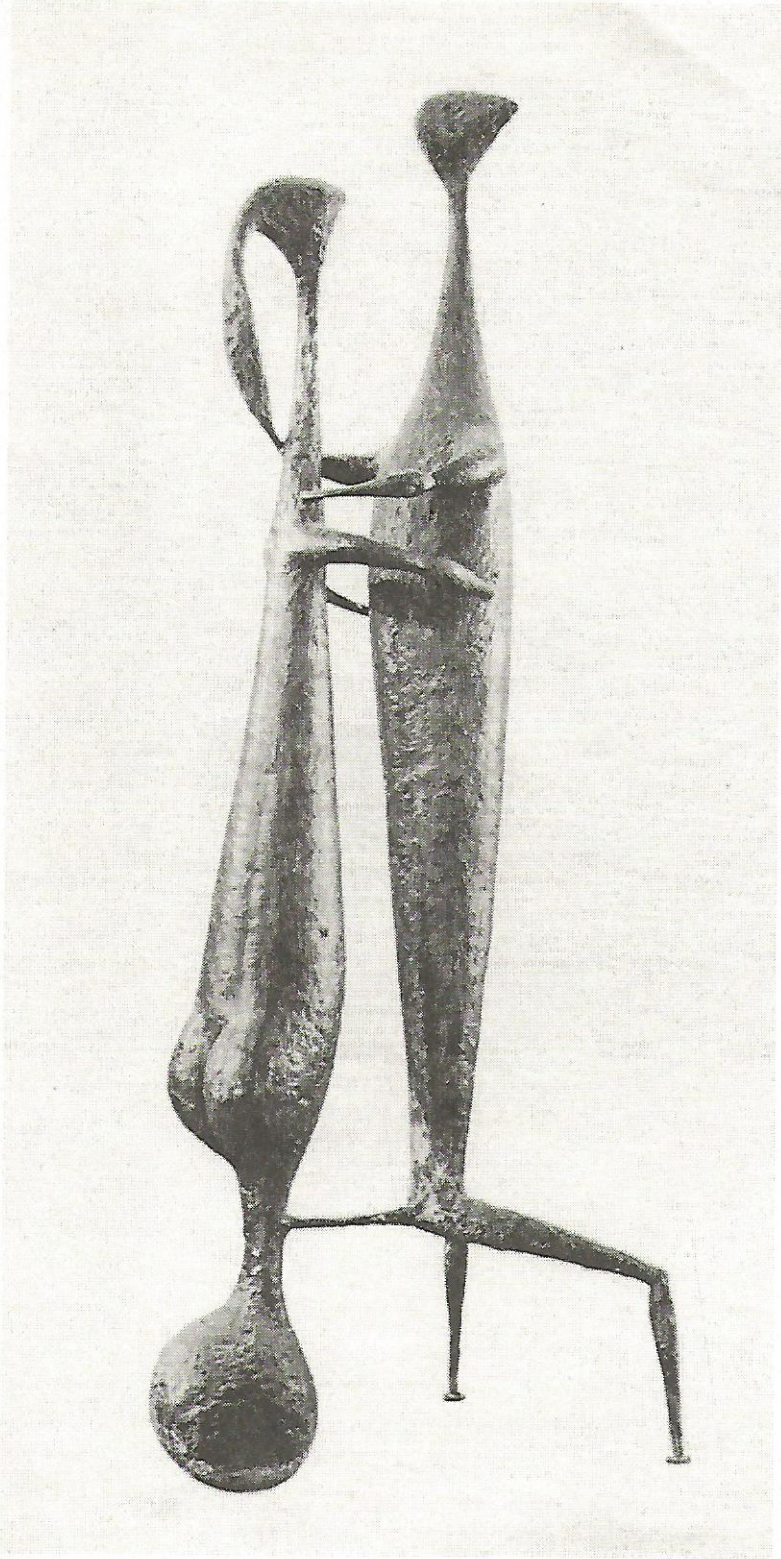
42 NT **Rom** – designação de um ramo de nómadas, geralmente chamados ciganos, que a partir do ano 1000 começaram a atravessar o Bósforo, vindos da Índia. Implantaram-se na Europa, percorrendo um eixo que vai dos Balcãs ao Báltico, através dos Cárpatos.

43 NT **Talisma Nasrin** – Nasceu em 1962 no actual Bangladesh, numa família tradicional. Cedo se dedicou às letras, o que não a impediu de se formar em medicina em 1984, passando a trabalhar em hospitais públicos, ao mesmo tempo que publicava livros em que criticava abertamente certas práticas do islamismo. Isso valeu-lhe uma feroz perseguição a partir de 1990 e o exílio na Europa, onde continua a publicar inúmeros livros não abandonando nunca a luta pelos direitos da mulher e pelo direito à liberdade de expressão no seu país.

44 NT **Iranianas** – Mulheres da República Islâmica do Irão que se opuseram ao projecto de instrumentalização da religião com fins políticos, mantiveram uma luta esclarecida pelos seus direitos de igualdade com os homens e imprimiram no seu país uma nova dinâmica familiar e demográfica. Estão sempre, naturalmente, atentas à defesa dos direitos de outras mulheres muçulmanas.

45 NT **Úrsula Kroeber Le Guin** – Escritora norte-americana, nascida em Berkeley, Califórnia em 1929. É senhora de uma vasta obra de ficção, que inclui a obra já citada "The Dispossessed – an ambiguous Utopia" (esta obra foi traduzida e publicada pela editora Europa-America, em 1974) e tem sido galardoada com um sem número de prémios e distinções. Vive actualmente em Portland, estado do Oregon.

46 NT **Elfriede Jelinek** – Nasceu na Áustria em 1946. Começou a escrever no fim dos anos sessenta, por reacção ao domínio que a mãe exercia sobre ela para que se dedicasse à música, como uma boa austríca. Os seus romamances são altamente polémicos, pois ela aborda tudo o que as pessoas não querem recordar, ou não querem admitir, desde o passado histórico do nazismo às relações de domínio homem/ mulher, quer social, quer sexual. Com a subida ao poder da extrema-direita no seu país, foi perseguida, difamada, arrastada pela lama. Ironicamente, é-lhe atribuído o Prémio Nobel da Literatura, em 8 de Outubro 2004. Não é "uma flor para a Áustria usar na lapela", apressou-se a avisar.

Jorge Vieira, *Groep*, 1922.

O ser humano masculino e feminino (Carta a P. J. Proudhon)

JOSEPH DÉJACQUE

Déjacque tinha umas contas a ajustar com Proudhon (1809-1865), a quem, muito embora lesse e admirasse como todos os militantes da sua época, criticava o seu anti-feminismo conservador. Em Maio de 1857, em Nova-Orleães, no mesmo ano em que escreve O Humanisfério, publica uma pequena brochura, de 11 páginas, de um humor feroz. Do Ser Humano Macho e Fêmea, carta a P. J. Proudhon:

Na Louisiana profunda, para onde me deportou o fluxo e o refluxo do exílio, tive a oportunidade de ler, num jornal dos Estados Unidos, a Revista do Oeste, um fragmento de correspondência entre vós, P. J. Proudhon e uma senhora de Héricourt.

Gostaria de ver esta questão da emancipação da mulher tratada por uma mulher que tenha amado muito, e de diversas maneiras, e que, na sua vida passada, tenha sido moldada pela aristocracia ou pelo proletariado, preferencialmente pelo proletariado, já que a "mulher da mansarda" é mais capaz de penetrar, quer pela vista, quer pelo pensamento, no seio da vida luxuosa, oficial ou secreta, da grande senhora, que a "mulher de salão" de entrever a vida de privação, aparente ou escondida, da mulher do povo.

Entretanto, na falta dessa outra Madalena derramando os fecundos orvalhos do seu coração aos pés da Humanidade crucificada e lutando por um mundo melhor; na falta dessa voz de pessoa civilizada arrependida, crente na Harmonia, filha anárquica; na falta dessa mulher abjurando alta e publicamente todos os preconceitos de sexo e raça, de leis e de costumes que ainda nos prendem ao mundo interior; bem, eu, ser humano do sexo masculino, vou tentar desenvolver, contra e a vosso favor, estulto Proudhon, esta questão da emancipação do ser humano de ambos os sexos.

Paul Klee, detalhe de *Encontro de dois homens, cada um deles julgando o outro em posição superior*, 1903

Será realmente possível, célebre publicista, que por baixo da vossa pele de leão se encontre tanta burrice?

Outra Joana d'Arc do sexo masculino, que, segundo se diz, guardou intacta durante 40 anos a sua virgindade. As penitências amorosas azedaram o seu coração. Rancores invejosos repugnam. Gritais: "guerra às mulheres!" como a Virgem de Orleães gritava: "guerra aos ingleses!" – os ingleses queimaram-na viva... As mulheres fizeram de vós um marido, ó santo homem, há muito virgem e sempre mártir!

Tomai nota, pai Proudhon, quereis que vos diga que quando falais das mulheres me lembrais um miúdo de escola a dizer parvoíces a torto e a direito, bem alto e que, tal como os seus ouvintes adolescentes, não sabeis do que falais?

Depois de teres profanado a vossa carne na solidão durante 40 anos, conseguistes, de profanação em profanação, profanar publicamente a vossa inteligência ao lucubrar as impurezas e ao "enlamear" a mulher.

É então isso, Narciso-Proudhon, a que chamais a civilidade viril e honesta?

Cito as vossas palavras:

«Não, senhora, vós não conheceis nada do vosso sexo: não conheceis nem um pouco da questão que vós e as vossas honradas comparsas proclamam tão ardentemente e sem nenhum sucesso. E se não compreendeis nada desta questão, se nas 8 páginas de resposta que haveis dado à minha carta, existem 40 paralogismos, isto deve-se, exactamente como vos disse, à vossa enfermidade sexual. Entendo por esta palavra, cuja exactidão não será talvez irrepreensível, a qualidade da sua compreensão, a qual não vos permite alcançar a relação das coisas, enquanto nós, homens, vos fazemos pôr o dedo na ferida. Existe em vós no cérebro, como no ventre, um determinado órgão incapaz de vencer por si mesmo a sua inércia congénita e que só o espírito do macho consegue fazer funcionar, e mesmo assim nem sempre. Eis, senhora, o resultado das minhas observações directas e positivas. Entrego-o à vossa sagacidade obstetrícia e deixo-vos calcular, segundo a sua tese, as consequências incalculáveis.»

Mas, - velho javali que não passa de um porco, - se é verdade, como dizes, que a mulher não pode dar à luz nem pelo cérebro, nem pelo ventre, sem o auxílio do homem, - e isso é verdade -, é igualmente verdade - a coisa é recíproca - que o homem não pode produzir pela carne, nem pela inteligência, sem o auxílio da mulher. É a lógica mestre Madelon-Proudhon, a boa lógica que faz com que um aluno, que também foi sempre um sujeito desobediente, vos arranque as mãos e vos atire para cima.

A emancipação ou a não-emancipação da mulher, a emancipação ou a não-emancipação do homem, o que quer isso dizer? Será que, naturalmente, podem existir direitos para um que não sejam direitos para o outro? Será que o ser humano não o é tanto no plural como no singular, tanto no masculino como no feminino? Será que é ao mudar a natureza que se distinguem os sexos? E as gotas de chuva que

caem das nuvens serão menos gotas de chuva? Que atravessem o ar em pequeno ou grande número ou que a sua forma tenha esta ou aquela dimensão, configuração de macho ou de fêmea – qual a diferença?

Colocar a questão da emancipação da mulher em pé de igualdade com a questão da emancipação do proletariado, este homem-mulher, ou por outras palavras, este homem-escravo, carne para serralho ou carne para oficina, isso compreende-se e é revolucionário, mas colocá-la sob o privilégio homem! Ora, do ponto de vista do progresso social, isto não tem nenhum sentido, é reaccionário. Para evitar equívocos, deve dizer-se emancipação do ser humano. Nestes termos, a questão está encerrada. Colocá-la assim é resolvê-la: o ser humano nas suas rotações diárias, gravita de revolução em revolução em direcção ao seu ideal de perfeição, a Liberdade.

Escritor fustigador das mulheres, servo do homem absoluto, Proudhon-Aynau [1] que tinha por açoite a palavra. Como o carrasco croata, vós pareceis gozar de todas as lubricidades da cobiça ao despir as vossas belas vítimas no papel do suplício e ao flagelá-las com as vossas invectivas. Anarquista apenas pela metade, liberal e não libertário, quereis a livre troca para a pancada e para a polícia e preconizais os sistemas protectores do homem contra a mulher na circulação das paixões humanas. Gritais contra os grandes barões do capital e quereis reedificar o domínio do macho sobre a vassala fêmea. Lógico com lentes de garrafa, vedes o homem através dos óculos que aumentam os objectos e a mulher através do vidro que os diminui. Pensador que sofre de miopia, só sabeis distinguir o que o que vos fere a vista no presente ou no passado, e nada podeis descobrir do que está alto e distante, do que perspectiva o futuro: sois um doente!

Saiba que a mulher é a força do homem, assim como o homem é a força da mulher. Não é uma ideia do vosso cérebro disforme, como do cérebro de outros homens que não foram fecundados pela mulher, não é uma acção do vosso braço ou da vossa inteligência, que não tenha em vista fazer-vos sobressair em relação à mulher, agradar-lhe, mesmo o que parece distante, mesmo os vossos insultos.

Sejais então, franca e inteiramente anarquista e não um quarto, um oitavo, um sexto anarquista, como se é um quarto, um oitavo ou um sexto agente de troca [2]. Prossegui até à abolição do contrato, abolição não somente do poder dito vingador e do capital, mas da propriedade e da autoridade sob todas as suas formas. Cheguemos à comunidade anárquica, isto é, ao estado social em que cada um será livre de produzir e consumir à vontade e segundo a sua fantasia, sem ter controlo para exercer ou obedecer, seja de quem ou sobre quem for; onde a balança entre a produção e o consumo se estabeleceria naturalmente, não pela detenção preventiva e arbitrária nas de uns e outros, mas pela livre circulação de forças e de necessidades de cada um. As vagas humanas não têm que fazer de vós dique: deixai passar as marés livres. A cada dia que passa elas não vos reconduzem ao seu nível?

Paul Klee, detalhe de *Encontro de dois homens, cada um deles julgando o outro em posição superior*, 1903.

Será que preciso, por exemplo, de ter um sol só meu, uma atmosfera minha, um rio meu, uma floresta minha, todas as casas e ruas de uma cidade minhas? Será que tenho o direito de me tornar detentor exclusivo, o proprietário e de privar os outros, mesmo não tendo necessidade? E se não tenho esse direito, terei então mais razão de querer, como com o sistema de contratos, estabelecer a cada um o que deverá reaparecer de cada uma destas coisas? Quanto se deverá consumir de raios solares, metros cúbicos de ar ou de água, metros quadrados de floresta? Qual será o número de casas ou o pedaço de casa que se terá o direito de ocupar, o número de ruas ou de passeios onde será permitido pôr o pé ou caminhar? Será que, com ou sem contrato, consumirei mais destas coisas do que a minha natureza e o meu temperamento comportam? Será que posso absorver todos os raios de sol individualmente, todo o ar da atmosfera, toda a água do rio? Será que posso apossar-me de todas as sombras da floresta e obstrui-las, todas as ruas da cidade e todos os passeios da rua, todas as casas da cidade e todos os quartos da casa? E não se passa o mesmo com tudo o que é de consumo humano, quer se trate de um produto bruto, como o ar ou o sol, ou de um produto concebido, construído, como a rua ou a casa? O que tem então de bom um contrato que em nada contribui para a minha liberdade, e contra a qual pode atentar, e certamente atentará?

E agora, no que se refere à produção, será que o princípio activo que está dentro de mim estará mais desenvolvido por ter sido oprimido e por lhe terem sido colocados obstáculos? Seria absurdo sustentar uma tese semelhante. O homem chamado livre, nas sociedades actuais, o proletário, produz muito melhor e muito mais que o homem chamado negro, o escravo. O que aconteceria se ele fosse real e universalmente livre: a produção seria centuplicada. – E os preguiçosos? – dizeis vós. Os preguiçosos são um incidente das nossas sociedades anormais, o que quer dizer que a ociosidade vai tendo as honras e o trabalho o desprezo, o ódio. Não é surpreendente que os homens se cansem de um lavor que lhes trás apenas frutos amargos. Mas no estado de comunidade anarquista e com as ciências tal como são desenvolvidas nos nossos dias, nada semelhante poderia haver. Claro que haveria, como hoje em dia, seres mais lentos a produzir que outros, mas consequentemente mais lentos a consumir e seres mais vivos que outros a produzir, logo mais vivos a consumir – a equação existe naturalmente. Precisais de uma prova? Tomai, aleatoriamente, cem trabalhadores e vereis que os que mais consomem são também os que mais produzem. Como se pode imaginar que o ser humano, cujo organismo é composto por tantos instrumentos preciosos e do emprego dos quais resulta, para ele (ser humano), um aglomerado de prazeres: a ferramenta braço, a ferramenta coração, a ferramenta inteligência, os deixaria corroer pela ferrugem voluntariamente? Qual quê! No estado de livre natureza e de maravilhas naturais e científicas, no estado de exuberância anárquica onde tudo lhe recordaria o movimento, e todo o movimento a vida. O ser humano só saberia rebuscar a felicidade numa imobilidade imbecil? Vamos lá! O contrário só é possível no terreno da verdadeira anarquia, da liberdade absoluta. Existiria, sem contradição, tanta diversidade entre os seres como pessoas na sociedade, diversidade de idade, sexo, aptidões: a igualdade não é a uniformidade. E esta diversidade de todos os seres e de todos os momentos é justamente o que torna tudo governo, constituição ou contratação[3], impossível. Como pode comprometer-se por um ano, por um dia, por uma hora, quando numa hora,

num dia, num ano podemos pensar de forma diferente que no instante em que nos comprometemos? Com a anarquia radical, haveria homens, como mulheres de mais ou menos valor relativo; haveria crianças, como haveria velhos, mas todos, indistintamente, não seriam menos seres humanos e seriam igualmente e absolutamente livres de se mover no círculo natural das suas atracções, livres de consumir e de produzir como lhes conviesse, sem que nenhuma autoridade paternal, marital ou governamental, sem que nenhuma regulamentação legal ou contratual pudesse aí causar algum dano ou prejuízo.

A Sociedade assim compreendida – e vós deveis compreendê-la assim, vós anarquista, que vos vangloriais de ser lógico, – que tendes ainda a dizer da enfermidade sexual da fêmea e do macho no ser humano?

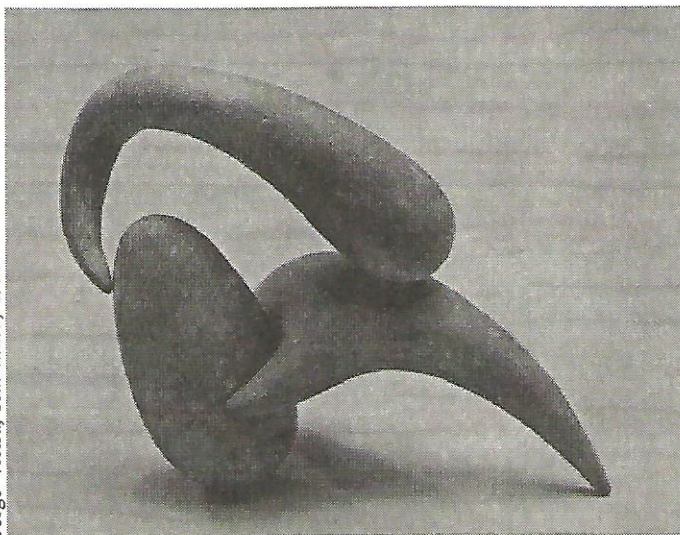
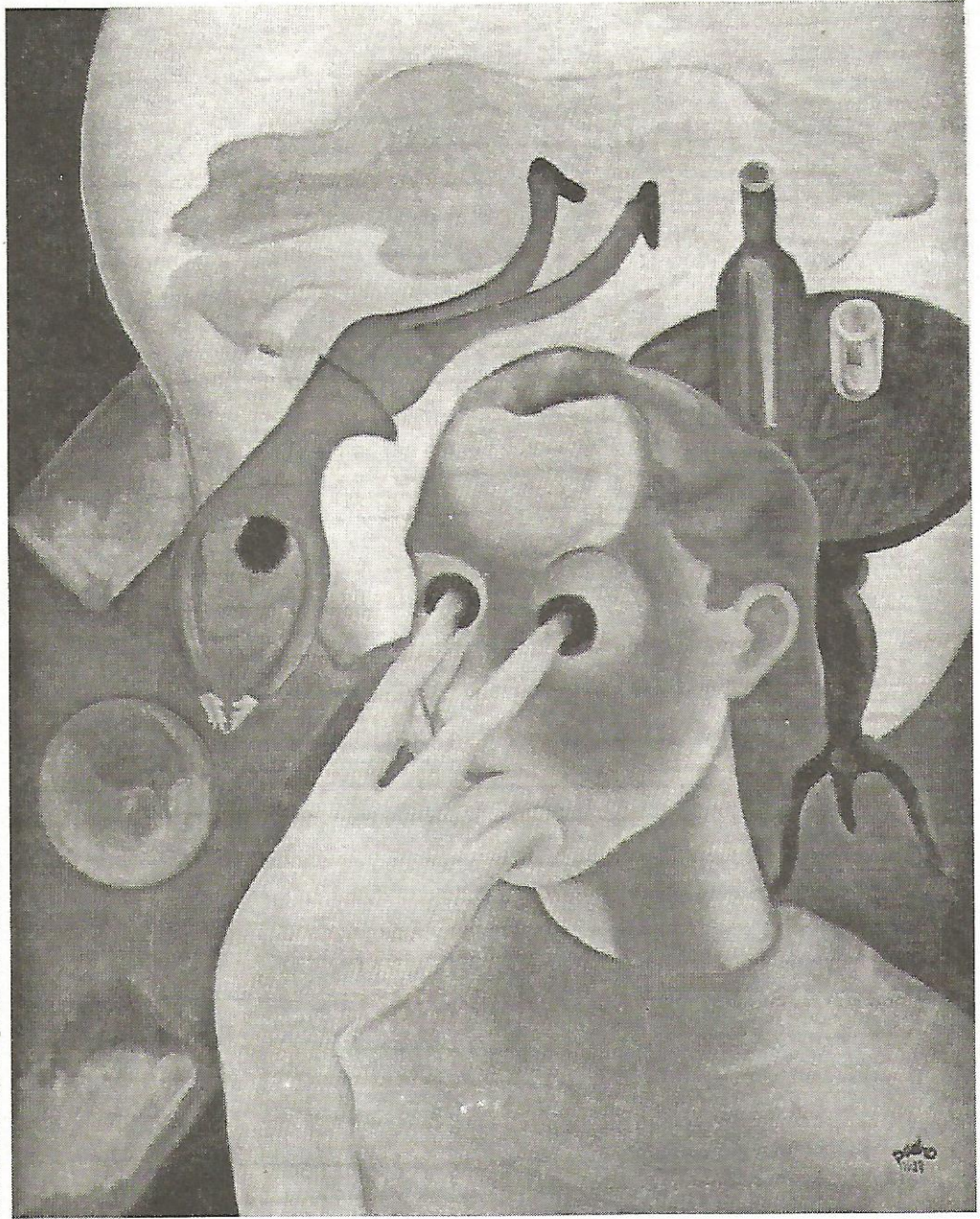
Escutai mestre Proudhon, não falai da mulher ou, antes de falar, estudai-a, ide à escola! Não vos digas anarquista ou sede anarquista até ao fim. Fale-nos, se quereis, do desconhecido e do conhecido, de Deus que é o mal e da Propriedade que é o roubo. Mas quando nos falardes do homem, não fazeis dele uma divindade autocrática, já que vos responderei: o homem é o mal! – Não lhe atribuais um capital de inteligência que só lhe pertence por direito de conquista, por comércio do amor, riqueza usurária que lhe vem toda da mulher, que é o produto da sua alma (da mulher). Não o embeleze com despojos alheios, já que, então, vos responderei: a propriedade é o roubo!

Texto traduzido de *A Bas les Chefs*, Joseph Déjacque, Éditions Champ Libre, Paris, 1971, pp. 246 a 251.

Tradução de Carolina Magos Jorge Carvalho Ferreira

Notas:

1 Haynau, general austríaco que reprimiu os movimentos revolucionários de 1848-1849.
2 Nota do tradutor: entenda-se agente de troca como agente comercial.
3 Neologismo que significa conclusão de um contrato. Do mesmo modo, «*contrative*» significa ter relação com um contrato (Nota de autor).

Jorge Vieira, *sem título*, 1995

António Pedro, Desgosto Simulado, 1939.

A tragédia da emancipação feminina

EMMA GOLDMAN*

Começarei com uma afirmação, deixando de lado todas as teorias políticas e económicas, as distinções de classes e de raças, as fronteiras traçadas, artificialmente, entre os direitos da mulher e os do homem e mantenho: é um ponto onde as divergências podem encontrar-se e fundir-se num todo perfeito.

A paz ou a harmonia entre os sexos e os indivíduos não depende, necessariamente, do nivelamento superficial dos seres humanos. Ela não exige mais do que a eliminação das particularidades e traços individuais. O problema que temos de encarar hoje, e que um futuro próximo terá de resolver, é o seguinte: como ser o próprio e, apesar disso, encontrar-se em unidade com o outro? Como sentir-se em profunda comunhão com todos os seres humanos e conservar intactas as suas qualidades características? Parece-me ser o terreno sobre o qual poderemos encontrar, sem antagonismo e sem oposição, a massa e o indivíduo, o verdadeiro democrata e o individualista, o homem e a mulher. A fórmula não deve ser «perdoar-se um ao outro», mas antes, «compreender-se um ao outro». A frase tantas vezes citada de Madame Staël, «Compreender tudo é perdoar tudo», nunca foi do meu agrado. Ela tresanda a religião. Perdoar o outro evoca a ideia de superioridade farisaica. Compreender o próximo basta e é esta afirmação que encarna, em parte, as minhas ideias sobre a emancipação da mulher e os seus efeitos sobre todo o sexo.

A sua emancipação deverá proporcionar à mulher a possibilidade de ser humana no sentido mais verdadeiro. Tudo aquilo que nela reclama a afirmação de si e a actividade deverá ter em atenção todos os traços dos séculos de submissão e escravidão na estrada que conduz à liberdade maior.

Este foi o objectivo original do movimento a favor da emancipação feminina. Mas os resultados obtidos até aqui isolaram a mulher e des-

pojaram-na das origens da felicidade que lhe é essencial. A emancipação exterior fez simplesmente da mulher moderna um ser artificial, que faz pensar nos produtos da arboricultura francesa com as suas árvores e arbustos fantasistas, talhados em pirâmide, em cones, em cubos, etc. E é, especialmente, na pretendida esfera intelectual da nossa vida que podemos encontrar, em grande número, estas plantas femininas artificiais.

A liberdade e igualdade para a mulher! Que esperanças e aspirações estas palavras acordaram quando foram pronunciadas pela primeira vez para quaisquer dos corações mais nobres e mais bravos dos nossos dias. O sol, em toda a sua glória e brilho, iria levantar-se sobre um mundo novo onde a mulher seria livre de orientar o seu próprio destino – objectivo certamente digno do entusiasmo, da coragem, da perseverança, do esforço incessante dos pioneiros dos dois sexos que arriscaram tudo ao erguer-se contra um mundo apodrecido por prejuízos e ignorância.

As minhas esperanças tendem, igualmente, para este fim, mas mantenho: a emancipação da mulher, tal como se pratica e se interpreta hoje, malogrou-se totalmente. A mulher, actualmente, encontra-se na necessidade de se emancipar da emancipação, desejar libertar-se. Isto pode parecer paradoxal, sendo, contudo, apenas demasiado exacto.

Que obteve ela graças à sua emancipação? O direito de voto em alguns Estados. Este resultado purificou a vida política como profetizaram numerosos protagonistas do sufrágio feminino? Certamente que não. Adiante. Há, realmente, muito tempo que as pessoas dotadas de julgamento são e claro cessaram de falar da «corrupção no domínio da política» num tom bem pensante de salão. A corrupção, em política, nada pode fazer com a moral ou o abrandamento moral das diversas personalidades políticas. A sua origem é puramente material. A política é o reflexo do mundo comercial e industrial, cujas divisas são: «Há mais felicidade em receber do que em dar»; «Comprar barato e vender caro»; «Uma mão suja lava a outra». Não há que esperar que a mulher, dotada do direito de voto, consiga purificar a atmosfera política.

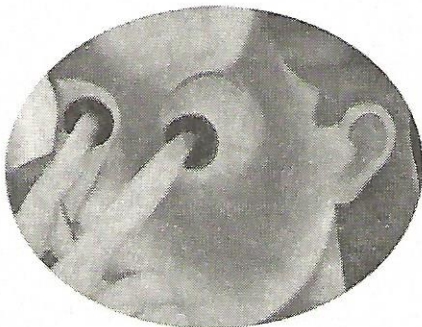
A emancipação fez a mulher economicamente igual ao homem, isto é, pode escolher a sua profissão ou o seu trabalho. Mas como a educação física passada e presente não a dotou da força necessária para ser concorrente do homem, ela é, muitas vezes, obrigada a consumir toda a sua energia, esgotar a sua vitalidade e controlar os seus nervos excessivos para atender ao seu valor no mercado. Muito pouco consegue alcançar já que, é um facto reconhecido, as professoras, as doutoras, as mulheres arquitectas, as engenheiras não são aceites com a mesma confiança que os seus colegas masculinos e, muitas vezes, não recebem a remuneração equivalente à deles. E, para aquelas que conseguem esta igualdade enganosa é, geralmente, à custa do seu bem-estar físico e psíquico. Quanto à grande massa de trabalhadoras, que independência ganharam ao trocá-la pela estreiteza de horizontes e pela falta de liberdade da fábrica, da oficina de confecção, da loja ou do escritório? Acrescente-se ainda o grande número de mulheres que se preocupa em não encontrar uma casa fria, seca, desordenada e não acolhedora ao sair do seu trabalho. Gloriosa independência, na verdade! Não é nada espantoso que centenas de jovens raparigas se mostrem solícitas para aceitar a primeira proposta de casamento que lhe apresentem, desgostosas e cansadas que estão da sua «independência» atrás de um balcão, de uma máquina de costura ou de uma máquina de escrever. Elas correm para o casamento da mesma forma que as filhas da clas-

média aspiram rejeitar o jugo da autoridade paternal. Uma independência que culmina no preço de uma subsistência medíocre não é tão atractiva, nem tão ideal que se possa esperar que a mulher se sacrifique. Depois de tudo, a independência, tão altamente vantajosa, não é mais do que um método lento de adormecer e de sufocar a natureza feminina nos seus instintos amorosos e maternais.

A estreiteza da concepção existente na liberdade da mulher e na sua emancipação; a crença de amar um homem que não é seu igual do ponto de vista social; a crença de que o amor a despojará da liberdade ou da independência; o terror que o amor ou a alegria da maternidade seja nociva ao exercício da sua profissão. Todas estas apreensões fazem da mulher moderna emancipada uma vestal pela força, diante da qual passa a vida – com as suas grandes dores que purificam e as suas profundas alegrias que roubam – sem que a sua alma seja tocada ou preparada.

A emancipação feminina, tal como é compreendida pela maioria daquelas que a aceitam ou a expõem, ocupa um horizonte demasiado estreito para deixar lugar à expansão, em plena liberdade, às emoções profundas da verdadeira mulher: amante e mãe. Se é verdade que a mulher, economicamente independente, ou autosuficiente, ultrapassa a sua irmã das gerações passadas no conhecimento do mundo e da natureza humana, é precisamente por causa disto que ela sente, profundamente, a ausência do essencial à vida: o amor, que só pode ser enriquecido na alma humana e, na falta do qual, a maioria das mulheres se tornam simples autómatos profissionais.

Todo o movimento que vise a destruição das instituições existentes e as substitua por algo avançado, mais perfeito, conta com o apoio dos partidários, os quais, teoricamente, defendem as ideias mais radicais, mas que, dentro da prática da vida quotidiana, não esquecem o meio filisteu, simulando serem seres respeitáveis, procurando a boa opinião dos seus adversários. Encontram-se, assim, os socialistas e, até mesmo, anarquistas, que expõem a ideia de que «a propriedade é o roubo» mas que se indignam se alguém lhes deve uma "pechincha".

Encontram-se filisteus do mesmo género no movimento feminista. Os jornalistas amarelos e os literatos de miolo de pão traçaram, para a mulher emancipada, quadros de fazer levantar os cabelos ao bom cidadão e sua morna companhia. Enxovalha-se cada aderente do movimento, como uma George Sand, sob o benefício do seu desprezo pela moralidade. Nada lhe era sagrado. Emancipação feminina tornar-se-ia sinónimo de uma vida de deboche e de luxúria, associal, areligiosa, amoral. Os partidários dos direitos da mulher indignaram-se com semelhante caricatura: sem sentido de humor, concentram toda a sua energia para provar que elas não eram tão más que as enxovalhássemos, antes pelo contrário. Certamente, tanto tempo quanto a mulher gemeu sob o jugo do homem, não podia ser nem boa, nem pura. Mas, no presente, livre e independente, entendia demonstrar quão boa poderia ser e que a sua influência teria um efeito purificante sobre todas as instituições da sociedade!

O movimento grandioso, em favor de uma emancipação real, não encontrou, no seu caminho, uma grande raça de mulheres capazes

de olhar a liberdade de frente. O seu ponto de vista puritano, hipócrita, baniu o homem da sua vida emocional como um perturbador e um suspeito. É justo que o tolere como pai do filho, porque não podemos gerar sem a sua contribuição. Felizmente que os puritanos mais rígidos nunca serão suficientemente fortes para matar a aspiração inata à maternidade. Ora, a liberdade da mulher está estreitamente ligada à do homem e muitas das minhas companheiras ditas emancipadas parecem negligenciar o facto de que uma criança, nascida em liberdade, reclama o amor e devoção de todos os seres humanos que a rodeiam, tanto do homem como da mulher. Infelizmente, foi esta concepção limitada das relações humanas que produziu a tragédia que enfrentamos nas vidas das mulheres e dos homens contemporâneos.

Uma inteligência rica e uma alma bela são, geralmente, consideradas como atributos necessários a uma personalidade nobre e bem temperada. No que diz respeito à mulher moderna, estes atributos servem de obstáculo à completa afirmação do seu ser. Eis que há mais de um século que a antiga e bíblica fórmula do casamento «até que a morte os separe» foi denunciada como uma instituição que implica a soberania do homem sobre a mulher, submissão absoluta desta última aos seus caprichos e às suas ordens, a sua completa dependência pelo nome e pelo sustento. Inúmeras vezes se provou, irrefutavelmente, que as velhas relações matrimoniais reduzem a mulher às funções de doméstica do homem e de procriadora dos seus filhos. E isto, apesar de encontrarmos numerosas mulheres emancipadas que preferem o casamento, com todas as suas imperfeições, ao isolamento de uma vida de celibato: vida restrita e insuportável por causa dos preconceitos morais e sociais que mutilam e manietam a natureza feminina.

Henrique Risques Pereira, *sem título*, 1949

A explicação de semelhante inconsequência, por parte de muitas mulheres avançadas, provém do facto de que nunca compreenderam, verdadeiramente, o que significa a emancipação. Elas imaginaram que tinham cumprido tudo, tornando-se independentes das tiranias exteriores. As convenções éticas e sociais, os tiranos interiores, bem mais peri-

[illegible] para a vida, e o crescimento individual, [illegible]-nos tratarem-se sózinhos. E parecem ocupar um lugar igualmente considerável nas cabeças e nos corações das mais activas propagandistas feministas do que nas cabeças e corações dos nossos antepassados.

Que importa que esses tiranos interiores se apresentem sob a forma de opinião pública ou de quem diga mamã ou tia – ou os vizinhos, o [illegible] pudor, o patrão ou o conselho de disciplina?... Até que a mulher tenha aprendido a desafiar todos estes resmungões, todos estes «detectives» morais, todos os carcereiros do espírito humano, até que tenha aprendido a manter-se firme sobre o seu terreno e a insistir sobre o exercício da sua liberdade própria, sem restrições em escutar a voz da sua natureza, seja que ela o chame ao maior tesouro da vida – o amor por um homem, ou que o convide ao exercício do mais glorioso dos seus privilégios – o direito de trazer uma criança ao mundo, até que possa chamar-se emancipada.

Num dos seus livros, um romancista moderno tentou descrever a mulher ideal, bela, emancipada. Este ideal incarna-se numa jovem, uma doutora. Ela discorre, com muita habilidade e inteligência, sobre a maneira de educar as crianças; ela é caridosa e fornece, gratuitamente, os medicamentos às pobres mães.

Conversa com um jovem e diz-lhe o que conhecia sobre as condições sanitárias daqui para o futuro e explica como os bacilos e os germes serão exterminados através do emprego de tacos de madeira e muros de pedra e do desaparecimento dos tapetes e reposteiros. Ela está, naturalmente, vestida de modo simples e prático, de negro. O jovem, que no seu primeiro encontro, ficou intimidado pelo saber da sua amiga emancipada, aprende, gradualmente, a compreendê-la e, um belo dia, apercebe-se que a ama. Eles são jovens: ela é boa e bela e, embora esteja rigidamente vestida, um colarinho branco imaculado e punhos adoçam o seu aspecto severo. Espera-se pelas suas promessas amorosas, mas não é qualquer um que cometerá absurdos românticos, certamente que não. Eis que ele impõe silêncio à voz da sua natureza e permanece correcto. Ela, da mesma forma, continua a mostrar-se exacta, racional, educada. Creio bem que, se eles se unirem, o jovem podia arriscar-se a gelar vivo. Reconheço que não vejo nada de grandioso nesta «nova beleza», tão fria como os muros e os tacos de madeira com os quais ela sonha. Prefiro as baladas amorosas dos séculos românticos: D. Juan, os raptos ao luar, as escadas de corda, as maldições paternais, os lamentos da mãe e os comentários dos vizinhos indignados, esta correcção e limpeza à medida da corda. Se o amor não sabe como dar e tomar sem restrições, isso não é amor, mas sim uma transacção que nunca deixa de considerar, em primeiro lugar, o benefício ou a perda que deve resultar da operação.

A salvação reside numa caminhada enérgica em direcção a um futuro mais brilhante, mais claro. O que nos falta, é livrar-mo-nos das velhas tradições, dos hábitos antiquados e depois ir em frente. O movimento feminista não realizou mais do que o primeiro passo nesta direcção. É preciso esperar que ganhe força para dar um segundo. O direito ao voto, às capacidades cívicas iguais, podem constituir boas reivindicações, mas a emancipação real não começa na urna, mas sim na barra. Começa na alma da mulher. A história diz-nos que é pelos seus próprios esforços que, em todas as épocas, os oprimidos se livraram realmente dos seus opressores. É absolutamente necessário que a mulher retenha esta lição: a sua liberdade estender-se-á até onde se estender o seu poder de se libertar a si própria.

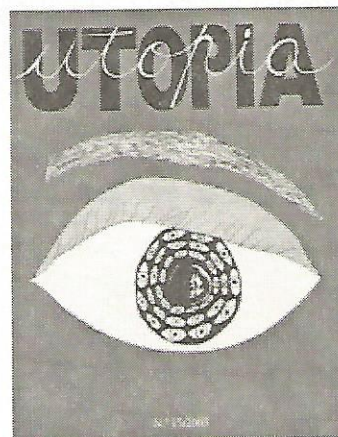
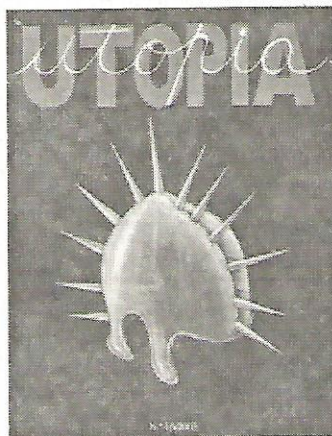
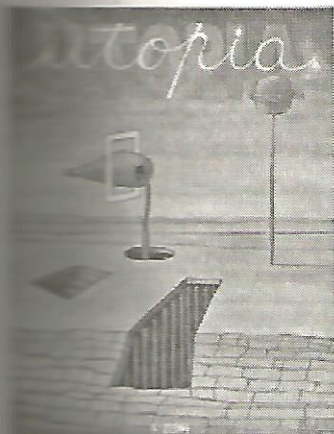
É, portanto, mil vezes mais importante, para ela, começar pela sua regeneração interior,

deixar cair os fardos do preconceito, as tradições, os costumes. A reivindicação de direitos iguais em todos os domínios da vida é equitativa e justa, mas, no fim de contas, o direito mais vital é o de amar e ser amada. Se a emancipação feminina parcial deve transformar-se numa emancipação completa e verdadeira da mulher, é com a condição de que ela ponha de parte a noção ridícula de que ser amada, ser amante e mãe, é sinónimo de ser escrava ou subordinada. É preciso que ela se desembarace da absurda noção do dualismo dos sexos, dito de outra forma, que o homem e a mulher representam dois mundos antagónicos.

A mesquinhez separa, a largueza une. Sejamos largas e generosas. Uma concepção verdadeira das relações sexuais não admite nem vencedor nem vencido, não reconhece mais do que uma coisa: o dom de si, ilimitado, a fim de se enriquecer, afirmar e melhorar. Isso só pode preencher o vazio e transformar a tragédia da emancipação feminina numa alegria, numa alegria sem limites.

Emma Goldman, 1906.

* Emma Goldman, nascida a 27 de Junho de 1869 na Lituânia, emigra para os Estados Unidos em 1885. Será, durante toda a sua vida, militante de primeiro plano do movimento anarquista internacional, sofrendo condenações e expulsões. Em 1906, começa a publicar a revista Mother Earth, que aliava o anarquismo e o feminismo às preocupações ecologistas. Em 1919, foi expulsa da jovem União Soviética por se indignar com o carácter ditatorial e repressivo do regime. Teve de deixar o país em 1922 e passou a residir na Suécia, Alemanha e França. De 1936 a 1938, dedica-se ao apoio à revolução libertária em Espanha. Em Março de 1939, deixa a França e vai para o Canadá, onde faleceu a 14 de Maio de 1940.

Traduzido do Inglês por E. Armand (1914)
Traduzido do Francês por Ilídio Santos (2004)

ASSINATURAS

Entre várias hipóteses de construção de uma solidariedade à volta deste projecto, necessitamos de aumentar o número de assinantes da revista Utopia. Com um número significativo de assinaturas é possível manter uma actividade editorial regular e simultaneamente encurtar o horizonte temporal da sua periodicidade. Assim sendo, todo o leitor que se queira tornar cúmplice deste projecto, como assinante da revista Utopia, deve preencher o cupão abaixo (ou escrever uma carta com os dados mencionados) e enviá-lo para a nossa morada.

Nome: ____

Morada: ____

____

Assinatura anual (2 números) Portugal 10,00 Euros
Estrangeiro 13,00 Euros

Pagamentos através de dinheiro, cheque ou vale postal à ordem de **Associação Cultural A Vida**
Apartado 2537
1113 Lisboa Codex - Portugal

http//:www.utopia.pt
E-mail: culturalvida@sapo.pt

Artur do Cruzeiro Seixas, *Sereia Vegetal*, 1953

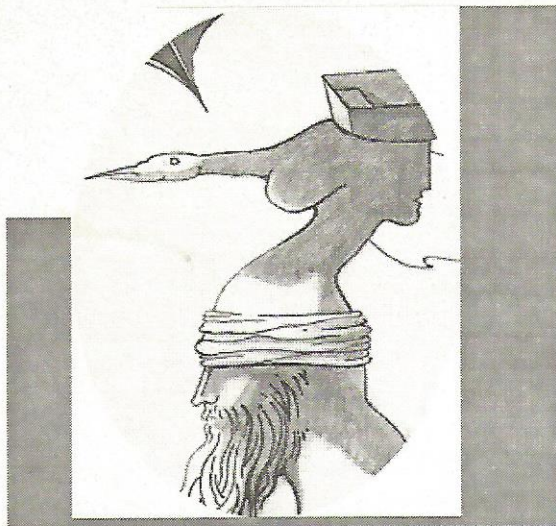
"De novo ...as relações humanas"

GUADALUPE SUBTIL

Seja qual for a questão que se coloque, assim como as respostas, virão sempre de um ser que é masculino ou feminino. E daí? dirão muitos, essa é uma verdade *La Palisse*.

Pois assim é e parece-nos estar aqui o busílis da questão. Desde tempos imemoriais que todas as questões têm género, sejam elas quais forem: feminismo, machismo, sexismo, autoridade, dominação, poder, etc. Ainda que algumas questões pareçam dar a ideia de não terem género, como a religião, a moral, a fé, a confiança, a fraternidade, o amor ..., mesmo em relação a estas e analisadas as fontes, será sempre possível atribuir um género, nem que seja o "sexo dos anjos".

Desde sempre que as grandes questões universais estão associadas ao género dos que se revelaram pioneiros(as) nas suas discussões. Tanto assim é que "Os direitos do homem" são reconhecidos como tendo saído naturalmente da cabeça de homens, as reivindicações feministas e anti-machistas da cabeça de algumas mulheres, as discussões esotéricas, místicas e religiosas de pseudo-seres que pensam ter o sexo dos anjos, e por aí fora.

Ninguém consegue desligar-se totalmente do género que possui: um homem do ser masculino, uma mulher do ser feminino. E isto diz tudo, exceptuando alguns oportunistas que não assumem estar nem de um lado nem de outro. Independentemente do que eu possa pensar, sentir e viver, virá sempre alguém que me dirá – pensas, sentes e vives assim porque és mulher. E o mesmo se pode dizer em relação ao homem. São, por conseguinte, os preconceitos, os pré-concebidos e todos os demais "pré" que comandam todas as acções humanas. Também é verdade que sempre que digo que não penso, não sinto e não vivo assim, alcunhas várias serão avançadas para designar o protótipo estabelecido para esse caso (marginal, excluído, louco, etc.). Quer se queira, quer não, as generalizações maioritárias serão sempre difíceis

de combater e superar, não apenas em termos físicos e materiais mas, **sobretudo, em termos culturais**. O que maioritária e secularmente se estabeleceu para o que é ser uma mulher e para o que é ser um homem, dificilmente se altera no espaço de 70 ou 80 anos que percorre as nossas vidas (sendo optimista).

E tanto assim é que continuamos a assistir aos quartos das meninas cheios de bonecas e aos quartos dos meninos cheios de carrinhos, motas, armas, etc. Tanto assim é que às meninas desde cedo se incute a ideia do casar e ter filhos (função quase exclusiva para o seu nascer) e aos meninos a ideia de nada fazer em casa e muito fazer (de tudo) na rua. São "marcas/tatuagens" seculares que só excepcionalmente são vencidas por alguns. Há, com certeza, outras vias/vivências, mas estas são, como se sabe, minoritárias já que:

- à mulher não se admite responder, opinar, raciocinar ou ter razão ... e ao homem não se admite ser tímido, sensível, afectivo em demasia...
- à mulher não se admitem desejos, senão o desejo único "até que a morte os separe" ... e ao homem não se admite o desejo único, mas todos os desejos que ambicione porque só assim será viril, mais macho, mais homem ...
- à mulher não se admite gritar, dar murros na mesa sempre que se sinta exausta, exangue, zangada, admite-se apenas que chore, que cale e ouça ... e aguente. Ao homem, não se admite que chore, que cale e ouça ... mas, antes, que grite, que beba, que bata, que expulse e que se retire batendo com a porta até três dias depois;
- à mulher não se admite que abandone os filhos, só se aceitando que o faça caso morra ... ao homem é permitido que os abandone assim que a sua companheira os teve, porque é uma maçada aturar choros, berros, sobretudo durante a noite;
- para a mulher-mãe, a comida que existe, quando existe, é sempre primeiro para dar aos filhos.... para os homens, a comida que existe, quando existe, tem de ser primeiro para si, porque é(era) ele o trabalhador/sustento da casa;
- à mulher-mãe exige-se que seja mãe sem ser avó ... ao pai exige-se que seja filho sem ser filho;
- à mulher-mãe exige-se que silencie os "abortos" que faz, em prol da conduta cristã ... ao homem convém nada disso saber (quantas vezes não sabe mesmo) por ser assunto de mulheres;
- à mulher-mãe exige-se que se reparta pelas mil e uma tarefas diárias: pessoais, maritais, profissionais, maternais, domésticas, parentais ... ao homem que seja apenas um profissional que em mais nada pense se não na sua ascensão carreirista;
- à mulher-mãe exige-se bondade, fraternidade e amor eterno ... ao homem exige-se rudeza, egoísmo e "voz grossa".

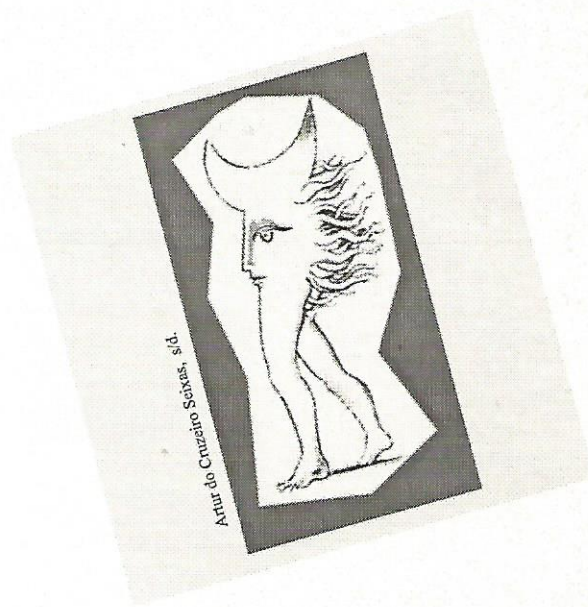
Enfim, poderíamos ir por aí fora na descrição de tantos lugares que nos são comuns, mas

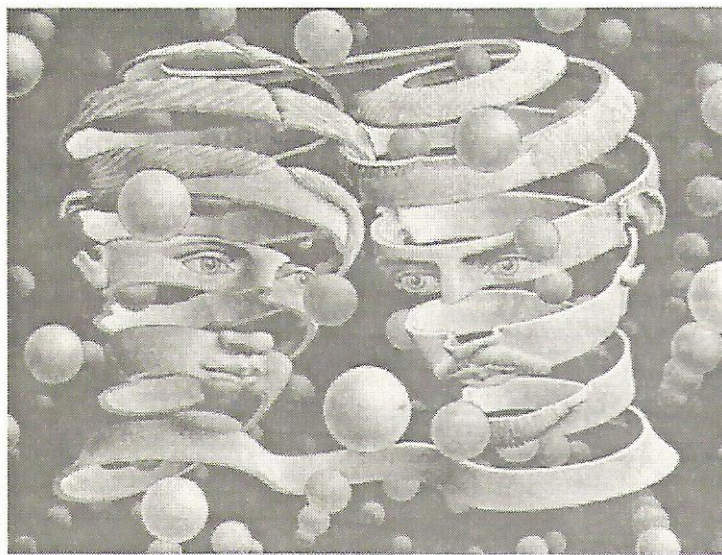
será melhor contermo-nos nesta visão quase maniqueísta do género. Parecendo talvez arcaicas e antigas muitas daquelas descrições, elas são, no entanto e ainda, muito do quotidiano de muitos seres humanos que nos rodeiam. Como dizia há uma semana atrás Paula Rego numa entrevista televisiva, não é preciso ver a violência para saber que ela existe. Dizia-nos que a razão que a levava a pintar cenas de violência doméstica, era porque quando era menina, ouvia todos os dias uma mulher a gritar porque o marido chegava todos os dias bêbedo a casa e todos os dias lhe batia. Paula Rego não via, neste caso, mas ouvia. O horror de ouvir esses gritos ficou-lhe gravado para sempre, daí algumas cenas de violência doméstica nos seus quadros. Também as questões do aborto, por se revelarem demasiado hipócritas foram/são objecto do seu pincel. Sendo uma mulher com quase setenta anos a dizer isto, constatamos, no entanto, que estamos ainda nesta fase. Do fazer calado, do dizer ruidoso ao contrário. Muitas das situações que antes descrevemos são de ontem, de hoje e de amanhã. Talvez só num amanhã muito longínquo algumas delas se apaguem do quotidiano.

Viver no feminino ou no masculino, na maioria dos casos é algo de inconsciente: vive-se convicto de "é assim que tem de ser e é assim que é". É como que um andar inconsciente, resignado, submisso, sem alternativa. É outra forma de escravizar a vida, escravizando-se. Quantas são as que sendo violentadas afirmam: "coitado, não era aquilo que ele me queria fazer, porque eu sei que ele gosta de mim!". E no caso dos homens, quantos não afirmam que mesmo ambicionando ser outra coisa na vida não o são porque "mulher e filhos em casa" obrigam a ser o que se é?

Há muito de determinístico no viver das pessoas. Há muito de conformismo e resignação nesse mesmo viver. Se revoltas há, de uns e de outros no sentido da emancipação, são pontuais. O estar de forma alternativa, livre, ser apenas o que se quer ser, tem consequências conscientes para os que o conseguem.

Tudo isto que se tem vindo a escrever, não é inovador. Também não era essa a intenção. Tão só a de demonstrar que há uma série de questões que continuamos a debater e que parecem não avançar nem ter solução à vista: são as mesmas desde tempos imemoriais. A sua discussão consequente quase não se sente desde que surgiram. Revolução sexual? Revolução do género? Feminismo? Machismo? Libertação feminina da opressão masculina? São questões já "faladas/gritadas" em demasia. E serão questões apenas políticas? Sociais? Económicas? Não. **São sobretudo questões humanas, questões que cada um tem de colocar a si próprio e responder na acção activa, não no discurso (acção passiva).** Há discursos a mais. Fala-se demais e, no dia a dia, faz-se tão pouco do que se diz quando não se faz mesmo o contrário do que se diz! Quem não conhece casos de

Artur do Cruzeiro Seixas, s/d.

prepotência masculina, e também feminina, exercidos por parte de quem não se imaginava? Quem desconhece a ambição feminina de "poder mandar em homens e mulheres"? Quem desconhece a falta de sensibilidade masculina e, também, tantas vezes feminina, para com mulheres e homens que trabalham sob a sua alçada? E o ser solidário com os outros? Será apenas para praticar dentro de casa e nunca no emprego? Quem é hoje solidário, frontal, franco com o "outro(a)"? Quantos de nós somos coerentes na prática do que dizemos defender? São muitas as questões que parecem eternizar-se por falta de respostas activas (não mais discursivas). Por isso, a prática de mais liberdade, igualdade e fraternidade nas relações humanas terá de passar inevitavelmente pela acção activa.

Conseguirmos relacionarmo-nos com os outros da forma que idealizamos será sempre uma aprendizagem, uma "experimentação", um avançar e recuar em simultâneo, um ponderar o enriquecimento que as relações nos trazem, o conscencializar da necessidade que temos de coexistir uns com os outros sem prepotências, sem dor.

Ninguém consegue impor um modelo de relacionamento afectivo a ninguém, sendo este o grande mistério do universo. Jamais alguém conseguirá introduzir-se numa relação para lhe dar orientação. Não são os diferentes discursos políticos, que tanto apelam a determinadas condutas e que depois praticam outras, que fazem doutrina sobre o relacionamento entre as pessoas. Por mais que se apele/grite "abaixo o machismo", "acima o feminismo", "ao lado a igualdade" etc, etc, os relacionamentos, a uma, a duas, a três ou mais pessoas apenas respeitam às próprias pessoas que estão em relação. Procurar estar/sentir-se bem nas diferentes relações que se têm a cada instante (sejam afectivas, amistosas, profissionais, e outras), parecendo uma máxima tão simples de prosseguir é, desde sempre, a mais difícil de atingir na vida. Da sua impossibilidade prática resultam as guerras, as prepotências, as imposições de uns sobre os outros, o não respeito pela pessoa humana, a violência e o ódio.

Dar um "salto" qualitativo nas relações, exige do ser humano "uma limpeza cerebral", exige que se eleve acima de tabus e mitos que nem questiona (de tal forma estão incorporados na tradição, religião, moral e fé de ser assim o que está bem/correcto). Exige lidar com os outros não como concorrentes/adversários/inimigos (de amor, dinheiro, ódio, etc.), mas como seres humanos apenas, seres com sentimentos variados mas, também, como uma imaginação ilimitada. Libertarmo-nos do que nos oprime, sendo difícil, exige determinação e coerência, exige uma vezes gritos e outras ve-

ses silêncios, exige respeitar e ser respeitado, exige ser livre e disponível para aceitar o que gostamos, e inflexível e intransigente para com tudo o que nos violenta, exige coragem, exige acção concreta.

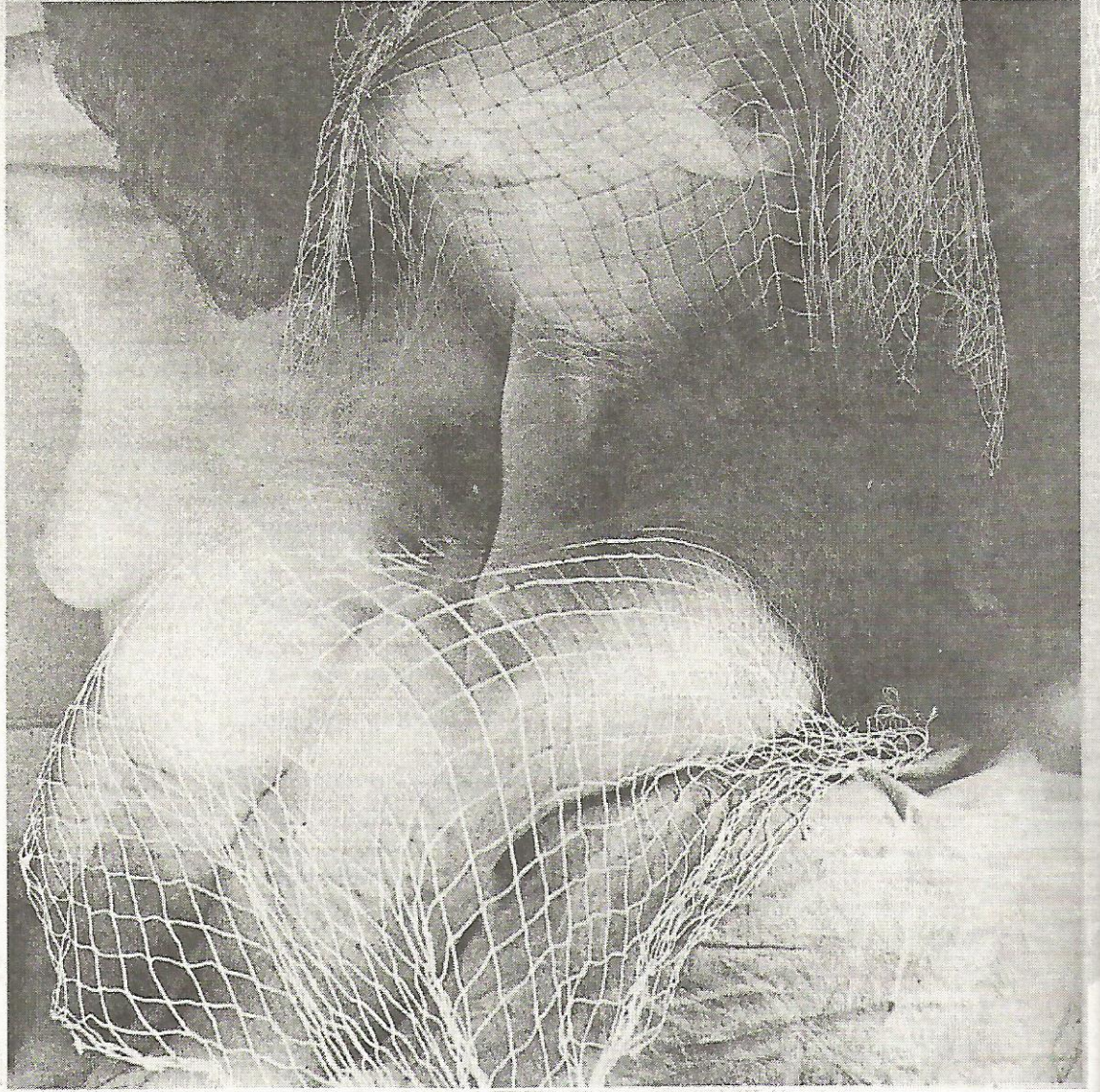
Poder-se-ia escrever muito mais, mas não vamos fazê-lo porque seria repetir mais do mesmo, seria repetir o o que já lemos algures, o que já ouvimos e, quem sabe, dissemos tantas vezes.

A vida tem de ser vivida segundo a vontade dos seres VIVOS, e não dos seres já mortos, vontade dos que VIVEM e não dos que virão a viver, vontade suprema dos envolvidos nas relações afectivas e não a dos "catecismos" ou das "doutrinas políticas".

A vida vive-se, não se imita, não se restringe, não se impõe. Superar as muitas perversões a esta forma de sentir, de viver, implica/exige alterar todo um padrão cultural secular, alterar mentalidades, sermos mais flexíveis, mais livres, mais iguais no viver (não no sentido da igualdade dos sexos – porque serão sempre diferentes -, nem dos géneros, nem das raças, nem das etnias, nem dos partidos, nem da cor, nem da altura nem da largura.). Exige um ser/estar companheiro(a) (e não ser apenas o "homem" ou a "mulher" da relação), um ser/estar responsável (e não fazer apenas o que nos apetece), um ser/estar fraterno (e não ser-se egoísta), um ser/estar amigo (e não um ser concorrente), um ser/estar emancipado (e não um ser oprimido, violentado).

E para quando este ser/estar universal?

3 de Novembro de 2004

Fernando Lemos, *Movimento*, 1949-52

Da exploração do véu ao véu da exploração*

CHARLES REEVE

Aspecto particular de um problema mais vasto, razões eleitorais de um espectáculo, ir à raiz das coisas... Seguir uma outra pista, pouco explorada, precisamente a da exploração.

Regresso à questão da imigração, indissociável da história do capitalismo francês. Com a sua paleta de comunidades, identidades, religiões, culturas, constantemente amalgamadas e trituradas pela economia. A história da classe operária é a história de uma integração, processo contraditório de luta e de fracasso. A fase moderna do capitalismo em crise caracteriza-se por uma reestruturação permanente: desemprego, flexibilidade, novas condições de exploração do trabalho. E a criação de uma sobrepopulação proletária, colocada fora do processo produtivo, apenas usada para manter a pressão sobre a minoria que trabalha. À integração pela exploração sucedem-se a desintegração e o medo. A exclusão tem as suas etapas: a regra da «preferência nacional» nos despedimentos, uma juventude marginalizada, rejeitada, excluída. É aqui que a criminalização passa a ocupar o primeiro plano. Daí em diante, o jovem «francês de origem imigrada», que nunca mais será proletário imigrado, constitui o problema, o perigo1 . A partir daí a questão social transforma-se em questão securitária. Não obstante os retoques sucessivos introduzidos no quadro jurídico da nacionalidade, a expulsão maciça não é possível. Mesmo a dupla pena – solução minimalista – revelou-se ineficaz. O mito da integração reduz-se ao espectáculo desportivo. Mas Zidane tem pouco peso perante a realidade da crise e um futuro sem esperança. Chegámos assim à «questão do véu», subproduto do fim da integração pela exploração.

O 11 de Setembro e a generalização das políticas do medo permitem acelerar a estigmatização do Islão. Esta variante do fenómeno religioso é apresentada como um perigo, ao passo que, outrora, uma outra – quase igualmente integrista – foi vector de submissão e, por

conseguinte, de integração. A imigração portuguesa é um bom exemplo. O politicamente correcto substitui raça por comunidade e o discurso securitário prediz o aumento dos comunitarismos e do religioso, isto é, a guerra civil das raças. A classe dirigente tenta governar uma situação que suporta em vez de dominar. Faz o que pode com os meios de que dispõe, joga em vários tabuleiros. Começa a sonhar com um Islão também ele instrumento de paz social. À falta de integração pela submissão ao trabalho assalariado, o projecto de integração pelas igrejas não deve ser negligenciado. Oficializar um Islão da França só tem sentido se os jovens excluídos estiverem dispostos a seguir os pregadores. O véu concede um espaço aos grupúsculos candidatos à polícia da ordem de Deus. Os «novos filósofos» do Islão, género Tarik Ramadam, mais não propõem do que uma alternativa à ocupação policial dos bairros dos subúrbios.

Não se trata de minimizar os danos produzidos pela imbecilidade religiosa entre os jovens excluídos, a violência moral que aquela instaura entre eles e contra as mulheres. Pretender que este projecto de ordem moral fracassou é ir longe de mais. Todavia, para além do matraquear mediático e da propaganda politiqueira, não podemos ignorar que o Islão tem dificuldades. Este limita-se a propor uma moral rígida perante uma situação em que as negociatas, a pequena delinquência, o desenrascanço e os valores do individualismo do mercado constituem as regras quotidianas da sobrevivência. A ordem islâmica mobiliza muito menos do que Zidane. O que não é uma boa nem uma má notícia. É um facto! Isto não funciona, tal como não funcionam a «ajuda no retorno», o «todos Zidane», ou o «todos ladrões de carros».

A questão do véu terá sequelas. Entretanto, a sobrepopulação proletária existe, decompõe-se, implode, sofre, esforça-se por sobreviver. Tenta a integração impossível. A política tira dividendos das consequências desta impossibilidade, o sistema extrai delas uma utilização ideológica para consolidar o medo de uma época sem futuro. A violência da crise do sistema estende-se, com ou sem morais transcendentais, a de Deus ou a do Estado, à laicidade. As leis passam, a barbárie instala-se.

Entre os que fazem esta constatação, há os nostálgicos que lamentam profundamente o desaparecimento das próprias condições que nos conduziram a este estado de coisas. «[...] O movimento operário (principalmente o Partido Comunista) apoiou-se sobre as suas disposições contestatárias para cultivar uma autonomia de classe que desempenhou um papel decisivo, diga-se o que se disser, na sua (dos imigrados) integração no seio na nação.» Assinado S. Beaud e G. Noiriel, em «Les nouveaux parias de la République» (Le Monde, 20 de Fevereiro de 2004). A ideia defendida é a da integração pela submissão ao salariado, da paz social que a esquerda conseguiu mais ou menos gerir durante décadas. Esta paz terminou. O interesse geral da nação modificou-se. Doravante é a desintegração que é preciso gerir através de todos os meios repressivos.

Procura-se no passado a salvação do presente. De igual modo, outros procuram no céu o que não encontram na terra.

Nós contamo-nos entre aqueles que propõem inverter este último enunciado.

* *«Oiseau-tempête»*, nº 11, Verão de 2004.

Tradução de Ana Falcão Bastos

Exmº Srº
Ministro das Finanças

Rua da Alfândega, nº5
Lisboa - 1100

Eu..., cidadão
do mundo, com naturalidade portuguesa, portador do Bilhete de Identidade
nº.............................. e do número de contribuinte
nº..........................morador na freguesia
de..............................., concelho de ....,
venho através deste meio solicitar uma isenção fiscal total e permanente no valor de 99% dos impostos e contribuições que o Estado Português decidiu impor-me unilateralmente já que de acordo com o novo princípio fiscal, agora em vigor, do utilizador pagador, declaro que não sou utilizador, nem pretendo vir a sê-lo, dos seguintes serviços e instituições:

1 - Forças armadas
2 - Forças militarizadas e policiais
3 - Serviços de Informação
4 - Tribunais
5 - Serviços prisionais
6 - Parlamento
7 - Serviços diversos da alta burocracia do Estado

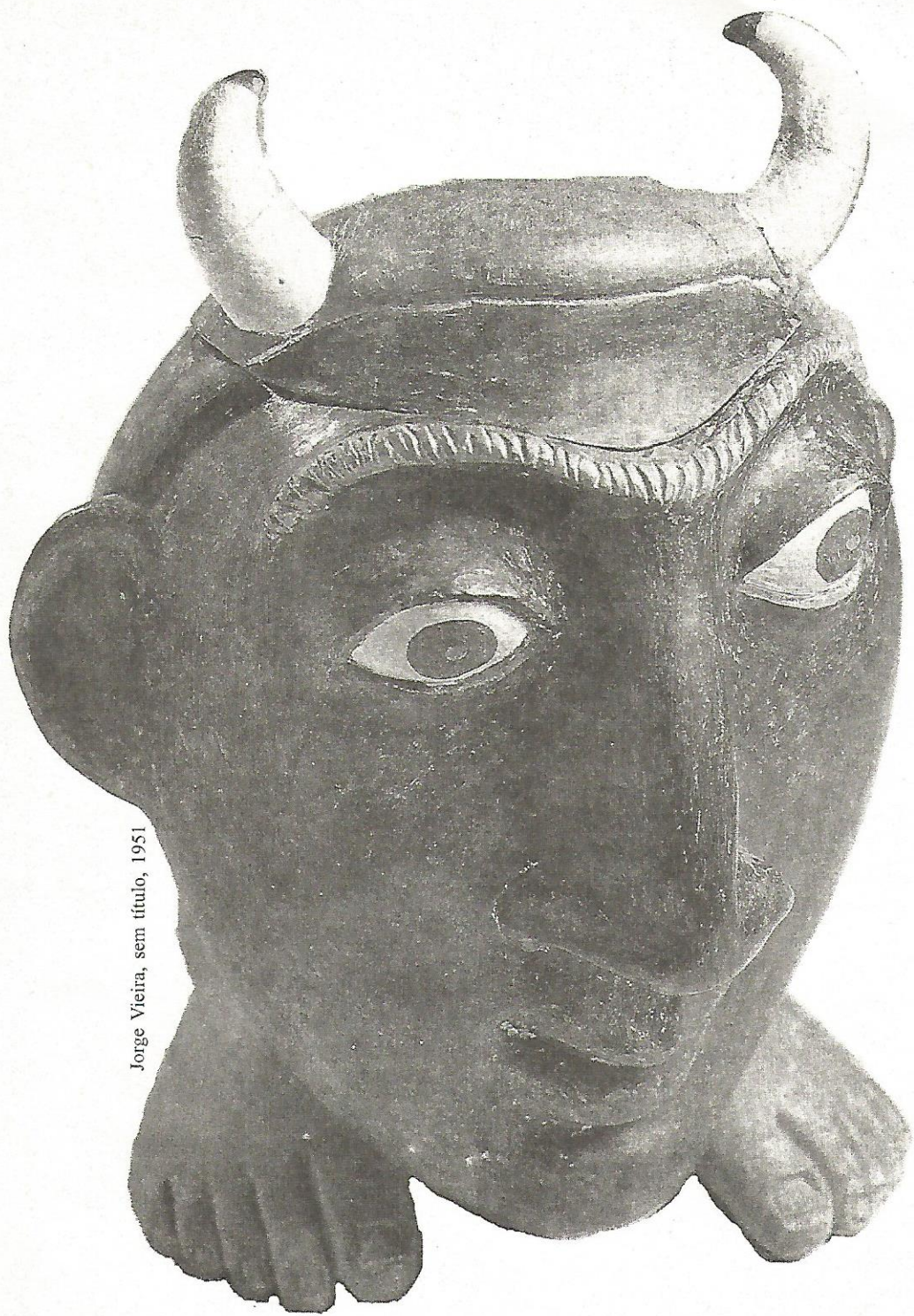
Levanto em conta esse facto e considerando que são esses os sectores onde o Estado português despende a maior parte do seu orçamento, solicito, com urgência, a isenção pedida aceitando que esta minha condição de não utilizador dos serviços acima descriminados seja averbado nos diversos arquivos que o Estado dispõe sobre a minha pessoa.

A bem da comunidade,

Data, local

....

Assinatura reconhecida
do requerente

Modelo 1/2004, Movimento de Objecção Fiscal

Jorge Vieira, sem título, 1951

A deriva autoritária do Estado em Portugal

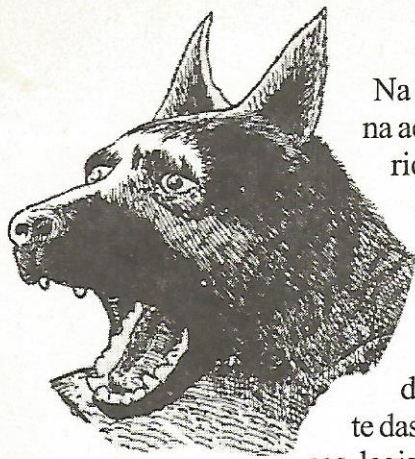
José Maria Carvalho Ferreira

Se bem que as expressões autoritárias do Estado-Nação em Portugal sejam uma constante na sua história, nos últimos anos essa tendência tem-se agravado significativamente.

A plasticidade social das decisões, regulamentações e controlo do Estado sobre a sociedade civil em Portugal manifesta-se tanto no domínio das políticas sociais, como na política económica e, sobretudo, na legislação, execução e acção jurídica que estão correlacionadas com a segurança pública.

A explicação plausível desses fenómenos pode ser, em parte, compreendida em função de cada tipo de governação decorrente de cada legislatura e ciclo eleitoral. Segundo este raciocínio lógico, seria extraordinariamente verosímil imputar a responsabilidade da deriva autoritária do Estado em Portugal ao governo actualmente liderado por Santana Lopes. Partamos do princípio que esta é uma das razões que explica este frenesim avassalador do Estado português em imiscuir-se, controlar e sancionar todos os aspectos da vida quotidiana dos cidadãos que trabalham ou habitam no seu território.

Admitamos, assim, que a coligação governamental PSD/CDS está na origem da generalidade das perversões autoritárias que afectam sobremaneira a realidade económica, social, política e cultural dos indivíduos e grupos que integram a sociedade portuguesa. Assim sendo, somos constrangidos a sentir, pensar e agir em função da causalidade e dos efeitos dos fenómenos perversos que têm uma origem exclusiva na actual governação.

Ao pautarmos as nossas análises a partir desses pressupostos, somos forçados a evoluir numa perspectiva ideológica circunscrita aos ditames da esquerda e da direita, ou seguir os modelos clássicos de sociedades contrastantes polarizados à volta do capitalismo versus socialismo ou, ainda, do liberalismo versus estatismo.

Na minha opinião, na actual fase histórica da evolução da racionalidade instrumental do capitalismo, o Estado-Nação ainda preenche parte das funções jurídicas, legislativas e executivas que propiciam a regulação e o controlo da violência emergente das relações sociais institucionalizadas e formalizadas, mas também de todas as relações sociais espontâneas e informais. Neste sentido, todas as relações do Estado-Nação com a sociedade civil são relações de dominação e de exploração, na medida em que todas elas são mediatizadas pela produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços circunscritos à manutenção e reprodução da ordem pública e da estabilidade normativa.

Os exemplos da deriva autoritária do Estado em Portugal são muitos e preocupantes, se tivermos presente a história recente. De facto, após um breve interregno de liberdade e autonomia no quadro da democracia representativa iniciado com a revolução de 25 de Abril de 1974 e interrompido com o golpe militar de 25 de Novembro de 1975, o Estado em Portugal tem assumido um papel cada vez mais significativo no sentido da privatização de uma parte significativa das actividades económicas, sociais e culturais, ao mesmo tempo que, por outro lado, tem aumentado a sua esfera de acção na repressão e controlo dos comportamentos individuais e colectivos considerados por ele desviantes.

Todavia, se olharmos para a actual situação do Estado-Nação em Portugal, somos obrigados a analisá-lo fundamentalmente como um sistema aberto, que vive as contingências das Tecnologias de Informação e de Comunicação, como também da Sociedade de Informação e do Conhecimento, traduzidas numa panóplia de bens e serviços de carácter analítico-simbólico e imaterial, cuja produção, distribuição, troca e consumo são cada vez mais determinados pelas transnacionais. A lógica instrumental e racional destas não se coaduna com os condicionalismo territoriais e administrativos de qualquer Estado-Nação, inclusive dos Estados Unidos da América. Portugal, como sistema aberto, integra ainda as vicissitudes políticas, sociais, económicas e culturais do alargamento da UE para 25 países.

Em consonância estreita com essa evolução, as decisões executivas e legislativas repressivas do Estado português têm aumentado significativamente ao nível das prisões, dos tribunais e das forças policiais, ao mesmo tempo que se assiste à progressiva privatização destas funções. No dia a dia da vida dos indivíduos, a vigilância, o controlo e a repressão aumentam assustadoramente, nas ruas, nas praças públicas, cafés, jardins, etc., confinados ao espaço público. Face ao desvio e à transgressão provocados pela miséria, pobreza e desemprego, a única resposta do Estado português consiste na contratação e investimento de forças policiais, por forma a controlar e a regular essa miséria, pobreza e desemprego no sentido da estabilidade normativa do Estado e do capitalismo.

Todavia, a deriva autoritária do Estado em Portugal, na actualidade, verifica-se sobremaneira com o controlo e a manipulação da informação e da comunicação veiculadas pelos "mass media" e, logicamente, com a natureza do seu impacto sobre os indivíduos e grupos que integram a sociedade civil. Neste domínio, Portugal, como Estado-Nação, sofre as contingências da sociedade da informação e

conhecimento materializadas nas vidas de todos nós, através das tecnologias de informação e de comunicação. O controlo, a vigilância e a regulação da violência, assim como a repressão, são de natureza analítico-simbólica. A televisão, os jornais e as revistas em Portugal e todas as televisões, jornais e revistas à escala planetária funcionam cada vez mais em rede. O carácter abstracto e complexo da informação que veiculam é objecto de uma socialização e aprendizagem social padrão. Em termos analítico-simbólicos, integram valores, crenças, ideologias e religiões fundadoras e reprodutoras do Estado-Nação em decadência, mas sobretudo inscrevem-se e identificam-se no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo.

O espectáculo mediático personificado por diferentes actores nas televisões, revistas e jornais portugueses é sintomático da deriva autoritária em Portugal. A corrupção e o clientelismo, a promiscuidade entre as esferas política e económica, assim como a crise de confiança das elites portuguesas, da justiça e da governação ao nível do Estado e das autarquias revela-nos a emergência de situações onde a manipulação e o controlo da informação obedecem a lógicas de dominação e de alienação que escapam sobremaneira ao comum dos mortais. São manipulações e formas de controlo mediáticas estruturadas e estimuladas por forças externas que escapam ao domínio e à capacidade dos actores jornalistas e dos governantes portugueses. A mediocridade e a pequenez das intervenções observadas em relação ao "caso mediático Marcelo Rebelo de Sousa" demonstram até que ponto esses actores são mais objectos de que sujeitos de reflexão e de decisão no espectáculo mediático português.

É por esta razão que, na minha opinião, o controlo, a vigilância, a repressão e a dominação do Estado têm uma característica cada vez mais analítico-simbólica. Não perceber isto, é pensar que nós somos exclusivamente uma entidade biológica redutível à nossa condição-função de espécie humana, cujas pulsões de vida não são também alimentadas e orientadas pelas nossas cognições e emoções. Como se os nossos comportamentos fossem exclusivamente estimulados por necessidades e objectivos de natureza material, sem qualquer base subjectiva de cariz analítico-simbólica. Em Portugal, como em todos os outros países na actualidade, a deriva autoritária do Estado inscreve-se no agravamento da exploração e da opressão deste sobre a generalidade dos oprimidos e dos explorados, mas também sobre os indivíduos e grupos que integram a sociedade civil.

No sentido amplo do termo, quando olhamos para a evolução do espectro político em Portugal, deveremos denunciar e preocuparmo-nos com a actual deriva autoritária, sobretudo se tivermos em conta uma série de decisões legislativas, executivas e jurídicas que afectam sobremaneira a liberdade, autonomia e sustentabilidade sócio-económica dos grupos sociais mais desfavorecidos. A desregulamentação acelerada da negociação e da contratação colectiva, que se tinha traduzido nas década de setenta e oitenta do século XX numa série de regalias a nível dos sistemas da segurança social, saúde e educação, é paulatinamente alienada pelo Estado a favor da iniciativa privada. Os direitos e os deveres, antes institucionalizados e legitimados, entre o Estado e a sociedade civil são, desta forma, progressivamente destruídos.

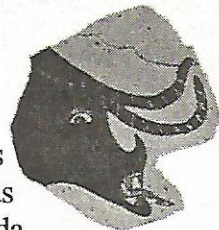
Pelas razões aduzidas percebe-se a natureza da crise e a impotência do Estado em Portugal no que concerne às políticas sociais e económicas clássicas do Estado-Providência, sobretudo se tivermos presente a sua

plasticidade social nos trinta gloriosos anos do capitalismo no período de 1945-1975. Nesta assunção, embora possamos inferir que algumas das tendências autoritárias da governação actual sejam a expressão genuína de uma política de direita atávica e nostálgica dos tempos de Salazar e Caetano, na maioria dos casos elas são a expressão territorial de causalidades externas que escapam ao controlo e competências de actores menores personificados nos papéis de Santana Lopes e Paulo Portas. Direita e esquerda sucedem-se como modalidades de governação estatal, não vivendo a política como vocação, mas como profissão. As hipóteses da sua sobrevivência só são possíveis desde que estejam em sintonia comportamental e ideológica com a sobrevivência histórica do Estado e, sobretudo, com as vicissitudes contemporâneas da dominação e da exploração impostas pelo capitalismo à escala universal.

As perversões autoritárias do Estado em Portugal afectam sobremaneira os desempregados, imigrantes, minorias étnicas e trabalhadores assalariados com vinculação contratual precária. Estar ou evoluir para estas realidades é sinónimo de fragilidade existencial e de ser objecto de omissão ou de sanções repressivas por parte do Estado português. De facto, a pobreza, a miséria e a exclusão social como não são possíveis de integrar na lógica trituradora da competição e da mobilidade capitalista, ao Estado resta-lhe uma função de vigilância, controlo e repressão. Mas para o Estado português não lhe basta reprimir estes grupos sociais desfavorecidos. Como não pode, nem sabe e está demasiado longe

do controlo e da vigilância dos comportamentos que emergem todos os dias nas famílias, nas empresas, nas organizações e instituições da sociedade civil e do próprio Estado, aqueles que o governam em termos legislativos, executivos e jurídicos vêem-se constrangidos a abdicar e a privatizar muitas das suas funções.

Não admira assim que as funções de vigilância, de controlo e de repressão que antes eram basicamente assumidas pelo Estado, hoje tendem a sê-lo por empresas de segurança privada. O Estado, embora aumente a sua intervenção nesses domínios, enquanto utente tornou-se no principal consumidor dos serviços facultados pelas empresas de segurança privada. Empresas e aqueles ou aquelas que têm dinheiro para esse efeito, na estrita medida em que o Estado se mostra impotente para produzir esse serviço, transformam-se em clientes privilegiados desses serviços facultados pela segurança privada. Na ocorrência, como o mercado de trabalho está em crise e como o medo, traduzido em segurança, se transforma num factor de vida e de estabilidade emocional, não admira que tudo isto se traduza na procura e oferta de trabalho ligado às actividades de vigilância, controlo e de repressão de comportamentos desviantes nos locais de trabalho, nos hipermercados, nos espaços públicos e privados. Se pensarmos que estes são já em termos reais e potenciais uma parte da população mundial, veja-se até que ponto as hipóteses de emprego para os controlar, vigiar e reprimir são hoje cada vez mais importantes.

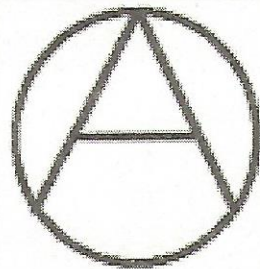
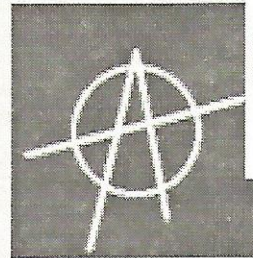
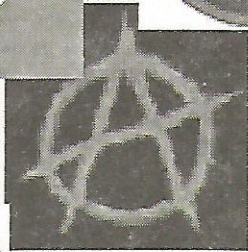
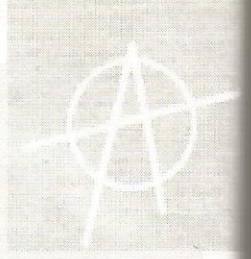
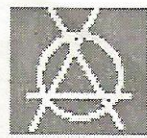
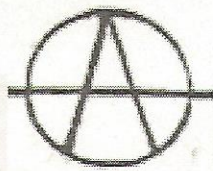
A deriva autoritária do Estado em Portugal não se confirma exclusivamente em actos legislativos, executivos e jurídicos que estão em estreita consonância

com o que acabo de referir. A deriva autoritária contra os imigrantes e as minorias étnicas é um bom exemplo das suas funções repressivas actuais. Por omissão e por estratégia concertada com interesses das empresas privadas que integram a economia formal e a economia informal, o Estado revela-se um dos principais actores que está na origem da situação de exploração e opressão vivida pelas comunidades migrantes e minorias étnicas em Portugal.

As relações de interdependência e complementaridade do Estado português com os "media", as transnacionais, os desafios e os problemas resultantes da racionalidade instrumental do capitalismo ao nível da UE e ao nível mundial tornam cada vez mais complexo e abstracto os papéis, as funções e as tarefas que coincidem com a administração específica do seu território, da sua língua, da sua política, da sua cultura e, logicamente, de todos os actores individuais e colectivos que nele trabalham e residem.

Em consonância com o que acabo de referir, não é mais possível explicar os conteúdos e as formas de autoritarismo do Estado português na actualidade, se não tivermos em conta que Portugal é uma pequena parte de um todo, cuja força estruturante obriga-o a um processo de adaptação e de reacção sistemática, sob pena de soçobrar como Estado-Nação. A pequenez quantitativa e qualitativa deste é sobejamente conhecida e não pára de acentuar-se. A pequenez cognitiva, emocional e comportamental dos actores que pretendem ser elite dirigente ainda é maior, sobretudo se tivermos presente que, enquanto indivíduos que descodificam e codificam informação de carácter analítico-simbólica, são, antes de mais, sistemas processadores de informação. Perante a sua manifesta incapacidade cognitiva, emocional e comportamental revelam-se demasiadamente ignorantes e incompetentes, razão pela qual as suas decisões e estratégias são inconsequentes e perversas para os indivíduos e grupos que integram a sociedade civil.

Neste lamaçal político que Portugal personifica na deriva autoritária actual, cabem todas as ideologias de direita e esquerda, todos os partidos e outros salvadores da pátria. Não se afirme ou ténha-se a veleidade de dizer ou escrever que a esquerda é melhor que a direita e vice-versa. Em função dos exemplos históricos já consumados, é imprescindível que não se continue a pensar e a agir como se qualquer alternativa fosse concebível entre autoritarismo e democracia representativa, entre socialismo e capitalismo, entre fascismo e comunismo. Todas estas ideologias políticas, modelos organizacionais e modelos de sociedade já demonstraram que não servem como hipóteses ou como probabilidades de emancipação individual ou social.

Paul Klee, detalhes de *O concerto dos partidos*, 1907

CREATE
ANARCHY

É actual o anarquismo?

TOMÁS IBÁÑEZ

É actual o anarquismo? A pergunta é directa e parece bem simples. É sem dúvida a resposta que deveria levar toda a carga de uma eventual complexidade. Mas não temos que nos fiar nas aparências: as perguntas nem sempre são simples e a complexidade da resposta é, tão só, um efeito da complexidade que já está implícita na pergunta. Esta pergunta, desde logo, está longe de ser simples e a única resposta que me ocorre é: «depende».

Depende do que se entende por «actual» e do que se pretende significar por «anarquismo».

Dependendo do que se entende por «actual», pode-se dizer, por exemplo, que o anarquismo não é actual, como nunca, em nenhum momento, conseguiu ser actual.

Dependendo do que se entende por «anarquismo», pode-se dizer, com toda a razão, que se trata de uma antiguidade totalmente pretérita e desfasada ou, pelo contrário, pode-se afirmar, com o mesmo fundamento, que o anarquismo nunca foi tão raivosamente actual como o é nos tempos presentes.

Mas antes de lidar com a enganadora simplicidade da pergunta, gostaria de fazer um pequeno preâmbulo.

Todos sabemos que o anarquismo nunca gozou de boa reputação nas esferas intelectuais.

Ao longo do último século, muitos companheiros de luta – que, por certo, também foram, por momentos, temíveis adversários numa luta que era, supostamente, comum – consideravam os anarquistas como pouco menos que loucos teóricos.

Dificilmente se podia ser marxista – cuidado, não estou dizendo «comunista» – se não se tivesse lido e assimilado, pelo menos, uma parte dos escritos de Marx. Sem embargo, um iletrado podia-se proclamar anarquista e ser reconhecido e aceite como tal pelos seus correligioná-

rios. Dizia-se que magníficos rebeldes mas ingénuos revolucionários, os anarquistas falavam mais a partir do seu coração e das suas intuições do que a partir da apreciada racionalidade neocortical.

A comunidade não científica, dentro da grande família socialista, reprovava os anarquistas que se refugiavam nuns quantos slogans: «Nem Deus nem Amo», «Viva a Anarquia», «Morte ao Estado» ... para suprir a falta de bases teóricas e que recorriam à razão prática e ao sentido comum como único método de análise.

Os próprios anarquistas insistiam em que o anarquismo era mais uma forma de ser do que um discurso teórico, que consistia nas vivências e num compromisso existencial e ético mais do que uma doutrina sabiamente construída.

Até aqui o estereotipo e a caricatura. Mas, trata-se de uma caricatura que, como todas as boas caricaturas, capta e acentua até deformá-las nalgumas expressões felizes, indubitavelmente presentes naquilo que se caricaturiza.

Na minha intervenção de hoje vou render um certo pleito a essa caricatura. Sou anarquista, anarquista crítico e heterodoxo, certamente, mas anarquista ao fim e ao cabo, desde adolescente – o que representa já várias décadas – quando me envolvi no activismo político. Militei, continuo a militar, no âmbito anarquista, participei com os meus escritos em bastantes publicações anarquistas e, sem dúvida, nunca li com atenção, quer dizer, seriamente, os principais autores anarquistas nem tão pouco consigo um bom conhecimento da historiografia do movimento libertário. Desta maneira, não espereis de mim erudição libertária, envergadura teórica e rigorosas análises conceptuais. Em certo sentido, da mesma forma que os anarquistas da caricatura, também vou falar aqui a partir das minhas "tripas" e das minhas intuições.

Este pequeno preâmbulo pode parecer gratuito e constituir um mero artifício retórico mas, de novo, não convém fiarmo-nos nas aparências. Na realidade, introduz-nos directamente na matéria e começa a esboçar uma resposta acerca da eventual actualidade do anarquismo porque, como tentarei argumentar, o que ainda continua vivo e actual no anarquismo, forma parte do menos doutrinário, do menos formalizado, do menos sistematizado, do mais difuso e do mais confuso e intuitivo do pensamento anarquista, do mais próximo da caricatura, se se quiser; enquanto que o que está irremediavelmente antiquado e morto forma parte do pólo oposto, quer dizer, dos esforços que se desenvolveram para teorizar o anarquismo e para assentá-lo como um corpo doutrinal com anseios sistémicos.

A eventual actualidade do anarquismo

Mas comecemos com a questão da «actualidade».

Actual? De que ponto de vista? Actual em relação a quê e em que sentido? Actual porque nos permite compreender e explicar o momento presente das nossas formações sociais? Actual porque se envolve nas lutas sociais dos nossos tempos?

Ou antes, actual porque entronca com alguns problemas sociais cuja vigência se mede em termos de «longa duração»?

Vou tentar falar sobre a eventual actua-

lidade do anarquismo a partir destes três possíveis sentidos.

Para começar, enquanto dispositivo teórico que nos permite analisar e entender o momento presente do mundo e a textura das nossas sociedades. É óbvio que o anarquismo não é actual, como me atreveria a dizer que nunca tem sido actual.

Nunca proporcionou princípios teóricos suficientemente dúcteis, nem as ferramentas metodológicas suficientemente sensíveis para inspirar uma sociologia que fosse esclarecedora, nem para alimentar, pese embora os esforços de Proudhon, uma teoria económica adequada. Neste sentido, o anarquismo não é actual, em absoluto; mas, insisto, nunca foi actual.

É actual o anarquismo, no sentido em que os seus principais elementos constitutivos são segregados, produzidos a partir do interior dos conflitos sociais vigentes? Quer dizer, é actual porque brota, porque nasce, constantemente, do tecido social que configura a nossa época no momento presente?

Neste sentido, a resposta é sim. O anarquismo é plenamente actual, e a resposta é, também, não. O anarquismo deixou já de ser actual.

Tudo depende de como se conceptualize o próprio anarquismo. E vou permitir-me traçar uma divisão radical entre duas maneiras de o fazer.

É, por um lado, o que poderíamos chamar a concepção quase religiosa do anarquismo, centrada na vertente «instituída» do anarquismo; e é, por outro lado, a concepção pragmática do anarquismo, centrada na dimensão «instituinte» do pensamento e das práticas anarquistas.

Isto configura dois anarquismos nitidamente diferenciados. Um deles autoproclama-se fervorosamente como tal, fazendo ondear bandeiras, agitando siglas, remetendo para os autores consagrados e recordando os fitos históricos da epopeia anarquista, enquanto que o outro se limita, simplesmente, a manifestar-se como tal no seio dos actuais antagonismos sociais.

A partir do primeiro destes dois anarquismos é habitual pensar que o anarquismo será chamado a ser sempre actual e a franquear os séculos com a mesma alegria que as religiões franqueiam os milénios.

O que está a acontecer na actualidade e o que pode acontecer no futuro, seja em termos de avanços do pensamento, seja em termos de novas experiências de luta, enriquecerá, sem dúvida, o anarquismo, acrescentar-lhe-á matizes e dotá-lo-á de expressões distintas, mas na forma de simples acrescentos a um fundo imutável como o que constitui as religiões.

Enquanto corpo historicamente instituído, o anarquismo pode-se considerar, por um lado, como uma «ideologia», no sentido de um «sistema de ideias e de valores», e, por outro lado, como um conjunto de práticas e como um movimento sociopolítico.

Considerado como «ideologia», o anarquismo forjou-se basicamente no século XIX, no calor da Revolução Industrial e do nascimento do capitalismo. Os seus textos de referência, aqueles que definem a sua cosmogonia, a sua visão do mundo, os seus princípios axiomáticos, os seus valores e os filamentos do seu imaginário, pertencem plenamente ao século XIX, sem que lhes tenham acrescentado algo de substancial, por muito grande que seja a lista dos pensadores libertários que vieram depois de Goodwin, Proudhon, Bakunin, Kropotkin e, eventualmente, Stirner.

Considerado, por outro lado, enquanto conjunto de práticas e enquanto movimento sociopolítico, o anarquismo encontra os seus

sinais de identidade numa série de experiências e de acontecimentos históricos que se desfiam nos finais do século XIX e ao longo do século XX, basicamente na sua primeira metade. Esse anarquismo tem bandeiras, siglas, canções, mestres e mestras, estruturas organizativas, registos de experiências, memória colectiva, etc... Tudo isso forma um «bloco». Um bloco multifacetado, certamente, mas, ao fim e ao cabo, um bloco bastante compacto, histórica e sociologicamente instituído e identificável.

Não existe nenhuma dúvida de que este bloco continua a fazer ondear as bandeiras e é capaz de suscitar algumas adesões, mas não tem nenhum futuro no século XXI e, com grandes dificuldades, apresenta ainda alguma actualidade. Já está petrificado, já está morto, já forma parte dos monumentos históricos, por muito entranháveis e veneráveis que possam ser.

O que não conseguem ver, os anarquistas, que se substituem na concepção religiosa do anarquismo, é que as doutrinas religiosas podem sobreviver durante milénios ignorando, olimpicamente, as mudanças da sociedade, porque os princípios, as crenças e os valores que as constituem não desaguaram no seio do conflito social, não emergem como resposta à violência exercida pela ordem social e não estão fixos por um anelo de transformação social.

Mas, não acontece o mesmo com certas doutrinas como o marxismo ou como o anarquismo. Não ocorre o mesmo, porque os seus princípios, as suas crenças e os seus valores se constituem directamente como resposta antagónica frente a determinadas condições sociais de existência, e são inseparáveis dessas condições.

No caso específico da concepção pragmática do anarquismo, este concebe-se como uma determinada expressão da dissensão sociopolítica, como um produto histórico socialmente situado. O anarquismo inventou-se, literalmente, como resposta frente a uma determinada ordem social e construiu-se a partir do interior das lutas que pugnavam subvertê-la. Não foi um sistema doutrinal que se projectasse de fora, a partir do etéreo mundo das ideias, sobre as lutas, senão que resultou dessas lutas e se conformou directamente no seu seio. A sua vigência é, portanto, a mesma que a daquele a que se opunha, e esgota-se quando se esgota a matriz que o configurou.

A renovada actualidade do anarquismo

O anarquismo não é uma simples estrutura formal, não é um formalismo que se possa trasladar através das diversas situações sócio-históricas; está cheio de conteúdos, situados e concretos, que lhe dão forma e, por isso, o anarquismo tem sido raivosamente actual durante tantas décadas. Mas são, precisamente, esses mesmos conteúdos, ancorados profundamente na História, os que criam obstáculos agora ao seu encaixe nas novas realidades sócio-históricas.

Na medida em que a sociedade do século XXI já não é a sociedade dos finais do século XIX e princípios do século XX, resulta que aquilo mesmo que fez a actualidade do anarquismo, quer dizer, a sua radical ancoragem na textura daquela sociedade, faz hoje a sua debilidade e condena-o à inoperância e à obsolescência.

A resposta, pelo menos a minha resposta, quanto à actualidade ou não do anarquismo, é clara e não admite rodeios. Se considerarmos a vertente instituída do anarquismo, devemos concluir que este deixou de ser actual há já bastante tempo e que os esforços de alguns para mantê-lo ou para ressuscitá-lo são, de todo, vãos.

Não ocorre, sem dúvida, o mesmo se considerarmos, agora, o anarquismo a partir da sua outra vertente e se o definirmos em termos da efervescência instituinte que o anima, e do fundo das intuições que o propiciaram. A resposta, tão pouco, oferece aqui lugar à dúvida, mas aponta, desta vez, a plena actualidade do anarquismo. A partir desta perspectiva, pode-se afirmar, inclusive, que o anarquismo é hoje muito mais actual do que nunca foi.

Essa renovada actualidade do anarquismo não se deve a que os anarquistas tenham desenvolvido uma actividade propagandística ou pedagógica, que tenham conseguido convencer as pessoas. Tão pouco se deve a que a presença dos anarquistas nas ruas tenha sido suficientemente intensa e acertada para atrair, até eles, sectores importantes da população. Nada disso. Seja qual for o âmbito que se queira considerar, a actividade dos anarquistas não ultrapassa, desde há muito tempo, a esfera do testemunho.

A renovada actualidade do anarquismo não tem nada a ver com o activismo político dos anarquistas; deve-se mais à conjunção de uma série de factores que desenham um novo cenário, onde algumas das intuições mais básicas do anarquismo encaixam na perfeição e encontram novas possibilidades de expressão. Estes factores têm que ver com a própria evolução das nossas sociedades e, em particular, com a nova economia do poder que as conforma, assim como com os desenvolvimentos tecnológicos que se produziram nas últimas décadas. Estes factores também têm que ver com as grandes experiências históricas que nos apresentou o século XX e com algumas aportações, mais relevantes, do pensamento contemporâneo.

René Magritte, *A lenda dos Séculos*, 1948.

As intuições básicas do anarquismo

Procurarei colocar em paralelo alguns dos factores que acabo de mencionar e algumas das intuições básicas que caracterizam o anarquismo e que giram sempre, de uma forma ou de outra, em volta da importância especial que o pensamento anarquista dá à problemática do poder.

A supressão pormenorizada da nova economia do poder, que se instala nas nossas sociedades, requereria volumes e volumes de trabalhosas análises. Aludirei, tão só, aqui, à subtil combinação e à fina sinergia entre os exercícios de poder baseados no controlo das populações, e os exercícios de poder centrados no controlo individualizado, assim como à constante extensão das facetas da existência que passam a constituir-se como objectivo das intervenções do poder. Tudo isto, possível, em boa medida, pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação e, também, de comunicação. Estas aproximam de tal forma o exercício do poder ao quotidiano da nossa existência que, dificilmente,

se pode evitar, na actualidade, calar o sentimento de que o exercício do poder constitui um fenómeno omnipresente e do qual convém preocuparmo-nos em primeiríssima instância, tal como o apontavam as intuições anarquistas.

Essas intuições relevavam, também, de qualquer posição expressa em termos de centralismo, seja este democrático ou não. E tem como resultado que as novas tecnologias possibilitam, hoje, o desenvolvimento de relações horizontais afastadas dos modelos verticais que se perfilavam, até há pouco tempo, como os únicos susceptíveis de proporcionar alguma eficácia governativa.

Mas, mais profundamente, a intuição anarquista segundo a qual as relações de dominação ultrapassam, em muito, as relações e os modos de produção, ainda que se possa encontrar, sempre, algum tipo de enlace com estes últimos, tem recebido e recebe ampla confirmação social mediante a emergência e o auge de novos movimentos sociais centrados nalguns processos de exclusão e de discriminação que são transversais com as relações de dominação económica.

Por outro lado, as grandes experiências históricas que se nos apresentaram no século XX, especialmente as que afectaram os chamados «socialismos reais» também contribuíram para situar, dramaticamente, num primeiro plano a importância, não superestrutural nem secundária, que reveste o fenómeno do poder. A intuição anarquista de que o instituído acaba sempre por atraiçoar os anelos que animam os processos instituintes é observável, quer se nos referirmos à consolidação das agendas teóricas como à consolidação das organizações que as implementam, ou à consolidação das situações políticas iluminadas pelos processos revolucionários. Todas elas ficaram visíveis de forma peremptória.

No campo do pensamento contemporâneo são várias as abordagens que contribuíram para redescobrir e situar no primeiro plano a importância das relações de poder. Michel Foucault e Hanna Arendt, por exemplo, são uma boa amostra disso. Mas, para além destas abordagens, gostaria de destacar outro factor que dá conta, aliás, da boa sintonia e do encaixe que se produz entre alguns aspectos do pensamento anarquista e algumas das formulações mais incisivas e mais actuais do pensamento contemporâneo, ainda que tenha que voltar para ele a caricatura do anarquismo que tracei no começo da minha intervenção.

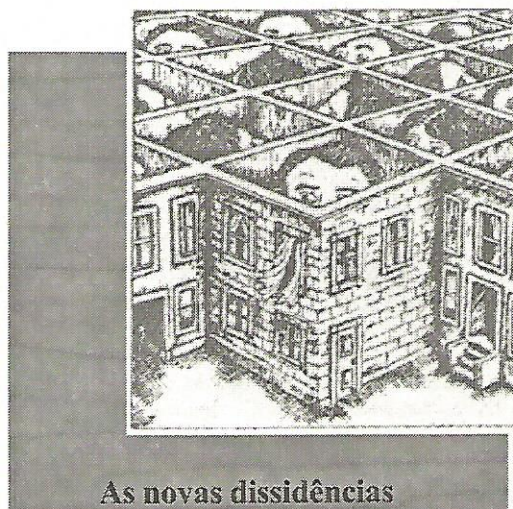
A falta de sistematicidade e de sofisticação teórica do anarquismo, a sua ancoragem

na razão prática e na intuição mais do que na razão científica, contribuíram para que o pensamento anarquista fosse menos permeável que outras formulações, como o marxismo, por exemplo, às influências da ideologia da modernidade, às suposições da ilustração e às suposições cientificistas da razão científica. Quiçá, seja por isto, porque o anarquismo se liga melhor com certas formulações pós-modernas e, também, com as novas concepções à volta da natureza da razão científica.

Por fim, o que mencionei na caricatura, essa insistência anarquista em ligar, estreitamente, as opções políticas da vida, quer dizer, o anarquismo como forma de ser e viver, como dispositivo de fusão do político e do existencial, como convencimento de que não se pode colocar para depois de uma eventual revolução o pôr em prática dos princípios de vida sócio-antagónicos, e que não se pode sujeitar o presente às promessas situadas no futuro. Tudo isto liga, também, com as experiências e com o ethos actual de boa parte dessa juventude que é hábito etiquetar de anti-sistema e que luta por criar espaços de vida e formas de ser alternativas.

Além do mais, basta olhar atentamente o presente para perceber, ainda, que seja vagamente, as formas que estão a tomar o novo imaginário subversivo. Este prescinde, naturalmente e, quiçá, felizmente, do vocábulo «anarquismo» para autodefinir-se. Guarda, sem dúvida, um inconfundível «ar de família» com o pensamento anarquista e com as suas intuições básicas.

Aproveito este momento, depois de ter mencionado tantas vezes a palavra «intuição», para abrir um parêntesis e para esclarecer que quando me refiro a «intuição» ou a «intuições», não me refiro a nada que se assemelhe a uma inefável inspiração caída do céu ou do platónico mundo das ideias. As intuições básicas do anarquismo estão enraizadas num denso fundo de experiências multiseculares e de saberes mais ou menos subterrâneos, que constituem o legado deixado por infinitas lutas contra a dominação e contra a exploração.

As novas dissidências

A nova expressão do antagonismo social que já está a nascer depressa e caoticamente sob os nossos próprios olhos, está a inventar-se sobre a marcha, nas mesmas condições da efervescência instituinte que presidiram a invenção do velho anarquismo e com o mesmo radical cepticismo frente a todos os esquemas herdados, incluindo o anarquismo, enquanto se converteu, ele mesmo, num esquema herdado.

Já não se aceitam, hoje em dia, os ideários e as agendas totalizadoras que pretendem contemplar tudo sob um ponto de vista estável e omnicompreensivo. Não têm nenhum escrúpulo em roubar e misturar fragmentos pertencentes a diversas tradições ideológicas e construir com estes fragmentos, e com novos fragmentos extraídos das correntes de pensamento mais contemporâneas, umas configurações ideológico-políticas caleidoscópicas e fluídas, em constante recomposição.

As referências identitárias e as posições de luta já não procuram a estabilidade, a permanência e a fixação que ofereciam, tanto as ideologias como as organizações do passado. A guerra de movimento substitui a guerra de trincheiras, tanto no plano ideológico como no plano do activismo sociopolítico.

As fixações que se cristalizam, pontualmente, para tornar possível os enfrentamentos são posições, deliberadamente, precárias e provisórias. Dissolvem-se e recompõem-se, constantemente, na procura de novos cenários de conflito.

A articulação, flexível e em mudança, substitui no actual imaginário antagonista a velha imagem da «organização» como estrutura estável, assente no espaço e no tempo. A nova dissidência já não habita entre as paredes sólidas de uma organização pensada como um «edifício» («a nossa casa», diziam, habitualmente, por exemplo, os velhos anarquistas para se referirem à CNT); em seu lugar desenha-se, em forma de redes, que nascem, cristalizam, transformam-se e desvanecem-se sem nenhuma nostalgia pela sua possível solidificação.

Quem forja, actualmente, o novo dissenso sociopolítico precisa de cartas de navegação, e têm que as ir desenhando pouco a pouco, da mesma forma como fizeram antes aqueles que foram criando o anarquismo através dos seus textos, dos seus debates e das suas lutas. As suas múltiplas operações de resistência conduzem a reclassificar o político, a destabilizar os antigos significados e a forjar um novo ethos subversivo. Mas não como fruto de pura teorização nem tão pouco como mero resultado de um exame crítico dos esquemas herdados. As novas formas de pensar, de ser e de viver, o antagonismo social, conforma-se, de igual ao que fez o velho anarquismo, a partir de dentro e como efeito das lutas que suscita a nova ordem social. Por isso, os novos movimentos sociais lidam, tão raivosamente, com as novas condições sociais de existência.

Ao insistir, reiteradamente, sobre «o ar de família» que une o anarquismo com o actual antagonismo social, não queria dar a entender que, todo o antagonismo social radical, tem o mesmo carácter ou inclinação com os postulados afins do anarquismo. É claro que, frente à desigualdade, à discriminação, à exploração, à dominação e à injustiça social, são muitas e diversas as respostas antagónicas que se podem articular. O anarquismo, ou algo que se pareça é, tão só, uma dessas respostas e, outras opções, são possíveis e plenamente legítimas.

Se algumas das novas respostas socio-antagónicas mantêm, um certo «ar de família», com o velho anarquismo, é porque se ligam com a acção, mais notável e distintiva, do anarquismo. Estou a referir-me à sua hipersensibilidade frente à autoridade, à recusa frontal de todas as manifestações do poder ou, melhor dito, do exercício de poder; e estou a referir-me à sua intuição de que não há nenhum exercício de poder que não deva ser veementemente questionado como radicalmente contraditório com qualquer finalidade libertadora, como mortal a curto, médio e longo prazo, para qualquer finalidade emancipadora.

Mais vale equivocarmo-nos, tomando as decisões a partir de baixo, do que acertar seguindo directrizes, venham de onde vierem. Nisto radica, precisamente, o «ar de família» entre o novo anarquismo, que já não se chamará anarquismo, e o velho anarquismo.

O questionamento das relações de poder

O que acabo de dizer leva-nos à terceira das diversas acepções da palavra «actual»

que me propunha comentar. Com efeito, se é certo que o anarquismo é, basicamente, crítico, enfrentamento e vontade de subversão das relações de poder e se, também, é certo que as relações de poder, contrariamente ao que pretendem as utopias anarquistas, são intrínsecas ao social, então algo do que inspira o anarquismo tem garantida uma actualidade que perdurará enquanto existirem sociedades.

Não me estou a referir, claro está, ao anarquismo como produto socio-histórico, já conformado e instituído, mas àquele que, com outras denominações e com outras conformações, seguirá fazendo do questionamento das relações de poder a sua principal incumbência, sejam quais forem as modalidades que adoptem estes efeitos. Neste sentido, e só neste sentido, as propensões "anarcóides" do pensamento crítico e das lutas sociais apresentam uma actualidade que transborda as épocas e entronca, não já com as «grandes durações» descritas por alguns historiadores, senão com larguíssimas durações.

Permitam-me, agora, que conclua com chave interiorista, quer dizer, olhando para dentro do movimento anarquista e dirigindo-me àqueles que se ubicam na esfera de influência do anarquismo.

Para aqueles que ainda se identificam com a tradição anarquista podemos enfraquecer o desenvolvimento desse novo antagonismo social que entronca com as difusas intuições anarquistas, ou podemos ajudar a esse desenvolvimento.

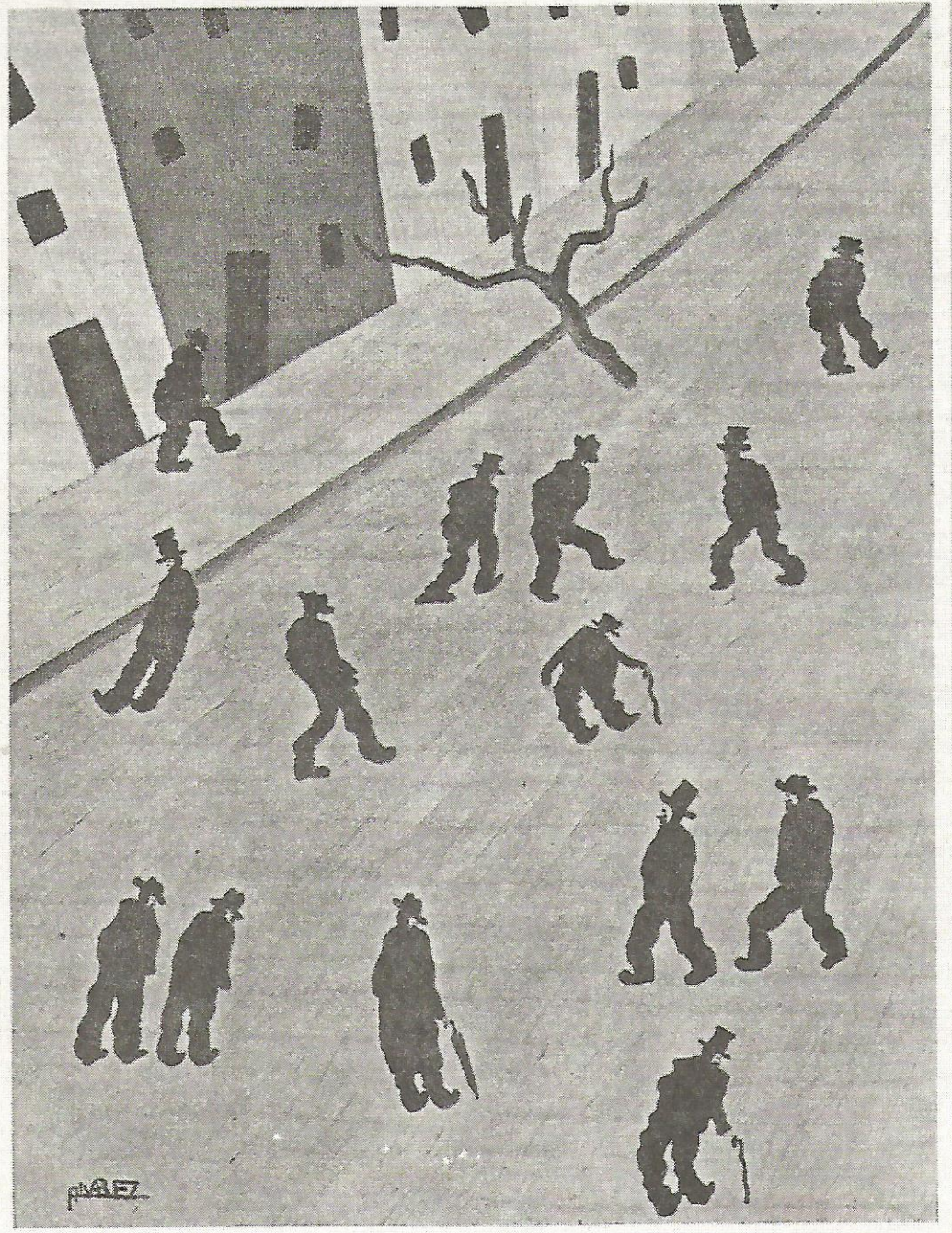
Entorpece-lo-emos, sem dúvida, se não entendermos que o que está a nascer neste momento, só pode ser, radicalmente inovador, subversivo e actual, a partir da diferença dos nossos próprios esquemas, desde a sua transgressão e desde a sua profunda transformação.

Ajudá-lo-emos se compreendermos que «os novos anarquistas» só podem ser «anarquistas» a partir da mais irreverente falta de respeito pelo anarquismo instituído. E ainda o ajudaremos mais se renunciarmos a querer aprisionar, dentro da própria etiqueta de «anarquismo», ainda que seja «novo», o que hoje se está a criar.

Abandonar as velhas cartas de navegação e não oferecer resistência às mudanças. Aí está o desafio, no momento presente, para todas as pessoas que se identificam com o talante instituinte do anarquismo e que não têm a menor objecção em admitir que o anarquismo deixa de ser anarquismo logo que se herda, porque isto significa que já forma parte daquilo mesmo que já atraiçoou as suas intuições básicas.

Página Aberta, n.º 123, Fevereiro de 2002.

Tradução de Ilídio Santos

Domínguez Alvarez, *Landschap in Frias*, 1932

Por um novo associativismo libertário

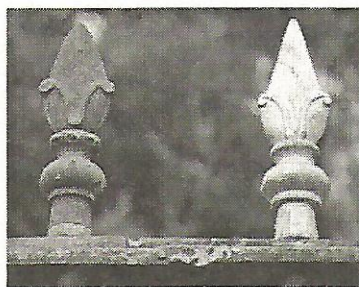
Manuel de Sousa

«É muito possível que nós sejamos anacrónicos e quixotescos, mas somos assim e não podemos ser de outra maneira... Não temos receitas absolutas, nem dogmas infalíveis. Temos medo de todas as ideias que se cristalizam demasiado em frases, de todas as doutrinas que podem consolidar-se em dogmas indiscutíveis... Os que querem receitas, fórmulas milagrosas, sucedâneos da acção, devem procurar outra fonte, um qualquer partido ou igreja»

Diego Abad Santillán

1. A Situação

O diagnóstico está feito e poucos discordarão: em Portugal não existe movimento anarquista, apesar de sobreviverem uns quantos grupos, colectivos e indivíduos que não mantêm entre si um relacionamento estável, nem formas continuadas de cooperação ou, em alguns casos, simplesmente se ignoram ou detestam. Algumas vezes por razões fúteis e risíveis outras por questões que tem a ver com ética e princípios. Fora as tentativas de criar uma dinâmica organizativa no final dos anos 70, com a FARP (Federação Anarquista da Região Portuguesa) e ALAS (Aliança Libertária Anarco-Sindicalista)[1] , ainda seguindo a velha tradição do começo do século XX, o anarquismo voltou rapidamente ao patamar anterior ao 25 de Abril, que se havia estendido da década de 40 à de 70, quando se mantinham uns quantos indivíduos e grupos, mais ou menos informais, dispersos e incapazes de uma intervenção continuada e coerente sobre a realidade social. Nesse período, que foi de profundas mudanças sociais em Portugal, o Partido Comunista e, mais tarde, as diferentes correntes esquerdistas conseguiram ampliar a

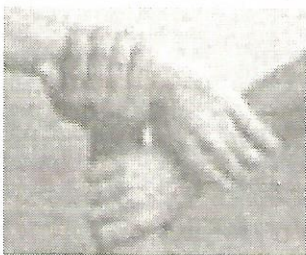
sua influência na sociedade portuguesa enquanto os anarquistas pouco ou nada conseguiram fazer de visível e relevante, apesar de alguns velhos companheiros terem desenvolvido alguma actividade regular na luta contra a ditadura e em áreas como o cooperativismo e a luta dos inquilinos. Podemos continuar a discutir o porquê desta situação, que teve razões endógenas e exógenas, mas essa foi, e tem sido nas últimas décadas, a nossa realidade. Em muitos outros países o movimento anarquista debilitou-se, dividiu-se, mas foi capaz de preservar alguma organicidade e capacidade de acção, mantendo um debate de ideias que permitiu uma certa renovação teórica, pese embora a diversidade de organizações específicas e de carácter sindical resultantes do velho espírito sectário e grupista que não deixa de, também aí, se manifestar como uma virose endémica. É o caso de Espanha, Itália e França.

2. Duas Visões

Existem, a meu ver, duas formas básicas de encarar o anarquismo. Uma é como um imperativo ético pessoal que não depende do tempo, nem das circunstâncias históricas e modela a vida daqueles que se opõem a toda a forma de injustiça e sujeição. Outra é a do anarquismo militante que se propõe, acima de tudo, modificar as instituições sociais e materializar as ideias libertárias na história. Estas duas visões do anarquismo não se excluem e foram muitas vezes complementares ao longo dos dois últimos séculos, sucedendo-se até, como fases, em muitos percursos pessoais. No entanto, na sua forma pura resultam em posturas diferentes perante a sociedade e a história. O anarquismo a que podemos chamar filosófico ou ético tem sido uma característica predominante das tendências individualistas, enquanto a visão social do anarquismo é uma componente essencial das correntes organizativas, anarco-sindicalistas, comunistas e colectivistas.

Para os que vêm o anarquismo como uma ética pessoal o problema da intervenção social e da organização será sempre secundário, ou até sem sentido, pois tudo se centra no indivíduo e na sua capacidade de afirmar a rebeldia face às instituições, tal como Stirner afirmam: «A minha causa é a causa de nada»[2]. Ao contrário para os que partilham uma visão social e militante do anarquismo a organização é um problema básico a encarar já que a nossa causa é também a causa do outro e só associando-nos podemos ampliar a influência das ideias libertárias tendo em vista a concretização histórica de uma sociedade libertária. Independentemente das adversidades e do tempo necessário para que esse evento se venha a concretizar.

As correntes defensoras da organização podem ter visões distintas sobre a evolução do capitalismo, do estado e da sociedade contemporânea, podem falar de luta de classes ou achar que se deu um esvaziamento e uma pulverização das classes sociais em miríades de interesses, podem divergir sobre a possibilidade e previsibilidade de uma mudança social profunda, no entanto, todo o anarquismo social tem de enfrentar os problemas de associação cujas linhas básicas foram definidas pelos principais pensadores anarquistas: autono-

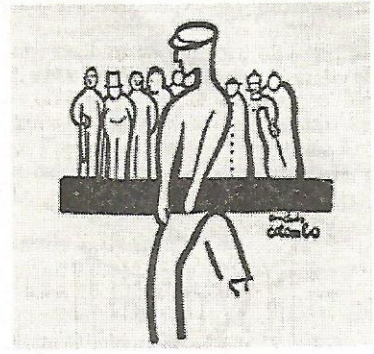
mia, horizontalidade, descentralização e federalismo. Características que se aplicam quer às organizações específicas quer às organizações de tipo sindical, e que tanto valem para as grandes como para as pequenas organizações. Evitando que a espontaneidade, tão cultivada nos meios libertários, seja um impedimento à associação já que ela «não exclui nem a organização, nem a estrutura, pelo contrário, engendra habitualmente formas de organização não hierárquicas, autenticamente orgânicas, autocríticas, voluntárias»[3].

Num ponto hoje quase todos concordamos, não tem sentido criar siglas ou organizações fantasmas que não correspondem à existência efectiva de acção, organizada localmente, de grupos de afinidade, ou sindicatos, para os que, como os anarco-sindicalistas, ainda apostam na organização a partir dos locais de trabalho. Os anarquistas não buscam a legitimidade da representação formal, não querem construir carreiras pessoais, nem desejam falar em nome dos outros por isso não precisam de sustentar a sua militância no vazio das siglas.

3. Os Grupos de Afinidade

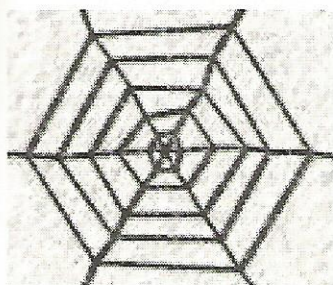
Sendo assim, o problema associativo elementar, e que penso ser o que nunca foi encarado seriamente entre nós, é, antes do mais, o da (auto)organização de grupos de afinidade. São esses grupos que sustentam e dão forma à intervenção colectiva dos anarquistas. Só eles permitem uma intervenção continuada e duradoura de divulgação de ideias e de alargamento da influência social das ideias libertárias. São eles que permitem estabelecer uma relação entre uma visão geral do mundo e as práticas locais concretas. Os grupos de afinidade são também o alicerce fundamental para dar sustentação a publicações, centros de cultura, comunas ou outras experiências práticas. Sem essa base sólida, ficando presos a um espontaneísmo inconsequente, às oscilações do voluntarismo de cada um e a uma total informalidade, não conseguiremos manter formas de intervenção duradouras com repercussão social. É também ao nível dos grupos de afinidade que podem desenvolver-se novas práticas ou dar-se a reflexão colectiva de forma continuada. Mas os grupos de afinidade, como é óbvio, precisam também de gerar interacções mais vastas, ultrapassar o localismo, alargando a cooperação até ao nível global, pois como sabem os internacionalistas, desde o século XIX, toda a luta, ou alternativa social, só se torna eficaz quando ultrapassa o limitado espaço da paróquia, da comuna e as velhas fronteiras dos Estados.

Em Portugal o que tem predominado ao longo das últimas décadas é a inorganicidade, os esforços isolados, o voluntarismo sem direcção, os percursos solitários, em resumo, a incapacidade de congregar esforços, associar vontades e criar colectivamente o que quer que seja. Evidentemente que se podem reunir uns quantos argumentos contra este excesso de pessimismo, mas, dificilmente se pode negar que esta tendência seja predominante.

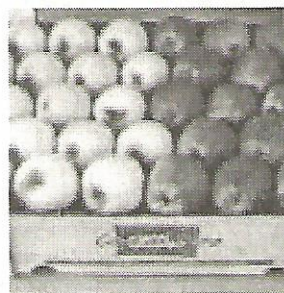
Isto é ainda mais verdade numa época em que a ideologia dominante nos empurra para uma existência atomizada e impotente, desaparecidos que estão os espaços da tradição comunitária, nascidos do trabalho e do viver

comum, da qual só escaparemos pela colectivização da insatisfação e revolta das minorias dispersas que recusam este sistema social e tentam ainda sobreviver e resistir nas difíceis condições actuais: «O espaço colectivo da negação permite-nos escapar à existência atomizada, colectivizando os nossos verdadeiros sonhos e as nossas existências incontornáveis»[4]. O problema da associação não é pois restrito ao de um finalismo instrumental: a concretização de uma mítica revolução social, que hoje não sabemos se é possível, ou provável, face à sociedade em que vivemos e à experiência das sucessivas frustrações dos dois últimos séculos. Até porque para muitos anarquistas a acção não está essencialmente dirigida ao êxito, mas ao testemunho, pois, como disse Luce Fabbri, «a anarquia é um caminho, não uma meta». A associação mais que uma imposição da necessidade de eficácia social é sim uma condição básica para a intervenção social dos anarquistas e um meio de materialização imediata de nossas idêias, ao criar um novo tipo de comunidade fraternal, onde podemos aplicar na prática nossas ideias auto-organização, cooperação, apoio mútuo e solidariedade. Até porque a associação, de um ponto de vista libertário, é antes de mais um ponto de encontro de afinidades electivas que voluntariamente decidem agir em comum numa dada direcção. Um espaço onde a liberdade e autonomia de cada um não podem ser condicionadas e onde, por isso mesmo, a crítica e a diversidade heterodoxa devem subsistir. Os único limites que se colocam à associação entre os que se dizem libertários são, por um lado, os princípios basilares que constituem a nossa essência e diferença: a crítica do Estado, do Capital e do Poder e, por outro, a ética anarquista que determina uma relação fraternal e solidária entre companheiros.

3. Ciganos e Outras Tribos

Podemos ir buscar à história da sobrevivência de grupos, culturas e etnias ameaçadas algumas lições que nos podem servir. Até porque, de certa forma, os anarquistas e os libertários em geral são, também, uma tribo ameaçada de extinção cercada por um ambiente hostil, confrontados com a necessidade de encontrar formas de resistir e sobreviver. Como os ciganos e outras etnias que num ambiente hostil, em mudança rápida, conseguiriam e conseguem ainda preservar a sua identidade, cultura e valores, resistindo à sociedade circundante sem transigir nos aspectos fundamentais e relevantes da sua forma de viver e na sua visão do mundo, constatamos que um dos aspectos básicos que garante as condições de sobrevivência é a sua capacidade de manter laços fortes de solidariedade e apoio mútuo dentro do grupo e do reconhecimento dos interesses antagónicos que existem entre nós e os «outros». Este talvez seja o segredo, particularmente em períodos de recessão dos movimentos sociais e de perda de expectativas de mudança social de curto prazo: reunir a tribo e encontrar os espaços livres onde podemos manter uma resistência que se advinha prolongada. Mas só sobreviveremos se mantivermos a mobilidade e a comunicação, pois o nosso destino depende de outras tribos que

[illegible] a mesma luta em inúmeros lugares do mundo. Hoje, podemos dizer que a sobrevivência de uma (contra)cultura libertária que questiona radicalmente as sociedades modernas é talvez o problema central que se coloca aos anarquistas, face à ameaça de um novo totalitarismo ideológico que quer impor em todo o mundo o pensamento único. Pois é essa contra-cultura que pode apontar às novas gerações, rompendo com a hegemonia do realismo político totalitário, a partir da história e da experiência revolucionária dos movimentos sociais, a possibilidade de um mundo radicalmente diferente.

4. Lições da Biologia

Estudos recentes da biologia falam-nos de organismos unicelulares capazes de alternar entre uma existência isolada e reunir-se, quando as condições o possibilitam, num organismo maior, um grupo coordenado, e isto sem que exista uma ordem, ou uma célula líder, que determine tal aglomeração. Este é o mistério da morfogénese, "a capacidade de todas as formas de vida de desenvolverem progressivamente corpos mais elaborados a partir de inícios incrivelmente simples"[5]. Estas teorias talvez nos tragam uma nova maneira de ver a questão da auto-organização que nos evite a tentação de imitar velhos modelos organizativos só porque se mostraram eficazes num tempo histórico que já não é o nosso.

Esta capacidade de criar a partir de baixo, associar-se de acordo com as condições, gerar modelos cada vez mais complexos de interacção e cooperação, evitando formas definitivas e esclerosadas que impeçam o movimento e a adaptação a novas situações, fazendo da associação um meio e nunca um fim. É o que alguns chamam de estruturas celulares distribuídas e auto-organizadas, capazes de gerar uma verdadeira inteligência colectiva. Como escreveu Steven Johnson a propósito dos novos movimentos sociais: «Para qualquer movimento que almeje ser realmente global, tornando praticamente impossível a dependência de um poder centralizado, a auto-organização adaptativa pode ser o caminho disponível». Se olharmos para a história do anarquismo ela demonstra ao longo do século XIX, e em parte do século XX, essa capacidade de auto-organização adaptativa, modificando suas estratégias e suas formas associativas conforme a sociedade ia mudando, mas preservando sempre sua insatisfação visceral e sua vontade de mudar radicalmente o mundo. Quando foi incapaz de recriar suas ideias e práticas o anarquismo entrou numa crise profunda, da qual não saiu ainda.

5. A Associação de Iguais

Como escrevi há anos: «No momento em que se nos coloca a questão da praxis subversora, começa um dos problemas fun-

damentais não resolvidos: o da articulação dos activistas da transformação, ou seja, a criação do espaço da informação mútua e de debate, de apoio e solidariedade, que permita multiplicar as possibilidades da acção individual»[6]. A associação não é o remédio milagroso para os nosso males, que são muitos, nem resolve a nossa incapacidade de entender o mundo, nem nos ilumina na busca de uma reformulação das ideias adequadas ao nosso tempo e às profundas mudanças sociais vividas nas últimas décadas. Como sintetizou Raynaud: «Organizar-se, é associar-se livremente com outros, Iguais. Aquelas e aqueles com quem se tem muito, e em todo o caso o essencial, em comum»[7]. Ao associarmo-nos estamos, no entanto, a multiplicar a capacidade de pensar e agir colectivamente ampliando as possibilidades criativas de novas ideias e novas práticas, ao mesmo tempo que preservamos um espaço de sociabilidade fundamental numa sociedade mercantil marcadamente egocêntrica e isolacionista onde se estão a diluir definitivamente os laços que uniam as classes, os grupos sociais e até a própria sociedade como um todo. A associação assim sendo não pode ser a negação da autonomia e da liberdade de cada um, mas uma construção voluntária de relações em torno de um pacto de ideias e de uma fraternidade libertária quotidiana ou, como alguns defendem, a criação de um novo comunitarismo tendo por base tribos de afectividade. Reduzir a questão da associação à da organização é imitar os partidos políticos, como instituições de luta pelo poder, onde a autonomia individual e a fraternidade são absolutamente residuais, quando existem, enquanto o quotidiano é moldado pelas disputas e guerras pessoais entre sócios que mantém entre si, acima de tudo, uma relação contratual. Pelo contrário, para os libertários a associação tem de ser, simultaneamente, o espaço da tradição, onde se preserva o conhecimento, a memória e a cultura anarquista, o espaço da inovação, onde se criam novas ideias, tácticas e estratégias, o espaço da subversão, onde se desenvolve a acção directa por um mundo radicalmente diferente daquele que nos querem impor e, antes de tudo, o espaço da fraternidade, onde se encontram e convivem os que por afinidade electiva não se reconhecem nas instituições hierarquizadas e autoritárias. É nesse sentido que a questão da associação deve, a meu ver, ser colocada pelos que persistem em se definir como libertários, na velha tradição anarquista. Outros pensarão, naturalmente, de forma diferente. Falta encontrar a plataforma dos acordos possíveis.

Notas:

1 A revista *Utopia* nº 17 de 2004 abordou em dois artigos, um de Mário Rui e J. M. Carvalho Ferreira e outro de José Tavares, de forma crítica, esse período analisando como se frustraram tais projectos.

2 *O Único e a Sua Propriedade*. Max Stirner. Antígona, Lisboa, 2004.

3 *Espontaneidade e Organização*. Murray Bookchin. Mandrágora, Cascais.

4 *À Tribo dos Irrecuperáveis*. M. Ricardo de Sousa e Júlio Henriques. Editora Fora de Texto, Coimbra, 1990.

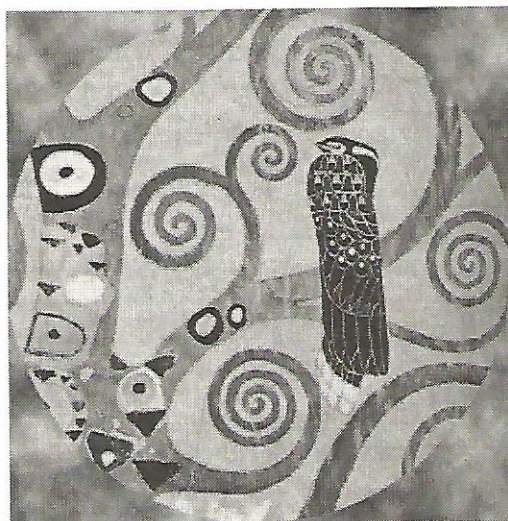
5 *Emergência. A Dinâmica de Rede, Cérebros, Cidades e Softwares*. Steven Johnson. Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2003.

6 *À Tribo dos Irrecuperáveis*. M. Ricardo de Sousa e Júlio Henriques. Editora Fora de Texto, Coimbra, 1990.

7 *Apelo à Unidade do Movimento Libertário*. J.M. Raynaud. Editora Imaginário, São Paulo, 2003.

In Memoriam
EDUARDO GUERRA CARNEIRO
(1942-2004)

Contra a Corrente

Contra a corrente subimos os rios
à procura do lugar onde os sonhos
nascem. Contra a corrente rompemos
através do anel de fogo já saímos.
Contra a corrente estamos sempre
quando rios se formam em anéis de fogo
e véus de bruma surgem. Contra
a corrente chegamos a lugares onde o sonho
nasce. Contra a corrente,
outra vez, ainda, tentamos a sorte:
anular alguns círculos na água,
corpo-a-corpo com a morte,
para desfazer o feitiço da serpente.

Contra a Corrente. Lisboa: &etc, 1988.

O Extremo Ocidental de um Europa Gangrenada

- "Estamos no extremo ocidental de uma Europa gangrenada que teima ainda em conservar limpos os punhos e o colarinho, embora tenha podres nas meias e as cuecas estejam borradas de medo antigo, caca seca, agarrada aos Pirinéus, a montecarlos, montecassinos, urais ou andorras do báltico.
Estamos e continuaremos a estar até que a bomba rebente nos nossos tomates inchados, na goteira do sexo, nas moscas que teimam em disputar-nos a cerveja, nas putas que envolvem em dança os cromados dos bares de hotéis de gare.
Poârto ou Parises; Tomar ou Bruxelas; Leiria ou Malmo: a mesma merda.
Estamos quase a rebentar as costuras deste maldito soutien com que nos apertam as mamas da invenção; quase a rebentar as cuecas com que nos espartilham os caralhos da revolta. De pé, ó vítimas da Europa decadente! Nuzinhos até Trancoso! Com pezinhos de lã até Almeida!.
Avançar assim, descobrindo novo discurso, importante porque me importa, também me faz bem, talvez te ajude, vos ajude, ajude afinal a acender o rastilho que vai fazer rebentar a bomba ..."

À Luz de Novembro, in Como Quem Não Quer a Coisa, Lisboa, & etc, 1978

CamileClaudel, *A Espuma*, 1901

Eles matam crianças e miseráveis: desdobramentos trágicos

Os liberais, desde os primórdios, apoiam as instituições que protegem a livre expressão e a tolerância. Numa época em que à esquerda e à direita se fala, clama e espera por tolerâncias, devemos problematizar seus desdobramentos trágicos.

1. direita e esquerda

Em nome da ordem, do combate à criminalidade crescente, da suposta expansão da periculosidade diagnosticada pelas estatísticas, dos fanatismos, fundamentalismos e higienismos, os programas de tolerância zero apareceram, desde a década de 80, nos Estados Unidos, como política de direita, neoliberal, e, desde então, migraram para os setores à esquerda.

Suas metas são: penalizar mais, encarcerar mais e com isso difundir a mensagem "segurança com mais segurança". Defendem que as pequenas infrações devam ser punidas com mais severidades e que as demais sejam contempladas com encarceramentos sob regime de segurança máxima.

O regime de penas alternativas cresceu e repercutiu favoravelmente entre setores à esquerda como sendo uma maneira progressista de lidar com os crimes e uma solução viável para a redução dos encarceramentos. Entretanto, os setores de esquerda ao não combaterem as políticas de tolerância zero, contribuíram para confirmar que o regime das penas alternativas ampliou as penalizações e dinamizou as políticas de direita. Desta maneira, não tardou para que governos de esquerdas, primeiro na Europa, viessem a incorporar as políticas de tolerância zero.

Desta maneira, não tardou para que governos de esquerdas, primeiro na Europa, viessem a incorporar as políticas de tolerância zero.

A política de tolerância zero levou a novos regimes de punição, incluindo os programas de penas alternativas, e aumentou ainda mais o número de penalizados. Ela comanda a atual reforma de funcionamento do sistema penal que, de tempos em tempos, necessita elaborar revisões para seus fracassos na condução processual e na administração prisional, mantendo inalteráveis os mecanismos de seletividade destinados aos suspeitos em potencial.

2. reforma e democracia

Mudar não é reformar. A mudança realiza a reviravolta existencial nas pessoas e faz emergir outras sociabilidades. A reforma, por sua vez, refaz para perpetuar. Neste sentido, o regime das penas alternativas vinculado à tolerância zero confirma que o alternativo nada mais é do que fazer o mesmo de outra maneira.

Sabemos, entretanto, que neste momento é possível uma reversão, ainda que meramente institucional, liberal mesmo: as penas alternativas passarão a preponderar e a responder à redução de encarceramentos quando forem abolidos os programas de tolerância zero. Esta é uma reforma que demarca um novo campo de forças, situado corajosamente diante do contra-posicionamento libertário. Noutras palavras, quem quer reduzir a seletividade do sistema penal e sua prática encarceradora deixará a polêmica de lado para investir em diálogos, em confrontos argumentativos, explicitando ser um equívoco associar e reduzir a democracia a um discurso reformador.

3. interior e exterior

Enquanto isso... se no âmbito interno dos países, a política de tolerância zero atua, preferencialmente, nas metrópoles e nas cidades em crescimento, visando a redução de crimes e o aumento de penalidades aos infratores, no terreno internacional, zela ou facilita a institucionalização da democracia. Funciona como política intervencionista de segurança, restauração ou inovação em que a democracia aparece como valor universal inquestionável e definitivo. E por isso mesmo são explicitados os efeitos de dizimações em nome de um bem superior.

De fato, o aumento da penalização e o crescimento das prisões no âmbito interno dos países é um dado estatístico inquestionável. Negros, migrantes e/ou imigrantes pobres, minorias em geral, permanecem sendo os segmentos selecionados pelo sistema penal. Quando são acusados formalmente, julgados e sentenciados recebem, preferencialmente, penas de prisão ou penas alternativas em vez de absolvição. O regime de penas alternativas, enfim, entrou no sistema funcionando para o acusado como ponte: ou ele vai do regime de penas alternativas para o de encarceramento ou vice-versa.

É desta maneira que na atualidade, sob o regime da tolerância zero, o crime estratifica a geração de empregos úteis, ao mesmo tempo em que o sistema rotineiramente permanece selecionando suas populações suspeitas. Não basta mais a ação do Estado. É preciso contar com ongs, a chamada sociedade civil organizada atuando de forma cada vez mais milimétrica com assistência e compaixão. Só assim é que os sociólogos policialescos e o Estado podem concluir, ao lado dos humanitaristas de plantão, que agora tudo se encontra arrumado e controlado, pois a vio-

cia e a insegurança estão mapeadas, referenciadas e ordenadas nos relatórios. ifera a criminalização de comportamentos nome das garantias oferecidas pelo politi- ente correto e do fim às discriminações.

Começam e recomeçam as perseguições rua dentro, país afora, mexidas provocadas por igualdades que direito algum, programas ciais de wellfare state, inovações neoliberais, ntrole a céu aberto, jamais conseguirão dar nta. Enfim, a vida continua acontecendo onde previsão estiver abalada; a vida não cabe na ula de um burocrata.

4. limpeza e fascistas

A limpeza de criminosos ou suspeitos das ruas, vielas e avenidas, concretiza a utopia da tolerância zero. Mas isso não ocorre somente pela ação governamental e do seu seletivo sistema penal prendendo e castigando. Os miseráveis habitantes das ruas (crianças, jovens adultos e velhos), tornam-se, simultaneamente, objeto de investimento de ongs, do controle estatístico das políticas públicas, e alvo de possíveis alojamentos temporários. Os miseráveis geram, também, para muitos indivíduos, mais empregos úteis e acertos de contas com suas consciências.

É nesta zona que a política de tolerância zero apresenta um aterrorizante fluxo complementar ao criar condições para a atuação dos grupos fascistas, agora designados de maneira politicamente correta, grupos de intolerância.

O mundo moderno exige que a utopia tenha visibilidades; não seja só um sonho. A utopia da tolerância zero se faz realidade viva pela prática do extermínio de criminosos, suspeitos ou indesejáveis. Tolerância (zero, um, dois, mil, milhões) não se dissocia de intolerância, região trágica do complemento indissolúvel.

Uma sociedade fundada na desigualdade social jamais acabará com o extermínio; segundo a época, este pode ser mais ou menos acentuado, contido, minimizado. Na atualidade, entretanto, os grupos fascistas atuam, simultaneamente, como complemento ao Estado (a prática de tolerância zero levada ao cotidiano requer dizimação) e adversário da política de Estado (por infringir a universalidade do direito).

Os grupos fascistas, de seu lado, são inevitáveis e, ao mesmo tempo, um alvo perigoso que um governo democrático precisa combater. Os resultados sempre inconclusos deste confronto esclarecem que o crescimento dos fascistas é peça imprescindível para a continuidade das políticas de tolerância zero. Os governos, de outro lado, não podem suportar grupos fascistas, mas não têm como atuar sem conviver com eles. Enfim, não há governo que acabe com eles. O fascismo é uma prática diária e difusa de pessoas que se governam com base na obstrução intransigente da diferença, camuflam-se e metamorfoseiam-se, para de repente se apresentar uniformizadas no espetáculo do extermínio.

5. extermínio e abolicionismo

Para os grupos fascistas (que geralmente recrutam militantes em todas as classes sociais), a política de tolerância zero precisa ser levada ao limite por eles próprios, pois o governo democrático, progressista ou conservador,

é incapaz, por decisão política e fundamento filosófico, de realizar o extermínio. Ao atravessarem a fronteira, rompem com o regime democrático para pleitearem seu próprio espaço com a emergência do governo ditatorial. Os governos democráticos têm claro, por sua vez, que sem os grupos fascistas a utopia da tolerância zero não se realiza e não se reciclam os efeitos da sociabilidade fundada no castigo.

O duplo indissociável política de tolerância zero/grupos de intolerância só pode ser rompido pela abolição da política de tolerância zero. Mas isso não é só uma tarefa de Estado, e tampouco sua realização representa o fim dos fascismos diários. Tratase de um rompimento imediato possível sem lançar mão dos chavões envelhecidos relativos à defesa de uma revolução social que acabará com o crime e curará o mundo desta doença social. O rompimento exige um contra-posicionamento de cada interessado, um debate libertário envolvendo a problematização da sociabilidade com base no castigo.

Os democratas sabem, tanto quanto cada um de nós, que somente costumes antipenalizadores educam pessoas para desvencilharem-se de valores fascistas, e que isto não se aprende na escola. Ali, cada um deve ser educado para obedecer numa escala que vai do mais ao menos autoritário, em que o valor de comando pelo alto prepondera sobre qualquer outro com o objetivo de atingir a utilidade produtiva e a docilidade política.

Uma democracia não se restringe a uma política de Estado. É também espaço para experimentações. Congrega lugares de sociabilidades que problematizam o higienismo, os encarceramentos, os limites do direito penal, os planos governamentais para as escolas com seus currículos transversais funcionando como atualizadores de valores com base no culto à hierarquia, famílias, organizações e instituições, as virtudes dos superiores, os vícios dos inferiores, os ensinamentos da obediência. A democracia faz aparecer patamares combativos ao sistema penal e permite explicitar que a seletividade é a vida do sistema penal.

A redução dos grupos fascistas exige, enfim, que o Estado abdique das políticas de tolerância zero; que as escolas problematizem a tolerância (por certo é vivendo em escolas suburbanas que muitas crianças e jovens entendem que tolerância sempre foi sinônimo de tolerância zero; que eles são os alvos da seletividade do sistema penal; que é para eles que estão destinadas as grades e os muros das instituições penalizadoras e os vigilantes que zelam por sua futura liberdade assistida ou semi-liberdade); que associações apareçam para fazer soar desafinado nesta era de bom-mocismo burocrático administrado pelos especialistas.

6. revolta e liberdade

É preciso que os jovens inventem atuações apartadas da tenebrosa prática que os confinam em espaços da cidade que se parecem com campos de concentração; que de lá apareçam os outros jovens que não admiram e cultuam a atual condição de miseráveis; jovens que se revoltam contra a produção de bens culturais disseminados pela indústria cultural contendo elogios à periferia, passividades, orgulho de ser pobre, descrições inofensivas da vida sob estas condições; que tomem vulto as reviravoltas que desdenham as

...s de atingir o ápice e suas capturas como ...tas efêmeros no ralo fluxo mercantil, como ...grantes de uma elite de miseráveis segun... as ações afirmativas.

Há jovens revoltados que não suportam a ...tinuidade da miséria, muito menos carida... e assistencialismos estatais, privados ou ...stos, que não querem colaborar como ...sujeitados para a democratização da misé...

Estes jovens sabem que fazem parte da po...lação das periferias e que esta compõe o ...ntingente que mais clama por segurança ...licial e por práticas de terror para combater o terror. Constatam que é entre eles que são ...crutados os agentes policiais, membros dos ...upos de intolerância, vítimas e algozes que ...rtalecem o Estado policial. Sabem que é so...re eles que recai a seletividade do sistema ...enal. Não se assustam mais com o fato de ...ue quanto mais lhes oferecem segurança, ...ções afirmativas, atitudes corretas, penas al...ternativas, mais se sentem confinados e pre...sos. Só há vida onde há revolta e esta não pode ...er contida ou extirpada por nenhum governo.

7. trágicos

Dois acontecimentos recentes explicitam o campo desta tragédia.

Em São Paulo, entre o final de agosto e início de setembro, fascistas limpinhos, vestidos de preto, matam mendigos nas ruas, madrugada adentro, sem ser incomodados pelas rondas policiais de vigilância e segurança. Não são notados nem pelas potenciais vítimas, nem pelos grupos de compaixão que as assistem. São notados pelas potenciais vítimas e pelos grupos de compaixão que as assistem, mas que, temerosos por represálias, calam-se. São assujeitados. Os grupos fascistas, enquanto isso, continuam atuando com o objetivo de limpar a cidade da sua sujeira humana e, à sua maneira, realizam uma faxina social. Disseminam o terror e provam, por a+b, que o medo é mais que um monopólio legítimo do Estado com a função de manter a ordem. E que não se combate misérias com compaixão, políticas públicas, distribuição de renda e blá-blá-blá.

Na Rússia, em setembro, fascistas nacionalistas, vinculados ou não a ativistas fundamentalistas invadem uma escola, tomam as crianças como reféns e matam em nome de algo superior. Eles querem ser Estado para obter respeito de maneira legal, como adversários e inimigos, para poder declarar guerra a quem não seja semelhante. Entretanto, não há ordem ou Estado moderno sem a conivente relação legal-ilegal. Associam-se a grupos religiosos fanáticos em função do mesmo ideal: saírem da ilegalidade e dominarem povos em nome da unidade nacional. Expressam, enfim, uma religiosidade (da razão e/ou de um deus) que recomenda piedade com os assemelhados e dizimação do diferente. Explicitam, desta maneira, que este é o limite de qualquer religião, esteja ela atravessada ou não pelo direito ocidental à tolerância. Dentro ou fora do Estado o limite político é matar para garantir a ordem. Matar crianças em nome de uma futura nação ou em defesa da nação; matar pessoas em nome da grandiosidade de um deus; matar para sacrificar. O Estado entra em ação e mata também em nome de algo superior. De ambos os lados, atuam terrorismos.

O mundo de hoje encontra-se assim mesmo. Nele se exige glorificar com sangue a prática dos castigos em nome do Estado, em nome de um deus, da sociedade, da futura sociedade, da nação. Mobilizam para o terror e purificam-se no sangue.

Tolerar é exigir subserviência pacífica do outro; ação em que se aceita a sua condição de subalterno; ser assujeitado; apreciar ser comandado; ser tolerado, peça da compaixão do superior. Mas não só. Seu limite encontra-se na prática fascista higienista e na política de extermínio derivadas da tolerância zero. A reviravolta depende de cada um, de cada pessoa revoltada e única, que recusa ser uma abstração, apanhada pelo direito como cidadão.

Boletim eletrônico mensal do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, nº 53, setembro de 2004.

Guerra Junqueiro, in "Pátria", escrito em 1896

Um povo imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta de nora, aguentando pauladas, sacos de vergonhas, feixes de misérias, sem uma rebelião, um mostrar de dentes, a energia dum coice, pois que nem já com as orelhas é capaz de sacudir as moscas; um povo em catalepsia ambulante, não se lembrando nem donde vem, nem onde está, nem para onde vai; um povo, enfim, que eu adoro, porque sofre e é bom, e guarda ainda na noite da sua inconsciência como que um lampejo misterioso da alma nacional, - reflexo de astro em silêncio escuro de lagoa morta
(...)
Uma burguesia, cívica e politicamente corrupta ate à medula, não descriminando já o bem do mal, sem palavras, sem vergonha, sem carácter, havendo homens que, honrados (?) na vida intima, descambam na vida publica em pantomineiros e sevandijas, capazes de toda a veniaga e toda a infâmia, da mentira à falsificação, da violência ao roubo, donde provém que na politica portuguesa sucedam, entre a indiferença geral, escândalos monstruosos, absolutamente inverosímeis no Limoeiro
(...)

Um poder legislativo, esfregão de cozinha do executivo; este criado de quarto do moderador; e este, finalmente, tornado absoluto pela abdicação unânime do país, e exercido ao acaso da herança, pelo primeiro que sai dum ventre, - como da roda duma lotaria.

A justiça ao arbítrio da Politica, torcendo-lhe a vara ao ponto de fazer dela saca-rolhas;

Dois partidos (...), sem ideias, sem planos, sem convicções, incapazes (...) vivendo ambos do mesmo utilitarismo céptico e pervertido, análogos nas palavras, idênticos nos actos, iguais um ao outro como duas metades do mesmo zero, e não se amalgando e fundindo, apesar disso, pela razão que alguém deu no parlamento, - de não caberem todos duma vez na mesma sala de jantar (...)

Mandrágora,
a subversão da estética teatral

"Há uma poesia dos sentidos como há uma poesia da linguagem... essa linguagem é o tudo, o tudo que ocupa a cena, tudo o que pode expressar-se ou manifestar-se..."

Antonin Artaud

Parece que foi ontem... mas já vai fazer em Novembro 25 anos que um grupo de amigos resolveu fundar em Cascais uma associação cultural que denominaram de ***Mandrágora***. Praticamente todos tinham estado na génese e na realização de uma das publicações humorísticas mais interessantes editadas em Portugal – quem não se lembra d'***O Pasquim***? – e também quase todos viam no espectáculo teatral e na *performance* uma forma privilegiada de exprimirem e transmitirem a sua visão libertária do mundo. Influências? Muitas... de Stirner a Santana (Emídio, claro), de Artaud a Bakunine, do Surrealismo ao Living Theater.

Mandrágora – Centro de Cultura e Pesquisa de Arte transformou-se assim num espaço não-físico de liberdade e experimentação criativas – uma verdadeira Zona Autónoma Permanente como teoriza o *sufi* Hakim Bey –, de encontros e percursos, entradas e saídas, porto de chegada e de partida, de pessoas interessadas em subverter uma estética teatral, por todas considerada demasiado comercial e convencional.

Ao longo destes 25 anos de uma vida associativa intensa, com muito poucos apoios, mas com um pequeno público já fiel, a **Mandrágora** conseguiu montar e levar à cena 15 espectáculos teatrais, apresentados um pouco por todo o país e no estrangeiro. Mais um que se irá estrear em Novembro. Espectáculos teatrais de concepção colectiva e onde a procura constante de novas experiências es-

téticas, como a projecção de diapositivos pintados em simultâneo ao trabalho dos actores e sobre os corpos destes, tem proporcionado momentos de grande beleza plástica. Também a nível da *performance* a **Mandrágora** tem assumido um papel de relevo. Nas ruas e praças, em montras de lojas, em prédios abandonados, numa interacção espontânea e às vezes algo caótica com o público – pessoas que passam –, a **Mandrágora** já realizou 7 performances sobre os mais variados temas. Procurando que...

cada dia um ritual
e
todos os dias o rito deslocar-se-á a um outro
ponto de acção
a experiência
as experiências
são objecto de reflexão para outras demandas
e
as ferramentas em utilização não são (de todo)
sofisticadas
antes
aquelas que estão ao alcance das nossas mãos
apenas

Mas a *Mandrágora* não se ficou, nem tem sido só teatro. Algumas edições (foi talvez a primeira voz a denunciar a invasão e a situação em Timor-Leste, publicando um texto de Noam Chomsky, então praticamente desconhecido em Portugal) e, sobretudo, a divulgação sistemática em Portugal da Arte Postal, através da organização e montagem de 7 exposições com centenas de participantes.

Um projecto.
Sempre um projecto.
Um exercício estético sem compromissos e
a liberdade foi sempre o mote, e
a partir daí...

Foi já dada partida para mais um quarto de século.

Mário Rui

livros & leituras

Os Grandes Momentos Históricos do Movimento Operário na Perspectiva de Carlos Díaz

Carlos Díaz, incansável e pródigo autor de várias dezenas de livros de carácter histórico, político e filosófico, deu à estampa mais um trabalho de investigação notável sobre a história do movimento operário espanhol e das suas articulações com as internacionais comunista e socialista. Na minha opinião, estamos em presença de um trabalho de investigação rigoroso e sintético, dando relevo aos factos históricos mais relevantes do movimento social operário espanhol desde o início do século XIX até à actualidade. A comparabilidade das diferentes manifestações históricas desse movimento social é exaustiva e séria. A distinção e a comparabilidade históricas são baseadas numa leitura atenta dos vários autores citados, como sobretudo das experiências e factos concretos que integram a história do movimento libertário espanhol e das internacionais comunista e socialista em termos políticos, religiosos, culturais, sociais e económicos.

Considerado por muitos anarquistas e anarquismos um autor não-anarquista e "reformista", sendo por esse facto excomungado pelos guardiões do templo do espectro ideológico padrão, tem sido votado ao ostracismo e a críticas exacerbadas por parte destes últimos. Anarquista-cristão confesso, que mistura e integra no seu modelo de análise reforma e revolução, Marx e Bakunine, cristianismo e anarquismo, dificilmente poderia pertencer a uma família ideológica que prima pela exaustividade e integridade dos seus princípios e práticas que, no meu entendimento, são atravessadas também por crenças, valores e ideologias de características religiosas. Por tudo o que acabo de referir, dificilmente a obra deste autor será objecto de recensões críticas no movimento libertário espanhol e internacional.

Cingindo-me, agora, ao conteúdo específico desta última obra de que tenho conhecimento, a mesma está divida em 5 volumes. O primeiro volume aborda o nascimento do movimento operário espanhol; o segundo, a criação e evolução da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT); o terceiro, a criação e evolução da Segunda Internacional Socialista; o quarto, a criação e a evolução da Internacional Comunista; por fim, o quinto volume, que analisa o movimento operário espanhol desde a morte de Franco até aos nossos dias.

Ainda que de uma forma sumária, o primeiro volume dá-nos um panorama histórico da diversidade das vicissitudes de miséria, pobreza e escravatura do operariado no contexto das sociedades capitalistas mais desenvolvidas e, por outro lado, com especial incidência na Espanha de então. Em correlação estreita com esta realidade, o autor interpreta os conteúdos e formas organizacionais, ideológicas e políticas que estiveram na origem e desenvolvimento do movimento social operário circunscrito a um conjunto de lutas contra a pobreza e a miséria, contra a destruição física e moral das suas vidas e dos seus filhos provocada pelos horários de trabalho extenuantes das fábricas e dos campos. A emergência de

montepios, caixas económicas, associação de socorros mútuos, cooperativas, etc., atenuaram, em parte, as contingências negativas da realidade económica, social, política e cultural, razão pela qual essas formas de organização e associativismo operário tenham tido uma certa visibilidade social em meados do século XIX. Parta Carlos Díaz existem dois factores que não podem ser ignorados em todo esse processo histórico: a influência do socialismo utópico identificado com Henri de Saint-Simon, Owen, Charles Fourier, Etienne Cabet, Louis Blanc, Doherty, Kingsley e Fielden e, logicamente, da igreja através das corporações e ordens a ela associadas.

O segundo volume é quase na totalidade dedicado à criação e colapso da Primeira Internacional Operária, classicamente denominada AIT. A este respeito o autor faz um estudo exaustivo dos actores, ideologias e formas de organização mais representativas que estiveram na origem da AIT em 1864, mas também do conteúdo das propostas políticas e conflitos que atravessaram os 5 Congressos realizados respectivamente em 1866, 1867, 1868, 1869 e 1872. As lições a extrair não se resumem às lutas que envolveram as facções lideradas por Marx e Bakunine, mas sobretudo à manifesta incapacidade da AIT em prosseguir os objectivos nucleares que corporizavam a sua identidade colectiva. A articulação da AIT com a emergência do anarquismo e do movimento social operário espanhol na luta contra o capitalismo e o Estado é, no meu entendimento, bem contextualizada com as condições económicas, sociais e culturais da Espanha e também, em parte, de Portugal.

O terceiro volume aborda a evolução do movimento operário internacional no quadro da Segunda Internacional, cuja ideologia predominante assentou basicamente na acção dos partidos operários socialistas que foram criados nos finais do século XIX.. A Internacional Socialista teve a sua origem em 1889 e o seu epílogo em 1914. É um período da hegemonia partidária e sindical de cariz marxista e reformista, cuja integração nas lutas e reivindicações do movimento social operária se enquadravam perfeitamente nos desígnios históricos da perpetuação da sociedade capitalista e do Estado. Neste volume, Carlos Díaz elabora um estudo muito elucidativo das articulações do movimento operário espanhol com a Segunda Internacional, sublinhando para o efeito, o papel relevante em todo esse processo que foi desempenhado pela UGT (União Geral dos Trabalhadores, criada em 1888) e pelo PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol, criado em 1879). Importa, por outro lado, referir o papel da CNT (Confederação Nacional do Trabalho) e dos anarquistas na criação e desenvolvimento de um imaginário colectivo conducente à extinção do Estado e da sociedade capitalista. As opções religiosas no âmbito do associativismo operário que se traduziram na criação de sindicatos católicos e círculos operários católicos são também objecto de análise.

No quarto volume, a análise do autor incide basicamente nos acontecimentos históricos que culminaram na criação da Internacional Comunista em 1919 e a sua extinção em 1943. Neste domínio, as repercussões da revolução de 1917 são manifestas. Não se pense que essas repercussões só são visíveis na ideologia que esta internacional desenvolveu durante várias décadas. As famigeradas 21 condições que os Partidos Comunistas, entretanto, foram constrangidos a integrar nas suas estratégias e tácticas, tiveram uma enorme influência no conteúdo das reivindicações e das lutas que o movimento operário internacional desenvolveu durante esse período histórico. Por outro lado, a influência do anarco-sindicalismo e do movimento social operário identificado com o comunismo libertário foi sendo objecto de uma deterioração progressiva, culminando com o seu apogeu e canto de cisne em 1936-1939. O que o autor demonstra é a riqueza ética e moral de milhões de pessoas anónimas e algumas conhecidas que lutaram pela emancipação social com base nos princípios e práticas do anarquismo, não obstante terem soçobrado perante a força das armas do franquismo.

Finalmente, no quinto volume, Carlos Díaz tenta descrever a realidade de Espanha desde a morte de Franco até à actualidade. Este volume é bastante mais descritivo que os anteriores e está muito mais estruturado em termos da política e do sindicalismo normativo espanhol. Este facto não lhe permite contextualizar o movimento social operário espanhol no quadro do movimento social operário mundial, nem articulá-lo com os constrangimentos territoriais, políticos, económicos e administrativos de qualquer Estado-Nação no âmbito da racionalidade instrumental do capitalismo. A análise que é feita sobre o anarco-sindicalismo da CNT é muito limitada, na estrita medida em que a crise que esta actualmente vive é apenas explicada por um conflito geracional entre velhos e novos militantes.

Dìaz, Carlos (2003) *Grandes Momentos del Movimiento Obrero*, Madrid, Editorial Emmanuel Mounier.

José Maria Carvalho Ferreira

Este Nosso Incómodo

Chega a ser um espanto que ainda haja alguém em Portugal incomodado com o andamento do mundo, nestes tempos de conformismo, quietude e indiferença, que se dê ao trabalho de se manifestar de forma indignada...

Só essa era uma razão suficiente para que fossemos à procura do livro «Este Nosso Incómodo Tornado Mundo», de Paulo Esperança, onde o autor reúne as razões da sua indignação.

Mas o livro é mais que isso, desenvolve uma crítica da hegemonia imperial e arrogante dos Estados Unidos de forma pertinente e documentada, desmontando os argumentos que legitimam a nova ordem internacional e as razões da ofensiva militarista dos donos do Império. Como diz Paulo Esperança: «A entrada no século XXI não poderia ter sido de outro modo: fértil em informação manipulada, mentira, embustes, manobras de propaganda. Feito o escrutínio

Chega-se à fonte: um qualquer manual foleiro elaborado por opressores sem vergonha e de inusitada desfaçatez». Por isso importa desmontar o embuste e denunciar a nova impunidade mundial dos donos do Poder, que embora não sendo diferente daquela que permitiu, ao longo dos séculos, aos que se tinham por superiores e civilizados fazer todo o tipo

de barbaridades pelo mundo, tornou-se mais preocupante pois, hoje, o consenso fabricado, de que fala Chomsky, permite uma renovada arrogância das políticas imperiais.

Paulo Esperança analisa também o capitalismo rasteiro que se impôs em

Portugal após anos de reciclagem democrática: «o capitalismo vai estabelecendo o seu ideário, transformando o país numa coutada sem grandes preocupações de forma ou conteúdo». Mas reconhece que «os cidadãos conhecem o pensamento do poder e de quem o assiste, a sua metodologia, os seus homens e a sua prática ao longo dos tempos. Em rigor não se pode dizer que haja trapaça [...] pois nas sociedades modernas a exploração violenta, desumana, arcaica e irracional que o capitalismo exerce legalmente, resulta, sem sofismas, dos plebiscitos eleitorais».

Na parte final do seu livro o autor lança um desafio ao que chama FEIAS (Forças que Enjeitam a Institucionalização Agindo Sózinhas), que teriam o desafio «não da unificação, mas da federação» enunciando então um programa mínimo. Embora simpatizando com a ideia de uma convergência fraterna entre todos os que se opõem radicalmente às classes dominantes, na velha tradição internacionalista do século XIX (mas que a seu tempo acabou fracassando), parece-me que as propostas apresentadas não enfrentam a necessidade de definição de uma plataforma comum que nos possa unir na prática e de um programa centrado sobre os combates concretos a travar nesta região perdida da península ibérica. O programa mínimo do livro fica em torno de algumas questões globais, importantes, mas menos decisivas para as tais forças pequenas e feias, que subsistem debaixo da neblina da

Unanimidade social... Mas, como diz o autor, «o capitalismo pode e deve ser confrontado com [as suas] mistificações e as suas consequências». Paulo Esperança finaliza com um «sejamos realistas, exijamos o impossível» desafiando a tribo dos irrecuperáveis a prosseguir contra ventos e marés.

Esperança, Paulo (2004) *Este Nosso Incómodo Tornado Mundo*, Edição do Autor.

Manuel de Sousa

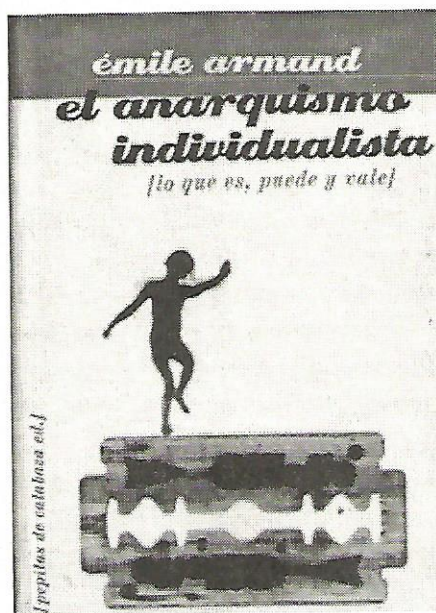
O anarco-individualismo de Émile Armand

Traduzido e publicado várias vezes em língua castelhana nas primeiras décadas do século XX, recentemente, em 2003, o livro El Anarquismo Individualista da autoria de Émile Armand foi reeditado pelos companheiros da editora Pepitas de Calabaza. Foi uma iniciativa de extrema importância e pertinência que urge realçar. As razões desta afirmação estão directamente reportadas a vários factores.

Em primeiro lugar, porque Émile Armand foi um dos autores mais esclarecidos em relação à reflexão e prática do anarco-individualismo e porque deu sustentabilidade e continuidade à obra maior de Max Stirner – O Único e a sua Propriedade. De facto, Émile Armand, ao longo da sua existência, interpretou, explicou, compreendeu e, sobretudo, tentou viver a Anarquia através de pulsões de vida atravessadas pela rebeldia e a liberdade. Tarefa difícil para um homem só. Não obstante as polémicas, conflitos e contradições emergentes nas relações que manteve com outros companheiros e companheiras, tentou sobretudo conquistar um espaço de intervenção e reflexão identificado com as preposições teó-

ricas e práticas do anarco-sindividualismo, no campo mais vasto e predominante das teorias e práticas do movimento libertário francês e internacional. A luta pela conquista da identidade do anarco-individualismo, sobretudo em relação à hegemonia exercida pelo anarco-sindicalismo e o comunismo libertário, foi extraordinariamente difícil, mas contribuiu sobremaneira para a sua continuidade e visibilidade social na actualidade histórica da anarquia no contexto das sociedades contemporâneas.

Em segundo, sublinhe-se a extrema ignorância, omissão e hostilidade que muitos libertários e anarquistas têm em tudo o que está correlacionado com as premissas teóricas e práticas do anarquismo na sua diversidade e, especialmente, em relação ao anarco-individualismo. Em parte, tudo isso resulta dos mitos criados à volta de uma série de heróis e experiências revolucionárias cuja simbologia faz parte de um passado longínquo e efémero. Refiro-me, concretamente, ao mito da luta de classes, da revolução social e da consecução histórica de uma hipotética sociedade anarquista absolutamente identificada com os princípios e as práticas da anarquia. As confusões e as perversões provocadas foram muitas, ao ponto da perspectiva anarco-individualista ser quase sempre objecto de ostracismo e exclusão por parte da grande maioria dos grupos que lideravam o movimento libertário internacional. Todavia, com a crise da totalidade dos anarquismos mais representativos e com a maior influência nos movimentos sociais à escala mundial, muitas das proposições do anarquismo individualista voltam a ser objecto de vivificação histórica.

Este livro emblemático de Émile Armand induz-nos a uma lei com referências muito específicas à nossa condição de espécie humana e integrantes de uma dada sociedade. Assim, no capítulo 1, Émile Armand faz-nos uma abordagem sintética da sociedade capitalista da época, das suas perversões e dos dilemas humanos em relação à mesma. No capítulo 2, faz uma análise de todos os modelos e actividades profissionais que pretendiam reformar essa sociedade: religiosos, juristas, economistas, socialistas e sindicalistas. No capítulo 3, tenta clarificar o conceito de anarquia, ao mesmo tempo que desenvolve o seu pensamento sobre a definição de anarquia, anarquismo e anarquistas nas suas articulações com a sociedade e a AIT. No essencial, é no capítulo 4 que Émile Armand define o anarco-individualismo com maior rigor e profundidade. Para este efeito, compara-o conceptualmente e distingue-o do comunismo nas suas múltiplas formas, como também do conceito propriedade privada dos meios de produção. No capítulo 5, introduz os factores básicos que integram o anarco-individualismo e que são, efectivamente, elementos de distinção e de oposição em relação a todo o tipo de soluções reformistas já referidas no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. Por outro lado, afirma e opõe o seu ateísmo em relação a todas as religiões e ao Estado. No

capítulo 6, debruça-se sobre o cristianismo primitivo e demonstra o antagonismo existente entre cristianismo e anarquismo. Nos capítulos 7, 8 e 9, Émile Armand tenta sobretudo analisar o militante anarco-individualista como vontade de viver e homem de acção contra a sociedade capitalista. O capítulo 10 leva-nos para uma leitura centrada no anarquista individualista refractário. Esta postura incide na crítica radical da família e dos sindicatos, nomeadamente no que se refere às posições destas instituições sobre o amor livre. No capítulo 11, o autor debruça-se de forma mais exaustiva sobre a economia e as suas articulações com o comunismo e o anarquismo individualista. Nos capítulo 12 e 13, analisa a legalidade e a violência na perspectiva anarquista individualista e, por outro lado, a vida como base de experiência individual e colectiva. Nos capítulos 14, 15 e 16, Émile Armand entra efectivamente nos problemas e dilemas que se apresentam no interior das teorias e práticas dos anarquistas individualistas, especificando para o efeito a nossa condição de espécie humana, as inconsequências dos anarquistas individualistas e as exigências de interdependência e complementaridade entre a vida interior e a vida exterior. Nos capítulos 17 e 18 são referidas as bases de acção do anarquismo individualista, enaltecendo a relação de identidade intrínseca da sua crítica com a anarquia e a prática do naturismo. Refira-se nestes capítulos, a sua identidade com a perspectiva néomalthusiana do anarquista francês Paul Robin. Nos capítulos 19 e 20, o anarquismo individualista é perspectivado como propaganda identitária e distintiva de todos os anarquismos e como pulsões de vida contra todas as formas de opressão, servidão e escravatura interpessoal e intra-societal.

Finalmente, é importante referir a participação de Émile Armand na reflexão sobre o "stirnerianismo". Neste sentido, é crucial ler a análise que é feita pelo autor sobre "El stirnerismo" (págs. 171-183).

Armand, Émile (2003), *El anarquismo individualista (lo que es, puede y vale)*, Logroño, Pepitas de Calabaza Ed.

J. M. Carvalho Ferreira

"Ensaio sobre a Lucidez" ou "Ensaio sobre a Miopia"?

É bem certo que, à medida que o tempo passa, se nos tornam mais evidentes as contradições dos sistemas e dos homens, seja pela maior vivência que se vai tendo, seja pelo conhecimento concreto que se vai experimentando. Mas, enquanto que para uns, essas evidências vão dando origem a conformismos e a resignações que, para muitos que se pensam "iluminados", se traduzem na componente abstencionista dos resultados eleitorais (como se estes expressassem a vontade própria de quem quer que seja), outros, como Saramago (com alcunha de "Nobel da Literatura em 1998"), que não se pensam iluminados mas antes a "luz", avançam como alternativa à contradição dos sistemas e dos homens... uma outra contradição/contradições.

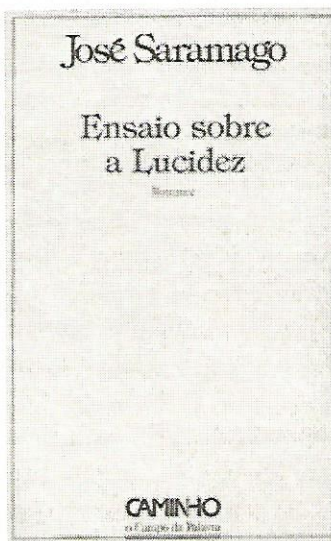
Vem este comentário a propósito da leitura do "Ensaio sobre a Lucidez", que de lúcido nada tem, pensando que seria melhor ter por título "Ensaio sobre a miopia ou opacidade" ou "Ensaio sobre o absurdo", não fosse este último ser já um título e conteúdo de um livro de um grande escritor como Albert Camus

(estamos a falar obviamente de "O Mito de Sísifo ou Ensaio sobre o absurdo").

De facto, Saramago parece estar cada vez mais baralhado sobre as contradições existentes nos sistemas e, muito mais, sobre as alternativas que existem para sair das mesmas. Se, por um lado, sugere no seu livro que o voto em branco de forma massiva pode ser uma alternativa aos actuais sistemas "democráticos" (como se votos sem cruz pudessem concorrer com os votos com cruz nos sistemas perversos e corruptos que se conhecem), por outro, inscreve-se (na mesma altura da saída do livro) nas listas de candidatos às eleições para o Parlamento Europeu, por parte do Partido Comunista. Qual é então a alternativa? No livro, é o votar em branco mas, na prática, é candidatarmo-nos a um lugar elegível para continuar a fazer parte de um sistema que se quer pseudo-transformar.

Mas voltemos ao seu "ensaio sobre a lucidez". Que lucidez é aqui advogada? A de votarmos todos em branco no próximo acto eleitoral como forma de manifestarmos o desagrado pelos actuais sistemas governativos? E desta maioria "branquinha" sairia o quê? Os mesmos que antes governavam, governarem agora "clandestinamente" por falta de representantes? A institucionalização "à distância (on-line?) e para toda a vida (e-learning?)" de um sistema de perseguição atroz, a tudo e a todos os que antes defendiam um mundo mais justo, livre e igual?

E é neste prosseguir a vida no pós vitória "branquinha"que Saramago troca tudo, de tal forma que tudo ficou como estava antes da vitória "branquinha" – os mesmos a governarem à distância.

Saramago não consegue antecipar qualquer alternativa aos actuais sistemas de democracia representativa (pelo voto). A alternativa é votar em branco apenas, não se apontando saídas convictas e credíveis para o funcionamento de uma sociedade depois de uma manifestação unânime de desagrado. E porque será que Saramago não consegue avançar com uma hipótese plausível de funcionamento de uma sociedade que se manifestou votando em branco? Porque não existe, nem nunca existiu historicamente, qualquer sociedade que daqui tivesse resultado, dadas as inerentes contradições existentes nesta concepção. Uma sociedade mais justa, mais livre e mais igual jamais sairá da manifestação de uma votação unânime, mas sim pela vontade colectiva, pela acção colectiva aberta e não através de uma cruz posta num papel colocado numa urna. A vontade colectiva não se expressa num voto (acção secreta, poder exclusivo), mas antes na acção concreta, visível, real. A vontade colectiva contra todo e qualquer poder autoritário não se manifesta via outro poder autoritário – o voto secreto. Manifesta-se antes, no dia a dia, no reivindicar todos os dias por mais justiça, mais liberdade. Não são precisos votos para dizer o quanto nos desagradam estes sistemas liberais, democratas, autoritários, prepotentes e outras coisas mais. São precisas, sim, convicções, sentidos/sentimentos de que outras formas de vida mais fraternas são possíveis e exequíveis. Todos os que estão convictos da existência de alternativas aos actuais sistemas, não votam (secretamente), agem abertamente todos os dias. O que Saramago apenas aflora superficialmente ao descrever o dia seguinte à

vitória massiva do voto "branquinho", aludindo, por exemplo, à auto-organização das pessoas na limpeza das ruas e poucas outras coisas mais, são actos que fazem parte do quotidiano de muitos dos que nunca votam, como o são a inter-ajuda, a responsabilidade, o respeito colectivo e pela natureza e a prática verídica da democracia participativa. Mas Saramago não sabe bem o que isso seja, porque ele próprio se insere nos "potenciais eleitos" a cargos de poder, embora vá sugerindo que se vote em branco.

Se alguma mensagem se consegue captar neste livro de Saramago, poderá ser a de que não vale a pena agir, seja de que forma for, para manifestarmos o nosso desagrado pelos actuais sistemas porque, as eminentes figuras públicas (no livro "os governantes") tudo farão para perpetuar o poder que detêm, continuando a governar sem mandato e perseguindo os suspeitos do costume. Saramago quase convida à resignação, ao conformismo, porque a agir de outra forma se terá o fim do principal personagem (a meu ver) do livro – um tiro na cabeça. Mesmo utilizando um instrumento dos actuais velhos sistemas – o voto - a alternativa sugerida para o pós vitória "branquinha" é: um novo acto eleitoral que anule o anterior (depreendi eu da leitura). Por tudo isto, considero-o um livro muito pouco lúcido, de convicções confusas e ideologias completamente baralhadas! Tudo é permitido em prol das vendas de mais de 100 mil exemplares editados para a primeira edição.

Saramago, José (2004), *"Ensaio sobre a Lucidez"*, Editorial Caminho, Março 2004, 1ª Edição

Guadalupe Subtil

A Questão Social nas Sociedades Contemporâneas

Em boa hora, um grupo de companheiros(as) libertários(as) resolveram iniciar a publicação de uma revista libertária de reflexão e combate – La Question Sociale. Num tempo histórico de submissão generalizada e de incapacidade de reflexão e de crítica radical em relação ao Estado e ao capitalismo, para todos aqueles e aquelas que orientam as suas vidas no sentido da emancipação social, é sempre estimulante constatar da existência de uma publicação libertária com estas características.

Para além dos princípios editoriais que enformam a identidade do projecto dos promotores desta iniciativa, no número um da revista destacam-se artigos sobre análise política, lutas sociais e injustiça, um dossier sobre o direito à greve numa perspectiva internacional, um conjunto de artigos sobre os dilemas das tendências do império americano, a história das greves selvagens na Europa em 1969, da génese da ideia de greve geral a partir de um texto de Émile Pouget e, ainda, recensões críticas de livros e revistas.

Entre os artigos com um pendor mais reflexivo, importa sobremaneira referir De l'emprise de l'État – notes pour une théorie critique libertaire du pouvoir d'État (pp. 12-25), escrito por Óscar Marzoleni e Les dilemmes de l'empire – Bilan de l'aventure en Irak, escrito por Claudio Albertani.

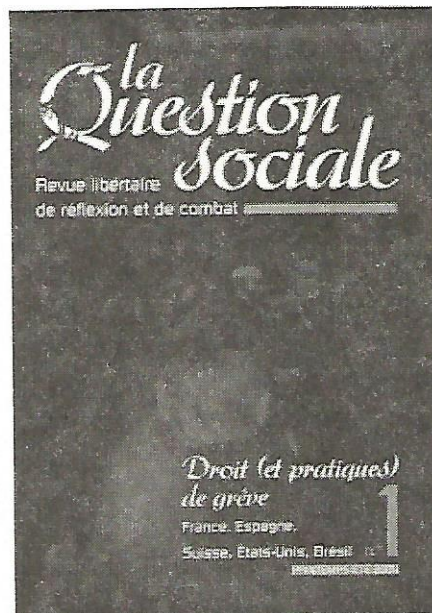
Ambos os artigos são excelentes exercícios intelectuais de análise crítica das actuais funções de regulação da violência e da dominação por parte do Estado e, por outro lado, das perversões causadas pelo novo imperialismo colonial dos Estados Unidos da América no Iraque.

A lucidez analítica de Óscar Marzoleni é fortificante para o meio libertário internacional. De facto, este autor não somente é capaz de analisar, com relativa acuidade, as grandes mudanças que tornaram o Estado e o capitalismo actual substancialmente diferentes da sua realidade histórica no tempo do fordismo, como também das suas actuais funções de regulação, controlo e dominação nos domínios da insegurança, do medo e da manutenção da estabilidade normativa decorrentes da escravidão do trabalho assalariado. Por outro lado, o autor analisa as fragilidades da concepção do movimento social "altermundialista" que se demonstra incapaz de superar as contradições e os conflitos gerados pelas relações de poder ao nível do Estado e do capitalismo.

Cláudio Albertoni demonstra, de forma inteligível, as causas e os efeitos perversos gerados pela guerra do Iraque. Deste modo, não só são analisados os factores religiosos, políticos, culturais e ideológicos dos progenitores do "fascismo" emergente nos EUA, através da governação liderada por Bush, como ainda são focadas as articulações da economia da guerra e do petróleo, como base da sustentabilidade e reprodução colonial americana no Iraque.

No capítulo das lutas sociais e da injustiça, através dos artigos elaborados por Nicole Thé, G. Soriano e Claude Guillon, é possível analisarmos as tendências e os conteúdos das lutas sociais e da injustiça em França. Os exemplos recentes das lutas dos professores e de outros trabalhadores assalariados no sector da educação e das greves realizadas nas multinacionais Pizza Hut, McDonald's e Forg Pubs são extremamente elucidativas sobre as características da exploração e da dominação exercidas actualmente sobre o trabalho assalariado. Por outro lado, assinale-se a injustiça e o terrorismo do aparelho de Estado francês em relação aos quatro militantes da Acção Directa – Ménignon, Cipriani, Rouillan, Aubron - presos há 25 anos, hoje todos quase mortos nas masmorras francesas, mas que mesmo assim podem ser objecto de extradição política.

O dossier sobre a actualidade do direito à greve numa perspectiva internacional – França, Espanha, Suiça, EUA e Brasil – é demonstrativo da actual desregulamentação jurídico-normativa da legislação das relações laborais, nomeadamente no que concerne à negociação e contratação colectivas que perduravam no período áureo dos trinta gloriosos anos do capitalismo (1945-1975). Neste domínio, os artigos de G. Soriano, Corsino Vela, Ariane Miéville, Oso Bear e Maurício Sarda de Faria são muito pertinentes, porque nos ajudam a perceber não somente o actual estádio de crise do sindicalismo, como da natureza das funções das greves em relação aos tipos de reivindicações e conflitos gerados pelos trabalhadores assalariados nas suas lutas contra o Estado e o capitalismo.

Neste primeiro número da revista, é importante ler o artigo elaborado por Diego Giachetti em relação às greves selvagens na Europa que

emergiram no final da década de 60 no século XX e também o artigo de Miguel Chueca sobre um texto de Émile Pouget (1904) concernente à ideia de greve geral. São textos para reflectir e para agir, sobretudo se tivermos presente a urgente necessidade de aprender com os ensinamentos que nos podem ajudar a perceber e a orientar-nos em relação ao presente e ao futuro dos movimentos sociais que se identificam com um tipo de acção colectiva baseada na auto-organização.

Por último, importa referir a existência de um número significativo de recensões críticas sobre livros e revistas, entre os quais referimos: história da extrema-esquerda, Maximilien Rubel, surrealismo, revolução russa, cultura proletária, economia participativa de Michael Albert, descolonizar o imaginário na perspectiva de Serge Latouche, revistas libertárias e a história da condenação à morte dos libertários espanhóis Delgado e Granado.

La Question Sociale, *Revue libertaire de réflexion et de combat*, n.º 1, Primavera de 2004.

José Maria Carvalho Ferreira

Mini manual sobre o que se entende por Socialismo

Edgar Rodrigues, companheiro que dispensa qualquer apresentação pessoal ou bibliográfica, voz anarquista sempre pertinente e perspicaz, fez editar em 2003 (à semelhança de Rebeldias de que falámos na anterior edição da revista Utopia) este seu livro - Socialismo – sobre o qual nos alerta ser apenas uma síntese do que se entende ser o Socialismo e suas múltiplas interpretações por diversas correntes políticas.

Segundo Edgar Rodrigues, a ideia deste livro nasceu há mais de 50 anos e da necessidade de esclarecer o conceito de socialismo, as suas origens e doutrinas, pese embora a utilização da palavra esteja cada vez mais longe da sua emergência.

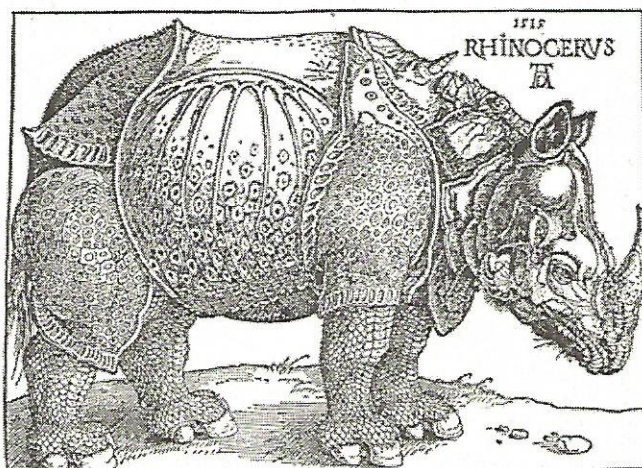
Esta é uma segunda edição de um "projecto" de âmbito internacional, sobre a história do movimento libertário, que Edgar Rodrigues tinha em mente desde o fim da ditadura de Vargas, em 1945. O primeiro opúsculo, que sairia por volta de Maio de 1968, tinha o título deste livro agora editado, mas outros títulos foram sendo editados como: "Socialismo e Sindicalismo no Brasil – 1675-1913" em 1969; "Nacionalismo e Cultura Social, em 1972; e "Novos Rumos" em 1978.

Sobre as formas de Socialismo, Edgar Rodrigues adverte-nos, logo na página 11, que "(...) que o Socialismo, foi e é a corrente do pensamento político e social que mais ramificações proporcionou aos políticos profissionais e aos oportunistas até aos nossos dias.

(...) Poucos são hoje, os socialistas que aceitam a doutrina na fiel definição. Cada um ajeita a seu modo e conveniências, o "socialismo"." Para Edgar Rodrigues, "o socialismo é algo mais profundo e humano (que as interpretações e separações que são atribuídas à designação). Suas raízes são tão antigas quanto o ser humano, tem suas bases nas aldeias comunitárias e desde então recebeu enxertos e ampliações nem sempre benéficas." Neste contexto, Edgar Rodrigues diz-nos que, neste livro, se pretende, apenas, dar conta da existência das diversas correntes socialistas e aguçar o desejo da pesquisa da verdade histórica e suas origens. Passa, então, a descrever em que consiste o Socialismo, o Colectivismo, o Comunismo, o Anarquismo, a Anarquia, o Bolchevismo e o Socialismo de Estado. Conclui um pouco mais adiante que "(...) o socialismo tem de ser igualdade social, amor livre, substituir o templo pela escola racional, o quartel e suas armas por casas sociais, os conventos por bibliotecas, centros de estudos sociais e pesquisas científicas, os cárceres por casas de saúde e recuperação, dando ao comerciante, ao magistrado, ao padre, ao advogado, ao policial, ao militar, ao político e ao burocrata, uma profissão produtiva e útil à colectividade, para que cada homem com direitos se torne um produtor com deveres, substituindo a palavra "o meu", "o teu", por "o nosso". Isto é socialismo! O resto é pura mistificação. O Socialismo é humanismo, no sentido puro, é a universalização do saber, da ciência, da cultura, da igualdade e da fraternidade dos povos."

Para quem tiver curiosidade em aperfeiçoar conceitos e concepções, hoje tão habilmente subvertidos, este livro ajuda pela sua simplicidade e clareza nas suas descrições. Foi o que me aconteceu e espero que aconteça a muitos.

Rodrigues, Edgar (2003), *Socialismo: Síntese das Origens e Doutrinas*, Editora Porta Aberta, 2ªEdição

Guadalupe Subtil

Albrecht Durer, *Rinoceros*, 1515

publicações recebidas

A
Rivista anarchica mensile, anno 34, nº 7, Ottobre 2004
Do Sumário: L'(altro) oppio dei popoli; Tortura e diritti; Sindicalismo e burocrazia; Anarchia e trangenderismo; Una mostra su Franco Serantini; Fatti & Misfatti; Ricordando Sérgio Costa; Ressegna libertaria; Poesia.
Contacto: Editrice A, C.P. 17120, 20170 Milano, Italia; Telef: 39.02.2896627
E-mail: arivista@tin.it;
Web site: www.anarca-bolo.ch/a-rivista

Albatroz
Literatura de aguarrás, nº 35, avril 2004
Textos sobre o tema "Occupations / Resistances".
Contacto: B.P. 404, 75969 Paris, France;
E-mail: albatroz19@yahoo.com;
Web site: www.revue-albatroz.com

Al margen
Portavoz del Ateneo Libertario, Año XIII, nº 50, Verano 2004
Do Sumário: Editorial; La copa de los ricos; El congresso antimilitarista de Amsterdam; El anticapitalismo consecuente; Estado y capital: atracción fatal; Capitalismo y estado: algo más que amigos; Capitalismo contra estado?; Selección de textos de los primeros doce años de Al Margen; La lengua taimada; Ecus de suciedad; Cine; Libres; El embudo; Kiosko libertario; Ética; El periodismo visto por Balzac.
Contacto: C/ Palma 3, 46003 Valencia, España;
E-mail: atalmargen@nodo50.org

Bandeira Negra
Nº 15, Jul/Ago 2004
Folha editada por cinco colectivos anarquistas da Bahía.

Courant alternatif
Mensuel de l'Organisation Communiste Libertaire, nº 140, juin 2004.
Do Sumário: Editorial; Luttes sociales et féministes dans l'Irak occupé; Torture ou démocratie? Une belle hypocrisie!; Scènes de pauvreté en Israel; Les barbares surgissent toujours; Rubrique Flics et militaires; Film: Osama; Flicage généralisé: test grandeur nature dans le Marne; Réforme de la sécu: il faut aller vite!; Contres les lois Perben et Sarkozy à Vitry-le-François; Les prisonniers ont raison de se révolter; L'Mouvement; Vite fait sur le zinc.
Contacto: OCL, c/o Clé des Champs, BP 20912, 44009 Nantes Cedex 1, France; Telef: 33.3.88323752
E-mail: oclibertaire@hotmail.com;
Web site: http://oclibertaire.free.fr/

Etcetera
Correspondencia de la guerra social, nº 38, Junio 2004
Do Sumário: Los nuevos cercados; Naturaleza y cultura; Naturaleza y técnica; Travesía bibliográfica; Bolivia: guerra del gas o guerra social?; Penúltimo parte de Guerra; Correspondencia; Hemos recibido...
Contacto: Apartado 1363, 08080 Barcelona, España;
E-mail: etcetera@sindominio.net;
Web site: www.sindominio.net/etcetera

La Campana
Semanario de información y pensamiento anarquista, IIIª Época, Número 4 // 18.10.2004
Do Sumário: Editorial: La franja de Gaza; Buzón de La Campana; Solo a los peces muertos se los lleva la corriente; La semana; Debate al rojinegro: De la retórica al fraude, Desenmascarar el despilfarro. El gasto militar mundial sobrepassa el billón de dólares; Libros: Marcos: el senor de los espejos; De antologia; Vocês libertarias; Acción Palestina; Cine: les invasiones bárbaras; Enrique Diaz Canedo: Todo lo llevas contigo; Anúncios, Convocatórias, Intercâmbios; Memoria Libertaria.
Contacto: C/ Pasantería, 1 - 3ª, 36002 Pontevedra, España;
E-mail: lacampana@lacampana.org;
Web site: www.lacampana.org

Le Monde Libertaire
Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, nº 1373, du 28 octobre au 23 novembre 2004
Do Sumário: Editorial; Nouvelles des fronts, ça stresse et tremble dans les chaumières; L'autruche prend tout sur elle; La pire est toujours sûr; Services publics, bases et principes; De l'eau, de l'eau; Trac des Turcs en truc; Algérie, un peuple debout; Algérie, pour une presse libérée; Basque et libertaire; Constitution européenne et classe ouvrière; Les calotins ont la peau dure; poésie et révolution; Un lutin bavard; Deux doigts de cinema; Rond de cuir dans la révolution russe; Agenda anarchiste et Rádio Libertaire; Vie et mouvement.
Contacto: 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France; Telef. 33.1.48053408

Libertaria - il piacere dell'utopia
Rivista trimestrale, anno 6, nº 2, Aprile / Giugno 2004
Do Sumário: Il supermercato dell'istruzione; Israele Palestina: la scuola per costruire pace; L'apprendimento pluralistico; Educare alla libertà; Cosa cambia dopo l'uccisione dello sceicco Yassin; Haiti: come sono umanitari gli Stati Uniti; Capitalcomunismo in salsa cinese; Viaggio nel cuore di una Cina in transformazione; L'economia è una scienza? No è una religione; Fare i conti com l'economia; Métissage: epistemologia dell'incontro; Stirner e Nietzsche contro la Lega; Natura e filosofia della natura; Libraria 1; Non bastano le gesta e le date; Quel mio nonno amico di Cassola; Libraria 2; Un fiume di violenza.
Contacto: C.P. 10667, 20110 Milano, Italia;
E-mail: libertaria@libertaria.it;
Web site: www.libertaria.it

Oiseau-tempête
Nº 11, Été 2004
Do Sumário: Ah! Passez, Républiques de ce monde!; De l'exploitation du voile au voile de l'exploitation; Regards sur la servitude contemporaine et son devenir; Allemagne: restructurations uber alles; De la démocratie en Amérique... chapitre LV; U, U Dada, U, U Dada; Street Voice, l'espoir qui cherche à ne pas se briser; Le temps de vivre; Notes de lecture; La peur est notre demeure; De la résignation syndicale au Québec; Laissons le pessimisme pour des temps meilleurs; Sur les ruines fumantes de l'apartheid; Confucius et le centralisme chinois; Ultra-gauche en salade; Algérie 2003. Une allumette dans une botte de foin; Utopie libertaire antique et guerre des paysans en Chine; Entretien sur le Brésil. L'espace rétréci des vendeurs d'illusions.
Contacto: 21 ter, Rue Voltaire, 75011 Paris, France;
E-mail: oiseau.tempete@internetdown.org;
Web site: http://oiseautempete.internetdown.org

Política Operária
Nº 95, Maio / Junho 2004, Ano XVIII
Do Sumário: Ponto de vista; Cartas; Cresce a contestação ao governo; O estado da Nação; Força, Portugal!; Para quê votar num parlamento virtual?; A esquerda em campanha; Carnificinas democráticas; Tribunal mundial sobre o Iraque também em Portugal; Direitos da mulher: coisas de médicos; Maltratadas por serem mulheres; Bombardier, o gigante; Entrevista a José Mário Branco; Ocupação une iraquianos em luta; Privatizar a guerra; Brasil: novos rumos; Nicarágua: desastre em curso; Venezuela: o ocaso do "chavismo"; Que direitos humanos? URSS: capitalismo ou socialismo?; Oitenta anos a enterrar Lenine; Tribuna: o seguidismo ideológico; Programa, o alicerce do Partido; Ruanda: culpados continuam impunes; Visor.
Contacto: Apartado 1682, 1016-001 Lisboa, Portugal; E-mail: dinopress@mail.telepac.pt

Réfractions
Recherches et Expressions Anarchistes, nº 12, Printemps 2004
Do Sumário: Présentation; L'escamotage de la volonté; La modernité contre la démocratie?; Le monde moderne et la recherche de la démocratie; La démocratie vue par ses inventeurs; La démocratie ou l'art de l'action collective; Crise de la démocratie, nature humaine et servitude volontaire; La démocratie comme science-fiction de la politique; La force radicale de l'anarchie; La plèbe. Des infâmes et des anonymes; L'homme du XXIe siècle: sujet autonome ou individu jetable; 21 avril-5 mai 2002 – retour sur une grande confusion; La démocratie continue ou comment remettre l'État à as place; Un bateau ivre...; Lettre d'un «révoltiste» à Marcel Gauchet converti à la «politique normale»; Les livres, les revues.
Contacto: Les Amis de *Réfractions*, BP 45, 13920 Saint-Mitre-les-Remparts, CCP Lyon 11 067 24 J, France;
E-mail: refractions@plusloin.org;
Web site: www.refractions.plusloin.org

Rivista Storica dell'Anarchismo
Anno 11, Nº 1 (21), Gennaio-Giugno 2004
Do Sumário: Saggi; Appunti di "cronaca militante"; Recensioni e schede bibliografiche; Archivi, biblioteche, centre di documentazione e fondazioni; Notiziario.
Revista semestral da Biblioteca Franco Serantini
Contacto: Largo Concetto Marchesi, 56124 Pisa, Italia;
E-mail: bfspisa@tin.it

Umanità Nova
Settimanale Anarchico, anno 84, nº 33, 24 ottobre 2004
Do Sumário: Tortura e democrazia, Guantanamo, Afganistan, Iraq; La costituzione del polo, bandiere identitarie e spauracchi globali; Fiat, auto e miracoli; Gay, refusnik, anarchico. A colloquio con yossi di "anarchici contro il muro"; Ribellarsi è giusto. Israele: processo agli anarchici; In morte di Derrida. Uan critica corrosiva; Smontare la trappole della metafisica; Sequestro indymedia Z. Arrivano gli anarchici; Il buon soldato? Zitto ed obbdediente. Contacto: c/o Federazione Anarchica Torinese, C.so Palermo 46, 10152 Torino, Italia;
E-mail: fat@inrete.it

Outros documentos e livros recebidos

Alcachofas de Bruselas (viejas y nuevas)
Yves Le Manach, Edições Etcetera, Junio 2004
Contacto: www.sindominio.net/etcetera

Anarchists & Film
May 1 – 16, 2004
Boletim do The Northwest Film Center sobre a presença do anarquismo e de anarquistas no cinema.
Contacto: www.nwfilm.org

Bollettino Archivio G. Pinelli
N° 23, Giugno 2004
Boletim do Centro de Estudos Libertários Giuseppe Pinelli
Contacto: C.P. 17005, 20170 Milano, Italia; Telef. 39.022846923;
E-mail: info@centrostudilibertari.it;
Web site: http://www.centrostudilibertari.it

Bulletin du Centre International de Recherches sur L'Anarchisme, CIRA
N° 60, Printemps 2004
Boletim inteiramente dedicado ao tema "Les anarchistes à l'écran, 1901-2003".
Contacto: Bibliothèque du CIRA, Avenue de Beaumont 24, CH – 1012 Lausanne, Suisse; Telef. 41.216523543;
E-mail: cira@plusloin.org;
Web site: www.anarca-bolo.ch/cira/

Catalogue Agone 2005
Contacto: http://www.agone.org

El Organo en el Camino de Santiago
Daniel de Cullà, Burgos 2004

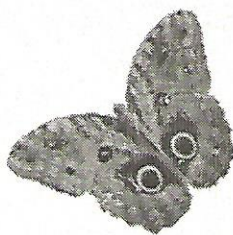
Historia natural de la urbanización
Lewis Mumford, Edições Etcetera, Junio 2004

Kafka, novelista de la alienación
Joseph Gabel, Edições Etcetera, Junio 2004

La maternidad del week-end
Michael Seidman, Edições Etcetera, Enero 2004

Rebeldias – Volume 2
Edgar Rodrigues, Editora Opúsculo Libertário, 2004

Rito Diário de um Hipocondríaco
Silva Carvalho, Edições Aquário, 2004

Treinta nombres próprios (Las figuras del personalismo)
Carlos Díaz, Fundación Emmanuel Mounier, 2002

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.

O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.
A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.